



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ANA PATRÍCIA DE MELO BRAGA

A MULHER CAMPONESA E A AGROECOLOGIA: CAMINHOS E DESAFIOS NA
BUSCA POR AUTONOMIA

Recife

2022

ANA PATRÍCIA DE MELO BRAGA

**A MULHER CAMPONESA E A AGROECOLOGIA: CAMINHOS E DESAFIOS NA
BUSCA POR AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Processos Sociais Rurais e Novas Tendências na Agricultura, na área de concentração em mudança social.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B813m Braga, Ana Patrícia de Melo.
 A mulher camponesa e a agroecologia : caminhos e desafios na busca por
 autonomia / Ana Patrícia de Melo Braga. – 2022.
 116 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Profª. Drª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2022.
 Inclui referências.

 1. Sociologia. 2. Mulheres. 3. Ecologia agrícola. 4. Trabalho familiar. I.
 Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)UFPE (BCFCH2022-076)

ANA PATRÍCIA DE MELO BRAGA

**A MULHER CAMPONESA E A AGROECOLOGIA: CAMINHOS E DESAFIOS NA
BUSCA POR AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação
em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra
em Sociologia, na área de concentração em mudança
social

Aprovada em: 22/06/2022.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Presidente/Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Russel Parry Scott (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, meu irmão e minhas irmãs pelo incentivo e pelo esforço que sempre fizeram para a realização dos meus sonhos. Deixo minha memória e agradecimento especial também à agricultora Ana Brasil pela sua figura singular e inspiradora que me impulsionou para o campo e para a pesquisa, juntamente agradeço às Flores de Ximenes e à Associação Agroecológica de Lagoa de Itaenga pelo apoio e acolhimento da minha pesquisa.

Expresso minha profunda gratidão à professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti pela orientação sempre cuidadosa e atenciosa da minha pesquisa e pelo apoio durante todo o mestrado, inclusive nos momentos de incertezas e dúvidas, encorajando-me à prática do estudo e da pesquisa. Aproveito para lembrar e agradecer também ao grupo de pesquisa Globalização e Agricultura e ao Laboratório de Observação Permanente sobre o Mundo Rural (LAERURAL) com todos os seus membros, pelos quais guardo estimas e boas lembranças.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, em especial, Débora Vasconcellos, Isadora Lages, Jacqueline Joachim, Marina Ribas, Célia Oliveira, Tairine Pimentel e Rafaela Galindo por tudo que compartilhamos e vivenciamos juntos. Também não poderia deixar de expressar meus agradecimentos à Profa. Céline Spinelli, ao Prof. Cristiano Ramalho, ao Prof. Ludovic Aubin, à Profa. Roberta Barboza e à Profa. Virginia Aguiar, pelos diálogos e inspirações durante o processo de pesquisa.

Gostaria de agradecer também à CAPES, à FACEPE, à Universidade Federal de Pernambuco, ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e ao Departamento de Sociologia, por todo o apoio e suporte, e, por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e para a minha formação acadêmica.

*me levanto
sobre o sacrificio
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além*

(KAUR, 2018, p. 216)

RESUMO

A agroecologia vem se estabelecendo, especialmente no Brasil, como um importante contramovimento agrário frente à hegemonia agroindustrial. Nos últimos anos, muito vem se falando sobre o protagonismo feminino na agroecologia, conseqüentemente observa-se um aumento de ações políticas e sociais que fortalecem as mulheres camponesas na busca de sua autonomia e direitos políticos. Essa relação, no entanto, não surgiu de uma forma direta, pelo contrário, parte de um olhar crítico das relações de gênero e de trabalho familiar na produção de alimentos agroecológicos e de um aumento do comprometimento político social dos movimentos sociais rurais com a diminuição das desigualdades e violência de gênero no campo. Esta dissertação teve por objetivo investigar a relação da mulher camponesa com a agroecologia e como essa relação se associa na construção de suas identidades camponesas, percebendo, em especial, sua influência na estruturação do trabalho familiar e nos papéis de gênero. De modo conseqüente, destacamos as dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais, principalmente no momento atual de pandemia, para o fortalecimento do seu trabalho, de sua autonomia e de suas lutas. A pesquisa foi desenvolvida durante os anos de 2019 a 2022, em espaços da agricultura familiar no Estado de Pernambuco focalizando a participação das mulheres nas associações, sindicatos e movimentos sociais rurais.

Palavras-Chave: mulheres; agroecologia; trabalho familiar; relações de gênero.

ABSTRACT

Agroecology has been establishing itself, especially in Brazil, as an important agrarian counter-movement against the agro-industrial hegemony. In recent years, much has been said about the female role in agroecology, consequently there has been an increase in political and social actions that seek to strengthen peasant women in the search for their autonomy and political rights. This relationship, however, did not arise in a direct way, on the contrary, it starts from a critical look at gender relations and family work in the production of agroecological foods and from an increase in the political and social commitment of rural social movements with the reduction of inequalities and gender violence in the countryside. The present work aimed to investigate the relationship of peasant women with agroecology and how this relationship is associated in the construction of their peasant identities, perceiving, in particular, its influence on the structuring of family work and gender roles. Consequently, we highlight the difficulties faced by rural women, especially in the current moment of pandemic, to strengthen their work, their autonomy and their struggles. The research was developed during the years 2019 to 2022, in family farming spaces in the State of Pernambuco focusing on the participation of women in associations, unions and rural social movements.

Keywords: women; agroecology; family work; gender relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- As Flores de Ximenes, em 2016.	19
Figura 2- Primeira ida ao campo, ainda em 2019, no Assentamento Ximenes/	19
Figura 3- Joseane na Feira Agroecológica da FETAPE, no Bairro de Santo Amaro, no Recife.	21
Figura 4- Caderneta Agroecológica.	62
Figura 5- Método do uso do tempo através da formulação de relógios comparativos.	63
Figura 6- Cartograma - Cana-de-Açúcar de Pernambuco por quantidade produzida.	77
Figura 7- Assentamento Ximenes, em 2019 Barreiros/PE.	83
Figura 8- Beneficiados e produtos comercializados pelas Flores.	83
Figura 9- ASSIM, Lagoa de Itaenga, em 2019. Fonte: Espaço Agroecológico de Setúbal	85
Figura 10- Josiane na Feira Agroecológica de Setúbal.	85

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras de PE.
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento Sem-Terra
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MMBJ-PB	Movimentos de Mulheres do Brejo Paraibano
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SAF	Sistema Agroflorestal
SOF	Sempreviva Organização Feminista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Métodos de Pesquisa.....	16
2	PERSPECTIVAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS.....	24
2.1	Globalização e Agricultura.....	24
2.2	Resistência e Permanência Campesina.....	27
2.3	Desigualdades de Gênero, Divisão sexual do trabalho e Agricultura.....	29
2.4	A Alternativa Agroecológica.....	39
3	MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS.....	47
3.1	Reconhecimento e Visibilidade.....	47
3.2	Movimentos Autônomos de Mulheres.....	53
3.3	A Construção da Agroecologia a partir das Mulheres.....	59
3.4	Estratégias e Redes de Solidariedade no Enfrentamento a Pandemia.....	67
4	TRANSFORMANDO O COTIDIANO: LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NA PRÁTICA AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA.....	73
4.1	A Zona da Mata Canavieira.....	73
4.2	Experiências Agroecológicas e Relatos do Cotidiano.....	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

O primeiro ato dessa pesquisa se iniciou através do meu encontro com a Agroecologia, encontro este que o destino arquiteta e planeja como um sopro de acasos, e meu projeto nasceu assim por encantamento pelas possibilidades de transformação social engendradas pelo movimento agroecológico. Algo dentro do meu ser chamava-me para o campo, para a terra, talvez fosse uma memória da infância nas infinitas andanças do meu pai no campo, na luta pelo cooperativismo rural, ou a memória sempre latente da minha bisavó que tacitamente sabia os segredos das plantas, ou, ainda, a constatação de que o campo não é um espaço do passado, restrito à memória, mas sim do presente com suas lutas e problemáticas que extrapolam os limites geográficos e sociais do que é convencionalmente chamado de urbano e rural, e por assim, também atravessou a minha vida. Foi também através desse encontro e de suas experiências provenientes que pude perceber que a luta das mulheres rurais não se faz apenas no campo, mas em todos os espaços que lhe é dado o direito de circular.

E desses encontros na vida, dentro desses espaços, surgiu a figura de Ana Brasil, mulher agricultora agroecológica, estudante do SERTA e uma das lideranças do assentamento Chico Mendes, em Paudalho-PE. Encontrei-a através de um curso de Agricultura Biodinâmica em 2018 e, no pouco tempo em que fomos colegas de curso, pudemos conversar sobre sua experiência como agricultora agroecológica e seus projetos com as mulheres nas comunidades de Paudalho e São Lourenço da Mata. Aqui deixo minha memória e minha homenagem a esta mulher que simbolicamente representa todas as outras que no percurso deste trabalho encontrei. Ana Brasil foi uma figura inspiradora, guerreira, uma força do campo que nos deixou ainda em 2019. O luto, em todas as suas formas e sentidos, foi um processo presente desde o início desta pesquisa e, embora difícil, transformou-se em um motor que me impulsionou a continuar.

A partir desse pontapé inicial, minha pesquisa passou por diversas modificações e adaptações de acordo com as dificuldades que vinham surgindo no percurso do trabalho. Nesse caminhar, percebi que essas barreiras por si só eram informações importantes sobre o meu campo de pesquisa: dificuldade de acesso, de comunicação, o perigo nas estradas, o tempo escasso, o cuidado e as relações familiares, os problemas de saúde advindos da pandemia e entre outros... Perdurou a sensação que a inacessibilidade das mulheres não era apenas algo conjuntural do momento singular vivenciado, mas parte do tecido social que impõem às mulheres uma rotina constante de trabalho e cuidados que limitam suas atuações.

Nessas andanças e no desenrolar da pesquisa, surgiu a associação autônoma de mulheres Flores de Ximenes e a Associação Agroecológica de Lagoa de Itaenga, respectivamente no sul e no norte da Zona da Mata pernambucana. Meu primeiro contato com ambas associações foi através das Feiras Agroecológicas (uma organizada dentro da Universidade Federal Rural de Pernambuco e outra organizada pela FETAPE no bairro de Santo Amaro em Recife). Saltou aos olhos que a diferença entre uma associação autônoma de mulheres e uma outra mista, com homens e mulheres, era uma fonte de dado importante sobre a atuação das mulheres nos espaços de produção e comercialização agroecológicos.

Pela restrição da pesquisa durante a pandemia do COVID-19, além das entrevistas online com as mulheres dessas associações, tive que complementar minha pesquisa com outras fontes de dados, como relatórios de pesquisas expansionistas, lives¹, revistas e panfletos organizados pelas associações, sindicatos rurais e grupos acadêmicos, que serão melhor detalhados no primeiro capítulo deste trabalho.

*** **

A industrialização e o processo de modernização da agricultura acarretaram transformações nos modos de produção agrícola e organização do campo, levando a intensificação das desigualdades sociais (Mazoyer; Roudart, 2010), de modo que insurgiu, por um outro lado, um “contramovimento agrário” (Bernstein, 2011) voltado à valorização da agricultura camponesa, orgânica e ecológica. Os confrontos e as tensões políticas entre esses dois modelos de agricultura colocaram em evidências, não apenas as críticas ao modelo de desenvolvimento rural, mas, também, as desigualdades históricas que estruturam o espaço rural, dentre elas as desigualdades de gênero.

Por outro lado, historicamente, as mulheres sempre estiveram envolvidas no processo de organização, preparação e partilha dos alimentos (Siliprandi; 2003), sendo responsáveis, segundo a FAO², por 43% da força de trabalho agrícola na América Latina e em até 50% no continente Africano e Asiático (Paulilo, 2013). No entanto, as opressões de gênero, a desvalorização e o não reconhecimento do trabalho feminino, assim como a valorização de uma economia exclusivamente monetarizada (Orozco, 2014) atuaram, e atuam, como formas de silenciamento e negação da contribuição feminina nos espaços rurais, tanto no âmbito da economia, como, também, na atuação política, negando-lhes, por exemplo, o direito ao acesso à terra e às políticas agrícolas. Só por meio da luta coletiva das mulheres camponesas, pelo seu reconhecimento político na esfera rural, é que as políticas de financiamento para

¹ Exposições e reuniões online

² Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; dados de 2011 (PAULILO, 2013, p.265).

desenvolvimento agrícola e sustentabilidade começaram a mudar seus quadros de beneficiários (Siliprandi, 2003).

A luta contra as desigualdades de gênero possui um potencial refundador da democracia, pensando não apenas no enfrentamento de “um passado patriarcal”, mas nas suas formas atualizadas que emergem das reconfigurações do capitalismo em todas as suas esferas (Butto, 2014). A luta das mulheres camponesas se configura, dessa maneira, como um catalisador que permeia questões sobre as desigualdades, não apenas de gênero, mas, também, entre a cidade e o campo, de acesso aos recursos naturais e materiais, na segurança alimentar e nutricional, entre outras. Em confluência, a formação de movimentos sociais de mulheres rurais assume não apenas um papel crítico diante dessas desigualdades, mas expõe também suas percepções e narrativas diante de suas realidades, politizando questões que apenas eram circunscritas aos espaços privados, revertendo ordem de valores e trazendo a necessidade de pensar suas especificidades e reivindicações, enquanto formação de um feminismo camponês (Paulilo, 2012).

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. [...] Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade. Lutar sempre foi nossa condição. Desta forma, construímos nossos movimentos autônomos de mulheres. (Movimento de Mulheres Camponesa³)

A mulher camponesa não é assim um ser universalizável, sem um corpo, mas uma diversidade de identidades atreladas a um *fazer*, que se aglutinam em uma luta política contra hegemônica, em termos de resistência econômica, mas em termos também de um ethos de vida que não pode ser absolutizado em lentes meramente economicistas. Esse ethos de vida se relaciona a uma “ética do cuidado” (Forês, 2012), sustentando uma visão que busca mudar o paradigma do desenvolvimento, a partir da visão da sustentabilidade, do bem viver, e isso inclui mudanças no sistema agroalimentar, levando em conta a necessidade humana e não a acumulação do capital. Desse modo, almeja-se uma agricultura que recupere seu sentido original de alimentar pessoas, onde a natureza não seja reduzida à “matéria prima”⁴, reconhecendo o seu valor intrínseco às comunidades locais. Nesse aspecto, salienta-se que “as mudanças nas relações de gênero são condições essenciais para o desenvolvimento rural sustentável”, tendo em mente também a garantia da segurança alimentar (Siliprandi:2003).

³ Disponível em << <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/43>>>

⁴ A proteção dos recursos naturais e a luta contra a patenteação das sementes é um dos pilares na construção dos movimentos agroecológicos. Sobre essa questão ver << SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003>>

A despeito das forças políticas dominantes nos espaços de poder, a presença e persistência das mulheres camponesas se apresentam através de uma luta constante, incansável, onde não se abre brecha para olhar para trás, como nos movimentos sociais, nas Marchas das Margaridas, nas Feiras Agroecológicas, que adentram os espaços urbanos, dentro das Universidades⁵, nos espaços *online*s (nas inúmeras lives produzidas pelas diversas organizações e associações agroecológicas, já no contexto pandêmico) e, especialmente falando, dentro de suas próprias vidas, na *lida* do campo, nos quintais produtivos, na relação com suas famílias e unidades produtivas.

Aproveitando o ensejo, acrescento aqui a transversalidade do momento atual de pandemia e crise sanitária, não só para o desenrolar da pesquisa, com suas consequências óbvias nos métodos de pesquisa empreendidos, como, de uma maneira mais ampla, no lidar com as tensões subjetivas e sociais que adentravam a pesquisa nesse novo e incontornável contexto: as dificuldades e as desigualdades no acesso às tecnologias, o limite da observação, a sobrecarga de trabalho, as tensões amplificadas pelo isolamento social no adentrar dos espaços domésticos. Essa nova realidade e o rompimento com as expectativas da "normalidade", transformou um vírus em um interlocutor constante. Tivemos que ajustar nossas lentes para incluí-lo, capacitar nossos ouvidos para escutar o que sua presença tem a nos contar sobre a realidade que observamos.

É no pensar de uma sociedade mais justa e igualitária, que as mulheres rurais vêm se articulando, resistindo e propondo projetos para um futuro em construção. Nesse sentido, em um aspecto mais recente de sua história, os movimentos de mulheres rurais perseguem, através da agroecologia, um modelo de desenvolvimento para o campo que combina várias estratégias de enfrentamento tanto em relação ao modelo hegemônico de agricultura, quanto em relação às estruturas de dominação de gênero que limitam seus poderes de atuação (Siliprandi, 2013). Nesse contexto, a agroecologia, enquanto “modelo produtivo, movimento e ciência” (Costa, 2017), que almeja uma “agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada” (Gusmán, 2005), articula-se com o feminismo camponês como promotor de um pensamento crítico da realidade que busca ser transformada.

No entanto, é importante ressaltar que essa associação entre a agroecologia e o feminismo não se dá de uma forma óbvia e consensual, pelo contrário, existem ainda muitas lacunas e tensões que se sobrepõem na construção dessa relação, do mesmo modo que é preciso ter em mente que nem toda organização de mulheres se intitula feminista.

⁵ Como no Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, que ocorreu na UFRPE em 2019.

Através desses apontamentos, este trabalho tem o objetivo de observar a atuação das mulheres camponesas na implantação de alternativas agroecológicas, indagando como essas experiências se associam na construção de suas identidades camponesas, na estruturação do trabalho familiar e nos papéis de gênero. Para tal objetivo, a pesquisa foi desenvolvida em espaços da agricultura familiar no Estado de Pernambuco, focalizando a participação das mulheres nas associações, sindicatos e movimentos sociais rurais. Considerando esse contexto e tendo por foco o protagonismo feminino, este trabalho busca ajudar no reconhecimento das conquistas dessas mulheres nesses espaços, e dar visibilidade aos meios pelos quais as mulheres camponesas atuam em seu próprio projeto de transformação social na busca de processos de autonomia.

No primeiro capítulo, além da introdução da dissertação, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, os caminhos que escolhemos na construção da pesquisa científica, detalhando e contextualizando o campo e as fontes dos dados coletados. Neste capítulo, além do detalhamento do método de pesquisa, fizemos uma breve contextualização histórica da associação das Flores de Ximenes e da Associação Agroecológica de Lagoa de Itaenga.

Já o segundo capítulo aborda os aportes teóricos da pesquisa que se configuram como lentes de observação e intercomunicação com a realidade confrontada. Neste capítulo, a partir dos apontamentos teóricos, situamos como se configura o movimento campesino diante da modernização da agricultura, suas resistências e estratégias de enfrentamento; debatemos sobre o surgimento da agroecologia e como ela se conecta ao movimento campesino; e por fim, discutimos a desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e como essas questões se relacionam com as questões ambientais.

O terceiro capítulo faz uma retrospectiva histórica do movimento de mulheres rurais, como elas vêm pautando politicamente suas demandas, os avanços conquistados e os novos desafios. Dentro desses aspectos, analisamos como os movimentos de mulheres rurais incorporam a agroecologia nas suas lutas e as formas de estratégias e enfrentamentos ao período de pandemia.

No quarto capítulo, trouxemos os pontos desenvolvidos na pesquisa de campo, focalizando as associações na Zona da Mata pernambucana, onde elaboramos um diálogo entre os aportes teóricos levantados e as questões afluídas na pesquisa. Este capítulo é dividido em duas partes: na primeira, afim de contextualizações, apontamos aspectos históricos e sociais da formação da Zona Canavieira, destacando diferenças e especificidades das regiões analisadas; já na segunda parte, a partir dos relatos das agricultoras agroecológicas, buscamos analisar comparativamente suas atuações dentro de suas unidades

produtivas e dentro das suas associações, observando tanto as transformações empreendidas pelas mulheres na busca por caminhos de participação e autonomia, como as estruturas sociais que dificultam suas lutas.

1.1 Métodos de Pesquisa

Dentro do contexto metodológico das pesquisas sociais, a pesquisa qualitativa, como nos conta Heloísa Martins (2004), possibilita um estudo em amplitude e profundidade, privilegiando análises de microprocessos através das ações sociais individuais e grupais. Além do mais, o método qualitativo permite também uma maior flexibilidade quanto às técnicas de coletas de dados, configurando-se como um “trabalho artesanal” onde o uso da intuição, da imaginação e da experiência são aproveitadas na elaboração da pesquisa.

Nesse campo mais geral, inicialmente, este trabalho tinha como principal método de obtenção de dados *a observação de campo*, que permite ao pesquisador investigar *in loco* o funcionamento de como algo efetivamente funciona, reunindo percepções que só podem ocorrer presencialmente (Flick, 2009), associadas a este método *entrevistas semiestruturadas*, enriquecidas com *narrativas* que possibilitam verificar “diversas perspectivas dos informantes sobre acontecimentos e sobre si mesmos”, colocando em evidência “o lugar, o tempo, a motivação e as orientações dos sistemas simbólicos do ator” (Jovchelovitch e Bauer, 2005). Porém, devido ao contexto de pandemia, a pesquisa de campo foi bastante prejudicada, visto que as observações e idas ao campo ficaram restritas ao período anterior à pandemia, tendo sua realidade impactada com o novo contexto vivenciado, o qual não se poderia ignorar.

Dessa maneira, pelas mudanças, a pesquisa se estruturou de formas distinta ao que tinha sido idealizado, requerendo novas estratégias de coleta de dados, tentando abarcar os contextos anteriores e posteriores à eclosão da pandemia da Covid-19. Se por um lado perde-se em termos qualitativos, onde o encontro e a experiência local são essenciais, por outro se ganha em termos comparativos e contextuais. Dessa forma, a maior parte das entrevistas foi realizada de forma online, através de videochamadas.

A pesquisa foi realizada com produtoras rurais agroecológicas. Tivemos como apoio e interlocutores nesse processo as associações nos municípios de Barreiros e Lagoa de Itaenga, tanto para localizarmos as entrevistadas, como para observarmos a atuação política das mulheres nesses espaços. No município de Barreiros, foram entrevistadas mulheres associadas ao grupo autônomo de mulheres Flores de Ximenes, localizadas no Assentamento Ximenes. Já em Lagoa de Itaenga, foram entrevistadas mulheres da Associação Agroecológica do

município, uma organização mista ligada à estrutura sindical da comunidade. As escolhas dessas associações ocorreram pela oportunidade de analisarmos comparativamente as relações das mulheres dentro de suas famílias e comunidades em uma associação autônoma, liderada apenas por mulheres⁶ e outra mista, composta de homens e mulheres.

Uma observação importante a ser colocada é a desigual forma de acesso aos recursos tecnológicos dentro da esfera rural. Dessa forma, é bom salientar que o grupo investigado, embora diverso entre si, forma um grupo privilegiado referente ao acesso às redes de conexão e ao uso dos recursos tecnológicos, apesar de ainda assim, em alguns casos, enfrentarmos dificuldades de conexão da internet, ocasionando interrupções nas entrevistas que precisaram ser remarcadas, dificultando o tempo da pesquisa.

No total foram realizadas seis entrevistas, divididas igualmente entre as duas associações escolhidas, com mulheres entre 36 a 50 anos. Assim, a pesquisa se deu em dois momentos distintos: no primeiro momento, no período anterior à pandemia, entre Junho e Outubro de 2019, onde foi possível fazer visita ao campo de pesquisa (tanto nas feiras agroecológicas, como no assentamento⁷) e posteriormente, após a eclosão da pandemia, entre Julho e Agosto de 2021, com entrevistas realizadas virtualmente, através de videochamadas.

No trabalho de pesquisa, foram componentes de observação e diálogo a rotina de trabalho familiar⁸, as atividades nelas estruturadas, as formas e locais em que são realizadas, o tempo de trabalho e as tensões surgidas nesse processo, suas percepções sobre o isolamento social e as formas como as mulheres atuam em suas organizações associativas. Essa escolha metodológica foi construída através das possibilidades singular do momento, respeitando as normas sanitárias e a disponibilidades das mulheres rurais, os dados obtidos nas experiências de pesquisa serão melhor destrinchados na parte analítica deste referido trabalho.

Além das entrevistas, foi utilizada como método complementar a *análise documental* que acrescenta “a dimensão do tempo à compreensão do social”, observando os processos de maturação e de evolução dos indivíduos, dos grupos, das ideias e das práticas (Cellard; 2012), através da coleta de dados em relatórios, programas, panfletos, entre outros, distribuídos e divulgados pelos próprios movimentos através de associações, sindicatos rurais e grupos acadêmicos. Também foram utilizadas como fonte de dados a observação de lives e

⁶ Embora o grupo seja auto-gestado, é importante ressaltar sua ligação com a associação assentada (esta mista) no qual tem implicações importantes que serão melhor detalhadas na apuração dos dados coletados.

⁷ Em 2019 consegui através de uma ação da UFRPE, visitar o assentamento Ximenes e conhecer pessoalmente o grupo das Flores de Ximenes. Também tive contato com as agricultoras de Lagoa de Itaenga através da Feira Agroecológica de Setúbal (no bairro de Boa Viagem) e também na Feira Agroecológica da FETAPE (no bairro de Santo Amaro).

⁸ Consideramos metodologicamente a fim de análise, trabalho como qualquer ação que atue como forma de reprodução e produção dentro e fora do espaço doméstico, seja o roçado, o quintal ou a cozinha.

conferências online de associações e organizações agroecológicas, tanto nos âmbitos regionais, como no âmbito nacional, caracterizando também um aspecto de como as mulheres se organizaram e pautaram suas lutas durante esse período.

A seguir, a fim de contextualização e detalhamento, falaremos um pouco mais sobre o processo de pesquisa, sobre as associações pesquisadas e as outras fontes de dados.

● **Flores de Ximenes - Assentamento Ximenes/ Barreiros -PE**

Flores de Ximenes constitui um grupo de cerca de 10 mulheres agricultoras agroecológicas que vivem e produzem no Assentamento Ximenes, no município de Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Por sua vez, a história do Assentamento Ximenes conecta-se a um processo de desapropriação de terras que se iniciou no município do Cabo de Santo Agostinho, também na Mata Sul do estado, para construção e ampliação do complexo industrial de SUAPE, em 2011. Como uma forma de realocar as famílias desapropriadas e resolver conflitos agrários na região de Barreiros, o governo do estado desapropriou dois antigos engenhos, o Roncador e o Bombarda, através de um projeto de reforma agrária efetivado pelo Instituto de Terras de Pernambuco-ITERPE⁹. Da união desses dois engenhos nasceu o Assentamento Ximenes, com famílias advindas do Cabo, da comunidade de Juriçaca, e famílias da comunidade da própria região.

Terras assoladas pelo plantio extensivo da cana-de-açúcar, encontravam-se anteriormente improdutivas. Por iniciativa das próprias mulheres, foi buscada a ajuda do IFPE de Barreiros para desenvolver um projeto de recuperação. A partir dessa parceria, iniciou-se um processo de Transição Agroecológica protagonizado pelas mulheres de Ximenes. Além desse projeto, foi formado um grupo de mulheres que começaram um processo de formação sobre questões de gênero e feminismo, através de parcerias com outros movimentos sociais, como a Marcha Mundial de Mulheres e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-NE. Infelizmente, por pressões das famílias e da comunidade, de um grupo de 25 mulheres que iniciaram o grupo, apenas restaram 10 que formam atualmente as Flores de Ximenes.

Na pesquisa, foi realizada uma visita de campo em agosto de 2019, pela qual foi possível estabelecer conexões com as mulheres de Ximenes e participar de uma excursão pelas propriedades das assentadas. Deste modo, foi possível ter um panorama da região,

⁹ O Instituto de Terras e Reforma Agrária – ITERPE, é uma autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, dotada de autonomia administrativa e financeira. O Instituto tem como principal prerrogativa o controle das terras públicas, a reformulação fundiária do território estadual, a implantação de assentamentos e a operacionalização do Programa Nacional de Crédito Fundiário. <<[ITERPE – LAI – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco](#)>>

observando os SAF's, a mata onde se colhem as frutas, os processos de colheita e beneficiamento dos alimentos. No entanto, pela eclosão da pandemia não foi possível retomar a pesquisa de campo como estava planejada. Mas, foi possível realizar as entrevistas com as mulheres através de videochamadas, onde abordamos aspectos da suas biografias, de suas vidas cotidianas, dentro das famílias e na associação, suas relações com a agroecologia e os processos enfrentados pela pandemia.

Figura 1. As Flores de Ximenes, em 2016.



Fonte: Vivian Motta e Rafaela Vasconcellos (MOTTA; TAVARES 2017, p.6)

Figura 2: Primeira ida ao campo, ainda em 2019, no Assentamento Ximenes/ Barreiros - PE.



Fonte da Autora.

- **Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítio Vizinhos (ASSIM):**

A ASSIM é uma associação agroecológica formada por cerca de 40 famílias, localizadas no município de Lagoa de Itaenga, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. A associação foi formada em 1998 motivada pelas dificuldades de comercialização de seus produtos, majoritariamente de cana-de-açúcar na época, pela dependência de atravessadores. Além dessa dificuldade, a comunidade também percebia uma diminuição do potencial produtivo de suas terras. Buscando resolver o problema, a associação fez uma parceria com o SERTA e se iniciou um processo de transição, primeiro para o orgânico e depois para o agroecológico, abandonando o sistema canavieiro. Através dessa transformação na forma de cultivo, a ASSIM conseguiu diversas parcerias e inclusões em uniões e federações de agricultores familiares, como a FETAPE.

A associação também conta com um grupo de mulheres que foi formado a partir de cursos de especializações e oficinas de beneficiamento de produtos disponibilizados pelo Departamento de Economia Doméstica da UFRPE. Através desse grupo de mulheres, as mulheres da comunidade começaram a ter uma maior participação dentro da associação e atualmente ocupam espaços de lideranças.

Através da visita a Feira Agroecológica da FETAPE, no bairro de Santo Amaro em Recife, iniciou-se o primeiro contato de pesquisa, estabelecendo inicialmente uma relação de “pesquisadora/consumidora” e “produtoras comerciantes” formando uma boa relação de confiança, ocasionando uma boa receptividade do processo investigativo. Antes da pandemia, existia o planejamento de uma maior inserção no campo, com visitas à comunidade e a associação, através da participação em mutirões¹⁰. No entanto, com a pandemia não foi possível, mantiveram-se apenas eventuais encontros nas feiras¹¹. Porém, foi possível fazer as entrevistas, algumas foram realizadas presencialmente no período anterior a pandemia e outras por meio da videochamadas após a pandemia, atualizando as informações e abordando as questões referentes ao enfrentamento da pandemia.

¹⁰ Prática recorrente dentro do sistema agroecológico, que consiste em uma “mobilização de indivíduos, coletiva e gratuita, para execução de serviço que beneficie uma comunidade”.

¹¹ Algumas feiras foram mantidas durante a pandemia, como uma forma de assegurar tanto a produção dos e das agricultoras, como para oferecer acesso a alimentos saudáveis para a população da cidade durante a pandemia. No entanto, além de respeitar todas as normas sanitárias, as feiras adotaram um sistema de pedidos por whatsapp prévios para agilizar e diminuir a circulação de pessoas. Por isso não era possível estabelecer conversas mais prolongadas e era respeitado o distanciamento social.

Figura 3: Joseane na Feira Agroecológica da FETAPE, no Bairro de Santo Amaro, no Recife.



Fonte da Autora, 2019

- **Outras fontes de dados**

A escolha por acompanhar lives e reuniões online para complementação dos dados se deu, não apenas pelo empecilho da pandemia, mas pela facilidade proporcionada de acesso e a possibilidade de observar *diferentes formas de discursos e experiências* das mulheres rurais no enfrentamento das dificuldades em que se deparam, assim como também visualizar as redes e estratégias de apoio. A partir disso, tivemos por critério a seleção de alguns temas que se encaixam nos objetivos da pesquisa e que nortearam o foco da análise, como agroecologia, feminismo, trabalho doméstico e o enfrentamento à pandemia, assim como a protagonização das mulheres. Segue a relação de lives selecionadas:

Quadro 1.

Instituições	Lives	Data de acesso
MMC	Live - Feminismo e Agroecologia Feminismo e Agroecologia no enfrentamento a pandemia. - YouTube	12/05/2020
CONTAG	Live - Prosa de Margaridas em Tempos de Pandemia Prosa de Margaridas em tempos de pandemia - YouTube	03/06/2020
FETAPE	Live - Pela divisão justa do trabalho doméstico LIVE - Pela divisão justa do trabalho doméstico - YouTube	10/06/2020

Além das lives, também foram objetos de análise relatórios de pesquisas, cartilhas, boletins, revistas e anais de encontros. Através dessas fontes, identificamos aspectos mais gerais e contextuais, mapeando debates, observando a evolução da participação das mulheres e do debate de gênero na formação dos movimentos agroecológicos.

Guia de documentos analisados¹²:

Quadro 2.

Tipo de Documento	Documento	Organização/Instituição
Boletins e Revistas	Boletim Ô de Casa: Jun 2020 Quintais Produtivos das Mulheres garantem a segurança alimentar no enfrentamento do coronavírus. Boletim Ô de Casa: Jun 2020 - Casa da Mulher do Nordeste	Casa da Mulher do Nordeste
	As Mulheres na Agroecologia e Agroecologia na Vida das Mulheres: Mapeando Experiências.	CONTAG
Cartilhas e Cadernetas	Pensando a Alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo. COMPLETE - Cartilha 1.indd (mpabrazil.org.br)	Coletivo Nacional de Gênero do MPA
	Diagnóstico Rural Participativo- Análise de Gênero. 2010	MDA-Secretaria de Agricultura Familiar. Governo Federal
	Cadernetas Agroecológicas. Nº9 - Nov.2018 cadernetas-agroecologicas-263.pdf (ctazm.org.br)	CTA-ZM
Relatórios	Mulheres rurais em meio à pandemia: desigualdades e práticas econômicas para a vida. - O trabalho e a vida das mulheres na pandemia (sof.org.br) Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica.	SOF Casa da Mulher do Nordeste

Continua.

¹² As referências completas estão disponíveis nas Referências Bibliográficas.

Cont. do Quadro 2

Anais e Cadernos de Encontros	Sem Feminismo não Há Agroecologia! IV ENA, BH 2018. Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia (Manifesto da Rede Internacional Feminismo e Agroecologia) v. 15 n. 3 (2020): Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife/PE, Brasil Cadernos de Agroecologia (aba-agroecologia.org.br)	IV ENA/ ANA/ GT Mulheres da ANA ABA
Campanha e panfletos	Ficar em Casa é uma Questão de Saúde, Dividir Tarefas e Viver sem Violência também. FICAR EM CASA É UMA QUESTÃO DE SAÚDE, DIVIDIR AS TAREFAS E VIVER SEM VIOLÊNCIA TAMBÉM Cadernos de Agroecologia (aba-agroecologia.org.br)	Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste/ ABA
Dados oficiais	Pesquisa Nacional por Domicílio (PNAD -2019) IBGE Biblioteca Detalhes Outras formas de trabalho : 2019 Censo Agropecuário 2017 IBGE Censo Agro 2017 Resultados	IBGE IBGE

Por conseguinte, a pesquisa se compreendeu através das experiências femininas na estruturação da agroecologia, tanto dentro dos coletivos e instituições, através das observações das lides referidas e da análise documental, assim como dentro de suas vidas cotidianas, a partir das entrevistas e da observação de campo, buscando suas relações com o trabalho, com a família e com a comunidade, contextualizando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, sobretudo na pandemia. Ressalta-se que, compreendendo a complexidade e a diversidade que compõem o campo investigativo, não é o intuito do trabalho uma análise exaustiva e absoluta, mas, dentro das possibilidades do momento, oferecer uma janela de observação e investigação a partir das experiências das mulheres.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS

2.1 Globalização e Modernização da Agricultura

Mazoyer e Roudart (2010) traz-nos alguns dados interessante para pensar a questão da fome e da subnutrição no mundo, dados que no mínimo levantam um paradoxo, boa parte das pessoas subnutridas e que passam fome no planeta são do meio rural e, em sua maioria, são produtores e vendedores de alimentos. Segundo os autores, pensar as causas desse número tão elevado, revela um processo atual de empobrecimento do campo e do aumento das desigualdades nos espaços rurais. Um ponto crítico para essa atual conjuntura foi a dita *“revolução agrícola” e a industrialização do campo*, em especial quando se olha os casos dos países em desenvolvimento. Esse processo, na verdade, está inserido dentro de um contexto mais amplo de *globalização e das transformações do capitalismo* contemporâneo que, dentro do mundo agrário, reverbera na lógica da produção para exportação, submetendo a produção de alimentos a uma lógica de mercados, comprometendo, dessa maneira, a segurança alimentar.

Palavra chave para entender os processos de transformação do campo, a globalização, segundo Anthony Giddens (2000), não deve ser vista exclusivamente pelo seu aspecto econômico. Afinal, segundo o autor, a globalização é “política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica”. Dessa maneira, configura-se um processo complexo que opera de maneira “contraditória” e “antagônica”, gerando pressões de dependência e subordinação por um lado e por outro pressões por autonomia local, ainda que de forma assimétrica.

Terry Marsden (2004) argumenta que existem duas tendências ao pensar as influências de processos globais na esfera rural e agrícola, uma que se concentra na “ação social e contingência”, que tem uma abordagem mais ligada à dimensão do local, e outra, direcionada dentro uma perspectiva da economia política, atrelada a suposições regulacionistas, que vincula-se à ideia de regimes de acumulação, em uma abordagem mais global. Para o autor, essa polaridade nas abordagens está relacionada a uma falsa oposição entre a ideia de local e global, pois “cada construção é uma condição da outra” (Marsden, 2004: 80). Defende-se, então, uma visão mais integrada dessas perspectivas, construindo uma visão onde a *agricultura é parte da “natureza social”, de modos de regulação social em que se articulam atuações e estratégias de atores sociais*.

Dentro de uma visão mais “global”, Yamila Goldfarb (2012) traz algumas considerações importantes para pensarmos as transformações do sistema agroalimentar a

partir da globalização e do neoliberalismo. A autora argumenta que o neoliberalismo foi uma “maneira de restaurar as condições de acumulação do capital” contra as medidas regulatórias (keynesianismo), representando uma retomada de poder pelas elites. Essas transformações conduziram a um “atrelamento da produção de alimentos ao sistema financeiro” à medida em que se reduziam as ações de regulação do mercado pelos governos. Esse atrelamento, citando Philip McMichael, levou submissão da produção a uma lógica especulativa, gerando insegurança alimentar. *O conceito de soberania alimentar surge, justamente, segundo Goldfarb, de uma reação ao poder corporativo e da necessidade de impedir que o alimento entre na roda do mercado, visto que é algo essencial para a vida.*

Ainda sobre as transformações acarretadas pelo neoliberalismo no campo, Henry Bernstein (2011) explana que a pressão exercida pelo FMI e pelo Banco Mundial forçaram a adoção de medidas de inclusão do campo ao “modo capitalista agrário globalizado”, provocando um aumento de concentração de terra, mercantilização da subsistência camponesa, incentivo à monocultura de produtos para exportação e precarização do trabalho rural. O autor dá ênfase, também, nas “dinâmicas contraditórias das relações sociais capitalistas”, que por sua vez também se relaciona com a diferenciação de classe, o que no campo é representado pela mercantilização do camponês e as diferentes formas de acesso aos incentivos para sua produção. Todas essas questões levaram a um debate sobre o processo de “desaparecimento do campesinato” em que a globalização representaria o seu último estágio. No entanto, alerta Bernstein, antes de declarar seu fatal desaparecimento, é preciso passar de uma “sociologia econômica da relações e dinâmicas de classe” para uma “sociologia política da identidade e consciência de classe” e nesse sentido é possível falar de uma “*resistência agrária global*” ou um “*contramovimento agrário*”.

Ainda sobre a globalização e as transformações do capital, Alessandro Bonanno(2004) traz algumas considerações importantes. O autor coloca esse processo em termos de pós-fordismo global e aponta para a necessidade de não tratar esse conceitos, em torno da globalização, de uma forma rígida e mecanicista, justamente pelo fato da heterogeneidade desse processo e suas características baseados na flexibilização da economia e mobilidade do capital. Isso significa dizer que a globalização não deve ser vista como um processo homogêneo que unifica o global e o local. Nesse aspecto, o autor aponta para necessidade de uma *abordagem dialética da relação global/local* de maneira que se possa compreender as maneiras como as localidades são inseridas nas lógicas globais, observando os interesses envolvidos nessa relação, seja na dimensão do capital ou na dimensão das estratégias adaptativas e de resistência das localidades. Para o autor, as formas e possibilidade de

resistências a esse processo se fundamentam nas limitações e contradições que lhe são inerentes.

Por outro lado, há possibilidades de resistências que estão baseadas nas limitações e contradições das ações próprias das corporações transnacionais. Na essência, essa tema diz respeito ao fato de que essas corporações precisam realizar suas produções, ou seja, vender seus produtos através das cadeias globais. Essa situação dá poder a diferentes grupos sociais que, enquanto atuam como produtores, também são consumidores. Por exemplo, a promoção do consumo ambientalmente amigável tem sido um dos maiores obstáculos à exploração dos recursos naturais e das pessoas por parte das corporações transnacionais. Essa capacidade das comunidades e grupos sociais de alterar o funcionamento das cadeias globais abre a possibilidade de se controlar o processo de acumulação de capital, dirigindo-o a caminhos mais democráticos.(BONANNO; 2004:p.66)

Josefa Salete Cavalcanti (2004) aprofunda o debate, apontando para o fato que a dimensão global/ local está hoje associada aos modos de globalização do sistema agroalimentar. Nessa perspectiva, é preciso enxergar de forma paralela os processos de circulação de mercadorias tanto no âmbito do consumo, como no âmbito de sua produção, observando, assim, os meios como se relacionam, impactam e transformam os espaços rurais. Dessa maneira, por exemplo, na medida que compreende-se as transformações do capital como um processo de abertura do mercado global e uma diminuição do poder de regulação do Estado frente às grandes corporações, *verifica-se paralelamente uma imposição cada vez maior de modos de produção e “certificação” das mercadorias que servem como uma intensificação das desigualdades e exclusões no campo*. Por outro lado, John Wilkinson (2008), aponta também para a necessidade de análise de mercado a partir da perspectiva de redes sociais, de modo que possam oferecer estratégias, caminhos e brechas para agricultura familiar através, por exemplo, de sua inserção em nichos de mercados, e de novas formas de relação produção/consumo que surgem das críticas ambientais e sociais.

Por fim, é importante salientar, como aponta Cavalcanti (2014), que a globalização e as desigualdades formam “um par em questão”, na medida que a relação entre os processos globais e as territorialidades constituem um “*um jogo de forças*” permeado por diferentes relações de poder. Devemos observar também, como dito por Giddens, que da globalização também emergem contestações e pressões por autonomia, reverbera-se, nesse ponto, o papel ativo do território, de modo que é possível perceber criações de redes de aliança, resistência e esperanças.

2.2 Resistência e Permanência Campesina

Quando começa-se a falar em campesinato, fala-se, primordialmente, em uma “forma social particular de organização da produção”, chamada por Chayanov (1985) de “unidade econômica familiar”, que caracteriza a forma de produção camponesa. De certo que, essa forma de unidade econômica familiar passou por diversas transformações ao longo da história e do desenvolvimento do “capitalismo agrário globalizado”, no entanto, o autor traz pontos interessantes para pensarmos e ponderarmos como essa estrutura se mantém (adapta-se) e se transforma frente às pressões econômicas. Chayanov observou como *a forma de produção campesina se mantém a partir do trabalho familiar*. Diferente das formas capitalistas, *o objetivo da produção campesina é, antes de tudo, a manutenção e reprodução da família*. Nessa dimensão, existe um balanceamento entre as forças produtivas (o trabalho familiar) e as necessidades de consumo da família. Esse balanceamento é explicado através da trajetória de desenvolvimento familiar. Chayanov, portanto, coloca uma dimensão demográfica na forma pela qual se estrutura a organização econômica campesina.

Já Lamarche (1993) irá desenvolver o conceito de agricultura familiar baseada na ideia de exploração familiar. O autor irá observar as diversas formas, muitas vezes desiguais, de adaptação das “unidades econômicas familiares” frente às transformações no campo e sua inserção no mercado. O autor também destaca o papel do Estado nas formas de reestruturação campesina, como por exemplo, na construção de um “modelo ideal” que impõe estratégias adaptativas a serem usadas pelos agricultores para conseguirem acesso às políticas de créditos e financiamento. Lamarche enfatiza a *forte característica adaptativa da agricultura familiar*. Para o autor, o poder da agricultura familiar corresponde à capacidade de conciliar as “heranças do passado” e as exigências “externas” adaptativas. Ainda que o conceito de camponês e de agricultor familiar possam configurar dimensões conflitivas politicamente, é preciso reconhecer a resistência (e a persistência) campesina. Sua resistência está no seu poder de adaptar-se sem se perder por completo. Não só continuam existindo como sendo sujeitos de transformação social, pautando questões e não apenas sendo passivos a um processo histórico que foge de seu poder de ação.

Dentro do contexto de modernização e industrialização do mundo rural, o conceito de camponês é visto com desconfiança, principalmente ao que se refere à sua permanência no mundo globalizado. O que os teóricos da sociologia da agricultura mostraram é que apesar de todas as desconfianças *os conceitos de camponês e de agricultura familiar ainda são relevantes para pensar o mundo moderno*, como analisa Nazaré Wanderley (2003):

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras. (WANDERLEY, 2003, p.43)

Segundo Wanderley, citando Henri Mendras, o campesinato pode ser visto de duas maneiras: na primeira, a partir de uma perspectiva histórica, enquanto uma *civilização ou uma cultura*, que não pode ser reduzida a uma lógica econômica e, na segunda maneira, contrariamente, como uma *“forma social particular de organização da produção”*. De uma perspectiva ou de outra é importante ter em mente que o campesinato não pode ser visto de uma maneira isolada, como algo à parte da sociedade, mas, justamente devemos nos interessar pelas formas e dinamismos de interação com as “sociedades englobantes”.

Para Teodor Shanin (2006) a questão não está no desaparecimento ou não da figura do camponês na sociedade contemporânea, mas na importância da utilização conceitual do termo camponês para a compreensão da sociedade. Nesse aspecto, defende-se que o termo continua tendo grande valor analítico e político. Para o autor, *a figura do camponês enquanto um tipo social é uma mistificação, só pode ser visto dentro de uma concepção dinâmica e marcada pela heterogeneidade, dentro de uma sociedade englobante e não como uma figura cristalizada no passado*. No entanto, o valor do uso conceitual do termo enquanto “generalizações”, como uma marca metodológica, serve como um valor heurístico, investigativo, através de comparações.

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês [...].E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento”.(SHANIN; 2006, p.9)

Mónica Figurelli (2016), defende que a tentativa de tipificar, delimitar e criar categorias sobre o que é o campesino, dentro de uma perspectiva de “tipos sociais”, sempre leva um questionamento do seu desaparecimento porque concentra-se em “atributos definidos a priori”. Nesse sentido, é preciso “trocar as lentes” para pensar em termos de “processos relacionais” e *“oposições constitutivas”*: *“sujetos que disputan identidades en situaciones y*

oposiciones concretas” (Figurelli, 2016). Nesse sentido, é fundamental questionar o jogo social de oposições que a identidade campesina permite observar.

En vez de debatir con criterios abstractos cuál terminología es la más correcta para referirse a las personas sobre las que hablamos, o si esas personas están entre las últimas muestras de una forma de existencia destinada a desaparecer, me parece más útil flexibilizar los criterios para considerar su práctica concreta y las categorías que ellas mismas utilizan para describir su universo.(FIGURELLI, 2016, p.4)

Segundo a autora, dentro desses termos, tanto o ativismo e a identidade campesina, quanto seu modo de produção é delineada em contraste ao sistema de produção do agronegócio. Dentro dos seus discursos é possível ouvir que a agricultura campesina é aquela que permite construir a soberania alimentar, porque é aquela que produz o alimento para a necessidade humana e não para a acumulação de capital, assim produz de forma “sana” e “curativa”, recuperando o solo e o meio ambiente, com sementes próprias, de maneira diversificada e sem agrotóxico, conservando a biodiversidade e sem a exploração humana. Dessa forma, segundo a autora, a identidade campesina se constrói a partir de um modo de produzir que é também “una manera de ser y vivir”.

2.3 Desigualdades de Gênero, Divisão sexual do trabalho e Agricultura

A perspectiva teórica deste trabalho parte de uma confluência de análises críticas. No entanto, esse intuito não deve ser visto como uma tentativa de construir um discurso absolutizante, mas, pelo contrário, busca tornar-se aberto a um diálogo a partir de diversos ângulos e perspectivas distintas. Dentro desse aspecto, importa-se ao trabalho a análise de gênero, principalmente no que tange às relações de trabalho familiar e os papéis de gênero envolvidos em sua configuração. Somada a essa base teórica, abordam-se alguns apontamentos críticos das teorias feministas.

- ***A Análise de Gênero***

Segundo Joan Scott (2012), o uso da terminologia gênero como uma categoria de análise nas ciências sociais percorreu um longo caminho para sua legitimação. No entanto, apesar de seu amplo uso, ultrapassando inclusive os muros acadêmicos, existe uma inexatidão conceitual em sua aplicabilidade. Scott explicita que essa imprecisão dá-se pelo terreno arenoso da contestação no qual o termo é disputado politicamente. Nesse aspecto, ressalta-se,

para a autora, que seu sentido deve-se ser lido contextualmente, observando quem a utiliza e para qual finalidade.

É justamente nesse caráter político no qual se disputam os significados que Scott chama atenção para a relevância do uso do termo. Para a autora, o gênero funciona como uma lente perceptiva no qual identificamos os diferentes significados normativos para as concepções em torno da feminilidade e da masculinidade. A “análise de gênero” seria, assim, um “compromisso crítico” diante desses significados, observando suas contradições e ambiguidades e como elas se manifestam na vida das pessoas que estudamos. Diante disso, de acordo com Scott, sobressaem dois aspectos relevantes no uso da categoria de gênero: no primeiro aspecto, torna-se evidente que não existe uma “representação única e inequívoca” das mulheres; e, no segundo aspecto, o gênero também pode ser visto como um instrumento para identificar desigualdades em suas múltiplas formas.

É por esta razão que gênero se mantém um conceito útil para análise crítica. Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres têm sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e definidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. (SCOTT, 2012, p.20)

Defendida a importância da análise de gênero, é preciso retornar a sua concepção teórica defendida por Joan Scott (1995). Para a autora, a ideia de gênero surge como uma crítica ao determinismo biológico, sendo, por essa maneira, vista como uma “categoria social imposta sobre o corpo sexuado”. Sublinha-se, então, os aspectos sociais e culturais na construção do gênero, e se enfatiza o seu caráter relacional, pois, como diz Scott, “a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens”.

É necessário questionar, no entanto, o porquê da superestimação da masculinidade em detrimento e em oposição à feminilidade. A origem dessa diferenciação, segundo a autora, vai além da divisão sexual do trabalho e da maneira como os papéis de gênero são apreendidos dentro da estrutura familiar e de parentesco. Conforme Scott, para compreender a origem das diferenciações de gênero é preciso compreender o sistema de significados e de representações que orientam as relações sociais e dão sentido às experiências. Assim, a linguagem, como a ponte de acesso à ordem simbólica, tem uma importância fundamental, pois é através da linguagem, segundo a autora, que se constrói a identidade de gênero. E é através do gênero que se começa a significar as relações de poder.

Maria Ignez S. Paulilo (2016) traz algumas contribuições importantes tendo por perspectiva a construção do feminismo no campo. Sustenta, a autora, que para compreender

esse feminismo, é preciso questionar a trajetória do feminismo enquanto um movimento urbano e, por um outro lado, observar como ele se cruza com os estudos agrários. Nesse ponto, é importante ressaltar que não existe um feminismo único, e sim diferentes correntes teóricas que se combinam, ou que se afastam, dependendo de como as mulheres lhe dão significados em suas trajetórias. Olhando através desse prisma e observando o movimento autônomo das mulheres do campo, para Paulilo, o conceito de gênero, apesar de sua grande relevância, não se adequa completamente nos modos de vida destas mulheres, nem na forma como elas o utilizam na luta política. Pois, segundo a autora, a ideia de gênero parte de uma necessidade de desconstrução do “binômio mulher/natureza” o que entra em contradição com a vivência e os valores das mulheres rurais.

Enquanto as feministas da igualdade temem que defender a diferença seja reforçar a visão tradicional da mulher enquanto mais ligada à natureza, sendo o homem mais à cultura e a razão, juntando a subordinação da natureza à subordinação da mulher, as agricultoras, tendo uma visão religiosa da natureza, considerando-a “sábia” e “boa”, não veem a ligação mulher/ natureza como desabonadora. (PAULILO, 2016, p. 300)

Nesse contexto, Paulilo reforça a ideia de experiência de Scott, chamando a atenção para o fato de que não existe uma pré-determinação, mas são as experiências que dão significado às identidades e as visões de mundo. De acordo com a autora, o feminismo camponês deve ser visto a partir de suas particularidades, de suas reivindicações e de suas pautas, como, por exemplo, sobre as questões em torno da soberania alimentar, da sustentabilidade e da distribuição de terra e renda.

Um outro ponto relevante, trazido por Paulilo (2004), é a *importância da categoria de trabalho familiar para a compreensão das desigualdades na análise de gênero*. Segundo a autora, a predominância da influência marxista nos estudos feministas exerceu um viés urbano na análise do trabalho feminino, pois se concentravam na inserção das mulheres no mercado de trabalho, excluindo as mulheres que se encontravam em regime de trabalho familiar. Para Paulilo, a desvalorização das mulheres nos espaços rurais se reflete não apenas na invisibilização do seu trabalho, como também na desigual forma de distribuição de terra e renda, como é observado no fato das mulheres serem preteridas na partilha da terra, nos processos de herança. Paulilo argumenta que a herança da terra é vista, dentro da lógica camponesa, como uma compensação pelo tempo dedicado ao “trabalho na terra”, assim, na medida em que o trabalho feminino não é reconhecido, nem valorizado, o seu direito à herança é menosprezado. Dessa maneira, o acesso a terra pelas mulheres é condicionado ao casamento, sendo as celibatárias as mais excluídas e expostas à vulnerabilidade e pauperização. No entanto, as mulheres trabalham e atuam tanto quanto, e até mais, que os

homens. Essa desvalorização está, para a autora, relacionada ao modo como a divisão sexual do trabalho é significada no trabalho familiar, sendo o gênero um vetor determinante. Dessa forma, qualquer atividade exercida pelas mulheres é vista como um “trabalho leve” ou, até mesmo, como um não trabalho¹³.

Ao estudarmos o trabalho das mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, percebemos que a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos homens e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido mas ao sexo de quem executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastado ou prejudicial à saúde que fosse. (PAULILO, 2004, p.17)

Tendo por base as teorias do campesinato, Ellen Woortmann (1995) advoga pela importância da compreensão dos estudos de parentesco, como princípio organizativo do campesinato, tendo por perspectiva, não só a sua reprodução social, mas as formas de regulamentação do comportamento e a preservação dos valores culturais.

Um ponto interessante da análise da autora para nosso trabalho é o entendimento, que *assim como as mudanças nas formas produtivas são formas adaptativas e de resistência às transformações no meio rural, as mudanças nas estruturas familiares de parentesco também representam essa mesma capacidade adaptativa*. Entretanto essa plasticidade, para Woortmann, na realidade, reflete-se em um sentimento de lealdade dentro de uma dinâmica conservadora de sua organização social¹⁴.

Em seu desenvolvimento argumentativo, a autora destaca que as estruturas ideológicas que marcam a divisão sexual do trabalho, entre trabalho produtivo e reprodutivo, estão fortemente conectadas às formas de alianças¹⁵ matrimoniais que integram as sociedades camponesas. Nesse contexto, a terra¹⁶ não é apenas um fator de produção econômico para o campesinato, mas é vista como um patrimônio material e, primordialmente, moral. Através dessa lógica, na continuidade da família camponesa, onde os homens ocupam uma posição sempre fixa em oposição à circulação de mulheres, é possível identificar como essa forma de

¹³ Destacamos aqui os estudos de Beatriz M. A. Heredia (2013) sobre o trabalho familiar nas famílias de pequenos proprietários e *foreiros* na Zona da Mata Pernambucana.

¹⁴ Neste ponto, Woortmann traz a contribuição do trabalho de Galeski, destacando a importância da comunidade e da aliança dentro da estrutura hierárquica da sociedade camponesa. No entanto, segundo a autora, tanto Galeski como Chayanov e Tepicht, embora considerem a família como central para a compreensão do campesinato, privilegiam e enfatizam uma visão economicista, negligenciando aspectos mais profundos da estrutura social camponesa.

¹⁵ Conecta-se aqui, para a autora, a ideia de *reciprocidade*. A reciprocidade entre as famílias camponesas é um elemento central para a formação de *habitus* e valores culturais, expressando sempre relações de parentesco.

¹⁶ Para Woortmann, na estrutura camponesa, a terra é onde se verifica o domínio do parentesco, onde se atribui o significado de território, conectando-se a memória e a identidade camponesa. Nesse sentido, “não se herda um objeto: herda-se uma obrigação” de lealdade e continuidade da família camponesa.

estrutura age na invisibilização do trabalho feminino, o que se reflete também em sua exclusão nos processos de partilha de terra e herança.

É evidente que o trabalho da mulher é de tempo parcial porque, pela divisão sexual do trabalho, ideologicamente engendrado, compete-lhe as tarefas domésticas aparentemente não consideradas por ele como trabalho. Parece tratar-se aqui da mesma oposição ideológica entre o roçado e a casa, entre o trabalho e a ajuda, nas representações do campesinato brasileiro. É como se houvesse um trabalho parcial “produtivo” (desde o ponto de vista do economista) e outro “não produtivo” (as atividades realizadas na casa). Mas se estas não são “produtivas” são seguramente “reprodutivas”, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho. (WOORTMANN; 1995, p.35)

Nesse sentido, quando apenas se privilegia aspectos “objetivos” e “econômicos” das sociedades camponesas acaba-se por negligenciar aspectos centrais de sua organização, contribuindo para a perpetuação das desigualdades e invisibilização do trabalho feminino. Pois como conta Scott, é justamente nos aspectos “ideológicos” e “subjetivos”, através da ordem simbólica, que se perpetuam as relações de poder e os aspectos mais desiguais do gênero.

- ***Gênero e Meio Ambiente***

Mary G. Castro e Miriam Abromovay (1997) trazem, também, uma contribuição importante sobre a relação gênero e meio ambiente. Segundo as autoras, a análise de gênero não só torna possível a compreensão das relações que se estabelecem entre os homens e mulheres, como também as relações perante os grupos, a comunidade, a sociedade e, por essencial, o meio ambiente. Dessa forma, através da análise dos sistemas culturais, como se é proposto na análise de gênero, é possível identificar características particulares dos atores sociais e as representações do seu entorno. Nesse sentido, é preciso ter cautela na “equação gênero/meio ambiente” para que não se caia em possíveis essencialismos e/ou em um “retorno utópico” ao telúrico, principalmente quando se pensa a relação mulher/natureza (Castro; Abromovay: 1997). Porém, ao problematizar a relação gênero/meio ambiente se evidencia as diferenças e desigualdades nos modos de utilização dos recursos naturais e os meios pelos quais essa diferença é significada e “naturalizada”.

Dessa maneira, argumentam as autoras, o enfoque de gênero ajuda a questionar os significados acerca das ideias de desenvolvimento sustentável, buscando estratégias que atuem na diminuição das desigualdades existentes e o uso sustentável do meio ambiente. Sustentam Castro e Abromovay que só se pode pensar em desenvolvimento sustentável e

equitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária nas tomadas de decisão.

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade, ao prazer e ao telúrico. Tal equação questiona sentidos da economia política para a igualdade de vida dos indivíduos, considerando a pluralidade do ser/ estar no mundo, ultrapassando célebres dicotomias tão caras ao pensamento ocidental, defendendo o equilíbrio dos direitos dos seres humanos em sua diversidade, direito à casa desses seres humanos, o seu corpo e o planeta. (CASTRO; ABROMOVAY; 1997, p.35)

Ainda sobre a relação gênero e meio ambiente, Woortmann (1992) traz alguns apontamentos relevantes. De acordo com a autora, o “ambiente” compõe-se através de “vários espaços articulados entre si pelo grupo que nele, e dele, vive”. Esses espaços, para Woortmann, não são apenas naturalmente dados, pois eles possuem um sentido cultural e social nas formas como são utilizados. Assim, nessa perspectiva, não existe uma “oposição entre natureza e sociedade”, mas uma interação entre eles. Portanto, para Woortmann, os modos como se classificam o espaço natural projetam-se classificações que também são sociais e, dentre essas, as de gênero.

Junto com o ambiente, se transforma a mulher. Se o espaço é construído, também gênero o é, e a construção deste último se relaciona intimamente com o do primeiro.[...] As relações entre gênero e ambiente, assim como as relações entre os gêneros, a partir de suas relações com o meio ambiente, se transformaram através do tempo, constituindo-o. Para analisar esse processo ecológico-social no que diz respeito à construção do gênero, é preciso colocar o espaço no tempo. (WOORTMANN, 1992, p. 33)

Na visão da autora, a natureza e os grupos sociais formam, em conjunto, um *ecossistema*, de modo que se transformam mutuamente com o tempo. Concomitantemente, portanto, na medida que as relações com o ambiente se transformam, as relações entre os grupos e entre os gêneros também se modificam.

- ***O Tempo do Trabalho na Vida das Mulheres***

Para E.P Thompson (1998), no período pré-industrial, o tempo cotidiano tinha mais relação com a ocupação no ciclo do trabalho, cuja definição se dava mais pela lógica ocupacional do que pela métrica de um relógio - o que implicava em jornadas de trabalho não fixas. Entretanto, este cenário se modifica pela nova disciplina emergente de controle do tempo, decorrente do aprofundamento da divisão do trabalho e maior popularização do

relógio. Havendo então, uma separação entre o tempo do trabalhador e o do empregador, pois nesse novo hábito de trabalho, o tempo apreendido é o tempo do trabalhador que é posto à venda.

Porém, Thompson argumenta que *a permanência do tempo orientado por tarefa permanece nas sociedades camponesas, assim como, também, no ofício feminino, nas atividades domésticas*. Não se adequando ao ritmo da mediação do tempo pelo relógio e orientando-se pela necessidade.

A noção do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. [...] O camponês ou o trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o trabalho e a vida. (THOMPSON 1998, p.271)

Percebendo o ‘uso do tempo’¹⁷ como um recurso fundamental para organização da sociedade e como um importante indicador de análise social, Moraes et al (2021) defendem a sua importância metodológica nos estudos de gênero, especialmente nas pesquisas com mulheres rurais. Historicamente, o uso do tempo como um indicador se iniciou nos estudos demográficos e psicológicos nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. Porém, as autoras destacam, que só a partir da década de 1970 que esses estudos passaram a ganhar um viés feminista. Destaca-se, nessa perspectiva, que a relação tempo/ trabalho traça um importante paralelo ao analisar as variantes de classe, gênero e raça, principalmente quando se pretende mensurar a qualidade de vida dos indivíduos na sociedade.

No que tange às questões de gênero, as pesquisas do uso do tempo são capazes de perceber através de um retrato do cotidiano das pessoas, como os papéis sociais e as desigualdades de condições e oportunidades entre os sexos estão sendo estabelecidos e reforçados na nossa sociedade. Nessas pesquisas, o trabalho se apresenta como um dos aspectos centrais nessas relações cotidianas já que é considerado ferramenta fundamental para a criação e transformação da natureza, tendo como intuito a satisfação das necessidades e desejos humanos. Assim, o trabalho como categoria ou como conceito prefigura em inúmeras discussões relacionadas à vida e a organização coletiva da vida humana, aparecendo como conceito essencial nos estudos clássicos e contemporâneos sobre as relações produtivas do capitalismo e de suas alternativas, sendo importante lembrar sua permanente conexão com as relações de gênero. (MORAES et al; 2021, p.174)

É relevante, para as autoras, destacar que o conceito de ‘divisão sexual do trabalho’ se consolidou durante o período de industrialização, acentuando a divisão das esferas públicas e privadas, onde a produção é confundida constantemente com a “produção de mercadoria” e o

¹⁷ As autoras trazem referências às perspectivas de Sorokin e Merton, no entendimento de tempo social, onde se verifica um tempo qualitativo, atribuído de significados; e Norbert Elias na compreensão de como a forma de organização do tempo impacta a vida das pessoas e da comunidade.

trabalho com “emprego”. Dessa forma, observa-se que as atividades realizadas pelas mulheres, adentrando os espaços domésticos, são subestimadas, considerando-as como um não trabalho e atribuindo-lhes um aspecto moral que é intimamente associado ao papel feminino.

Moraes et al, demonstram que no caso das mulheres rurais acontece uma dupla invisibilidade, pois além das atividades domésticas não serem reconhecidas como trabalho, seu trabalho no roçado também não é reconhecido, visto apenas como uma ajuda. Argumenta-se então que essa diferenciação e subordinação das atividades femininas está relacionada a dominação de gênero que inferioriza simbolicamente e materialmente as mulheres. No entanto, é necessário considerar que nem sempre o esquema “produção/reprodução” encaixa-se nas atividades cotidianas das mulheres, principalmente quando se refere ao contexto das mulheres rurais, onde as relações sociais obedecem outras lógicas constitutivas, onde a centralidade do trabalho está na busca da sustentabilidade da vida familiar e comunitária.

As mulheres rurais não convivem com a ideia da jornada de trabalho com marcação definida de tempo, ou seja, que possui um início e um fim. O trabalho das mulheres rurais articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término em sua rotina. (MORAES et al; 2021, p.178)

Tendo por base as reflexões de Gema Esmeraldo, as autoras evidenciam a importância do entendimento de que tempo e o espaço integram uma estrutura normatizadora, onde se é apreendido *habitus*, condutas e disciplinas que marcam corporalmente e subjetivamente os indivíduos, na organização e na produção dos papéis sociais. *A divisão entre a casa e o roçado*¹⁸, como espaços sexados, indicam parte dessa estrutura onde se fundamenta o trabalho familiar, onde um é visto como espaço da produção e, o outro, como espaço de reprodução. Na perpetuação dessa lógica, as mulheres são constantemente desqualificadas e não consideradas como “sujeitos ativos dos processos produtivos”, por mais que na prática, e na vida cotidiana das mulheres, essa lógica possa ser subvertida.

As mulheres também trabalham na roça, no entanto, é consenso entre todos esses estudos que o trabalho das mulheres na produção agrícola é entendido como “ajuda” pelos demais membros da família ou da comunidade. Contudo, esse trabalho possui frequência diária, logo, é associado ou confundido com as atividades domésticas.

¹⁸ O clássico estudo de Beatriz Heredia (2013) traz um extenso detalhamento dessa divisão, demonstrando que a divisão das atividades, a partir das esferas de autoridade e hierarquização, onde os homens exercem a dominação, determinam o que é trabalho e o que não é trabalho dentro da família camponesa. Dessa forma, todas as atividades ligadas ao roçado, associadas aos aspectos da produção, são consideradas masculinas, e as atividades ligadas à esfera da casa, associadas ao consumo e ao cuidado, são consideradas femininas. Mesmo que as mulheres venham a exercer atividades no roçado, essa atividade não é considerada trabalho e sim *ajuda*.

Como tal, não é remunerado e não faz da mulher um sujeito ativo na decisão da produção, comercialização ou proveniente das políticas públicas. Percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada. (MORAES et al; 2021, p. 179)

Levando em consideração essas questões, Moraes et al defendem a importância metodológica da abordagem do ‘uso social do tempo’ a fim que no detalhamento das atividades cotidianas se evidencie quem se beneficia do trabalho de quem, valorizando e reconhecendo o trabalho feminino e reivindicando uma partilha mais justa das atividades domésticas.

- ***Feminismo Latino-Americano***

Francesca Gargallo (2007) conta-nos que o feminismo latino americano surge a partir de uma visão crítica à globalização, ocidentalização e ao neoliberalismo, que se configuram, para a autora, como uma reorganização do racismo e do colonialismo: “es imposible disociar el patriarcado contemporáneo del racismo, el colonialismo y el capitalismo” (Gargallo: 2007). Isso se deu e continua se dando através da negação e subordinação da diferença, que cria hierarquias estruturais dentro de uma sociedade. Através dessas considerações, para a autora, o feminismo latino americano reivindica a necessidade da mulher latina americana renovar seu “imaginário” a partir de uma releitura histórica de um processo de formação (ou falseamento) identitária em que lhe foram ocultadas as bases da opressão, “revisitar el pasado como algo carregado de sentido para el presente”. Ao adentrar nessa perspectiva, observa-se que a violência colonial é o que configura a base desta construção identitária e seu esquecimento faz parte do seu próprio mecanismo de opressão.

É na flutuação destas ideias que Gargallo (2014) se questiona sobre a existência de um pensamento feminista não ocidental, de um feminismo não concebido desde fundamentos da modernidade, que se relaciona em pensar ideias feministas formadas por mulheres que nem sempre corresponde aos interesses e compromissos metafísicos ocidentais:

Identificarse como mujeres en proceso de liberación de las opresiones patriarcales no es lo mismo en un mundo visualizado como dual, complementario aunque desigual, necesariamente dialógico y complejo, que desde un mundo binario y contrapuesto. (GARGALLO, 2014, p. 20)

Nesse sentido, revisar a história em sua complexidade, reconhecer outras “modernidades” e reconhecer que existem outras vivências e experiências baseadas em suas

localidades e geografias que não podem ser reduzidas em uma única história ou a um único universo epistêmico é pôr em “crise” a hegemonia cultural do colonialismo. E é só através desse reconhecimento e do deslocamento da perspectiva de “modernidade emancipadora”, que é possível conceber outras formas de pensar o feminismo.

Dentro desse mesmo universo teórico, para Maria Lugones (2014), a ideia de modernidade parte de uma forma de organização ontológica de mundo a partir de “categorias homogêneas, atômicas e separáveis” que são também formas de hierarquização e normatização do mundo. Como, por exemplo, as ideias dicotômicas hierárquicas, entre o humano e não humano, entre homens e mulheres, entre outras. Essa forma de ver o mundo, para a autora, é central para o pensamento capitalista, colonial e moderno sobre concepções de raça, gênero e sexualidade. Nesse sentido, a crítica ao universalismo feminista feita por mulheres não ocidentais parte de uma reivindicação por análises que ultrapassem as categorias da modernidade. Assim como Gargallo, Lugones aponta que a imposição dessas categorias no projeto civilizatório colonizador é envolto por um processo de apagamento da memória e fragmentação do tecido social dos povos colonizados e subalternizados.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e , consequentemente, das noções de si das pessoas, da relações intersubjetivas, com a Terra, com a própria concepção de realidade, identidade e organização social e cosmológica. (LUGONES, 2014, p. 936)

A autora destaca o papel da religião e do cristianismo como um instrumento poderoso nesse processo, isso se verifica na normatividade que conecta a ideia de gênero e civilização que resultou no apagamento das “práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem”, e também no controle das práticas reprodutivas e sexuais. Para Lugones, existe um vínculo entre o conceito moderno instrumental da natureza e a “introdução colonial do conceito moderno de gênero”.

Pensar através destas reflexões, leva-nos a perceber que as pessoas estão sempre criando e (re)criando seus modos de vida e seus lugares longe de serem apenas passivas dentro dos processos globais e isso permite entender que “nem tudo que emerge da globalização está adequado ao roteiro do capitalismo” (Escobar:2005). Assim, a partir desses apontamentos teóricos, é necessário pensar não apenas as relações entre os gêneros, como também suas relações com o meio ambiente, as práticas envolvidas e as formas de resistência e adaptações às constantes transformações sociais e ecológicas.

Corroborando com as reflexões de Paulilo, em sua particularidade, o feminismo camponês se constrói a partir da experiência prática das mulheres na luta contra hegemônica,

na valorização dos saberes tradicionais; na coletividade, nas associações e cooperativas autogestadas, na preservação do meio ambiente, na busca pela soberania alimentar, na luta pela autonomia, pela liberdade de seus corpos, pela divisão justa do trabalho doméstico, pela partilha da renda e da terra, pela valorização do seu trabalho, e pelo seu reconhecimento como sujeitos políticos e sociais.

2.4 A Alternativa Agroecológica

Para pensar os fundamentos teóricos da Agroecologia, Costa (2017) traz, primordialmente, uma compreensão crítica do processo de desenvolvimento da agricultura industrial, pensando-a como um aporte próprio e fundamental do desenvolvimento do capitalismo e seus modos de produção radicalmente racionalizados e otimizados para a obtenção de lucros, a partir de uma visão mecanicista da agricultura e da natureza. Consequentemente, esse ideal só é possível se sustentando a partir de uma lógica de exclusão, dominação e exploração socioambiental que afeta e vulnerabiliza uma grande contingência da população mundial, solapando os recursos naturais e o meio ambiente. Para Costa, é importante sublinhar que a degradação ambiental e as mudanças climáticas induzidas pela *ação antrópica* são extremamente críticas justamente para os mais pobres e marginalizados. A exploração contínua da terra pela monocultura¹⁹, o uso indiscriminados de insumos agrícolas e agrotóxicos, o desmatamento, a extração ilimitada resultam cada vez mais na perda da biodiversidade, na desertificação do solo, na escassez dos recursos e na expansão das fronteiras agrícolas e agropecuárias para novas terras para mais um novo ciclo de degradação, ampliando as desigualdades e os problemas socioambientais.

Vale lembrar que no Brasil a lógica da monocultura e da agricultura voltada para exportação é intimamente ligada ao seu processo histórico enquanto um país que passou por um processo de colonização e exploração mercantil²⁰.

A agricultura se constitui na atividade humana que mais demanda território, promovendo impactos difusos sobre o meio físico e biológico. E no caso brasileiro-contrariamente ao que colocam os apologistas do modelo agroquímico, o agronegócio - a agricultura tem promovido expressivo passivo ambiental e social, dada a forma pela qual tem sido conduzida em praticamente todas as regiões do país,

¹⁹ Lembramos aqui o livro da filósofa e ativista Vandana Shiva “Monocultura da Mente”, como uma importante referência à crítica ao modelo agroindustrial. Para Shiva a monocultura e a agricultura industrial não podem ser vistas apenas como uma técnica de melhoria da produção, mas como uma ideologia que expressa um sistema de poder e dominação. (SHIVA, 2003)

²⁰ Resulta dessa etapa de exploração o desmatamento da Mata Atlântica, restando apenas 8% de mata restante. Além dos problemas sociais, como a escravidão, uma sociedade altamente estratificada e desigual, gerados por essa lógica exploratória dos recursos naturais.

desde o período colonial. [...] Desde o Brasil Colônia a agricultura se pautou pela monocultura, pelo intensivo uso do fogo e revolvimento do solo, que exposto a chuvas com elevada energia cinética sofrem rápida degradação de sua fração orgânica, adensamento, compactação e erosão. (COSTA; 2017, p.22)

Esses princípios serão refundados e aprofundados a partir da década de 1960 com a adesão aos padrões da “revolução verde”²¹, onde o Estado passa a orientar e subsidiar a adaptação ao modelo agroindustrial a partir das exigências do mercado internacional. Costa lembra que a adesão a esse padrão ignora as particularidades “edafoclimáticas e socioeconômicas” dos países do terceiro mundo. As consequências são um agravamento dos impactos sociais e ambientais nessas regiões.

Já a partir das décadas de 1970 e 1980 os primeiros estudos sobre o impacto dessa agricultura surgem no país, evidenciando as contradições do processo de modernização do setor. Nesse período, aponta o autor, surge o Movimento de Agricultura Alternativa sobre influência dos movimentos sociais ecológicos advindos da contracultura, para além da crítica as questões econômicas, sociais e fundiárias já presentes nas análises críticas do modelo de desenvolvimento agroindustrial, somava-se, agora, uma crítica ao padrão “agroquímico” e suas consequências para o solo e para a saúde dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, Costa aponta o “Manifesto Ecológico Brasileiro” de José Lutzemberger em 1976, como um importante estudo que abarca várias dimensões da economia ecológica e crítica ao sistema industrial; e a publicação do livro de Ana Maria Primavesi “Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais” em 1979, que aborda a importância de pensar uma agricultura atenta às particularidades climáticas das regiões tropicais e subtropicais; como marcos do pensamento ecológico brasileiro que surgem em contramão ao pensamento mecanicista e reducionista do modelo agroindustrial.

As décadas seguintes foram marcadas pela multiplicidade de eventos e estudos que trilharam o caminho até o surgimento do movimento agroecológico no Brasil no final da década de 1980 e início da década de 1990 com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e posteriormente a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). É importante citar também a incorporação da agroecologia na orientação de políticas públicas, tanto nos espaços institucionais, como dentro das universidades e cursos técnicos, como dentro de ongs e movimentos sociais.

A superação dos problemas centrais da agricultura moderna está a demandar orientações distintas das que pautam o padrão tecnológico convencional, fundado na

²¹ A Revolução Verde é uma expressão criada por William Gown. O conceito se refere ao conjunto de mudanças técnicas na produção agropecuária que surgiram a partir do ano de 1930.

produtividade máxima e na rentabilidade financeira, mas que não relevam devidamente as externalidades negativas do agro nas esferas produtivas, energética, ecológica e social. (COSTA; 2017, p. 35)

Na conjuntura atual, onde o debate sobre os processos de mudanças climáticas ganham destaque e as consequências do modelo predatório se tornam evidentes, a preocupação com a sustentabilidade ganha notoriedade e reconhecimento em vários setores da sociedade. A busca por soluções que minimizem os impactos ambientais e diminuam as desigualdades sociais se tornam mais urgentes para a preservação de nossa sobrevivência no planeta. A agroecologia surge de uma junção multidisciplinar e vem nos últimos anos se fortalecendo “como um modelo de produção, um movimento social e uma área da ciência” que almeja a construção de um sistema agroalimentar que garanta a preservação e a recuperação ambiental, relações sociais mais justas e igualitárias.

A ciência agroecológica fundamenta-se em um referencial teórico e analítico sistêmico, holístico, interdisciplinar, através do qual busca conhecer, pesquisar, identificar, validar e difundir princípios, orientações e alternativas que possibilitem se chegar a uma agricultura efetivamente sustentável, em suas dimensões produtiva, ecológica, energética, social, cultural e econômica. (COSTA; 2017, p.48)

Nessa mesma lógica, Guzmán (2005) defende a integralidade da perspectiva agroecológica na medida que se propõe uma articulação das dimensões técnicas e sociais para sua construção, visando uma “agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada” em oposição ao modelo hegemônico, destacando, assim, a busca da autonomia campesina e da sustentabilidade do modelo empenhado.

Num sentido amplo, a agroecologia possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante, mesmo porque, partindo da dimensão técnico anteriormente assinalada e tendo seu primeiro nível de análise na propriedade agrária, é a partir daí que se pretende compreender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política e da economia provoca nos agricultores. Os outros níveis de análise da agroecologia consideram como central a matriz comunitária em que insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais. (GUZMÁN;2005, p.104)

Em uma rápida contextualização histórica, Dominique M. P. Guhur & Nilciney Toná (2012) contam que o termo agroecologia surgiu pela primeira vez na década de 1930, como uma ecologia aplicada à agricultura, buscava compreender os “agroecossistemas”²². No entanto, segundo as autoras, um grande hiato se deu até o momento em que esse termo ganharia novamente a atenção, já na década de 1980, popularizando-se e ganhando outros

²² O agroecossistema pode ser equivalente a sistema de produção, sistema agrícola ou unidade de produção. (Feiden, 2005)

contornos e significados, em uma perspectiva mais crítica da agricultura industrializada. Destacam-se duas principais vertentes na formação desse novo conceito: a estadunidense e a europeia. Porém, para Guhur e Toná, é no solo dos países “terceiro-mundistas” que a *agroecologia* passa a tomar também uma *dimensão política*, associando-se a diversos movimentos sociais ligados ao campo. No Brasil, por exemplo, como falado anteriormente, o debate sobre uma “agricultura alternativa” surge mais intensamente na década de 1970, como uma crítica à Revolução Verde, destacando suas consequências sociais e ambientais. Segundo as autoras, o termo agroecologia só chega ao Brasil em 1989²³ e será disseminado através de ONGs e movimentos sociais.

As autoras destacam o fato que sua rápida associação aos movimentos sociais e sua caracterização política não implica em um consenso conceitual do termo, pelo contrário, amplia o terreno arenoso de disputas e significações. Dessa maneira, a agroecologia surge primeiramente como ciência buscando desenvolver técnicas de manejos sustentáveis e menos agressivos ao meio ambiente, buscando uma agricultura que produza “com a natureza” e não “contra a natureza”. No entanto, para Guhur e Toná, tendo por referência Francisco R. Caporal, a agroecologia não pode ser vista apenas como uma “agricultura verde”, que muitas vezes está mais preocupada em formações de nichos de mercado... Em sua inerente perspectiva crítica, a agroecologia é mais do que um conjunto de técnicas, visa “ações sociais coletivas” que ofereçam alternativas ao modelo hegemônico.

Essa definição amplia significativamente o entendimento da agroecologia. [...] Nesse sentido mais amplo, as variáveis sociais ocupam papel relevante. Ainda que se parta da dimensão técnica de um agroecossistema, daí se pretende compreender as múltiplas formas de dependência dos agricultores na atual política e economia. Outros níveis de análise dizem respeito à matriz sociocultural ou comunitária, ou seja, à práxis intelectual e política, à identidade local e às relações sociais em que os sujeitos do campo se inserem. Isso resulta na inserção da produção ecológica em propostas para “ações sociais coletivas” que superem o modelo produtivo agroindustrial hegemônico. (GUHUR.; TONÁ, 2012, p.63)

Segundo as autoras, dentro desse direcionamento, existem dois conceitos importantes para a agroecologia que tentam dimensionar os aspectos naturais e sociais no âmbito de sua prática, o conceito de *transição agroecológica* e *coevolução*, na raiz desses entendimentos existe a concepção de que os aspectos sociais e naturais só podem caminhar conjuntamente. Dentro da formação conceitual desses termos, busca-se uma revalorização dos saberes locais, nativos, de maneiras de se relacionar com os *agroecossistemas*. De maneira geral, busca uma

²³ As autoras destacam, nessa ocasião, a publicação do livro de Miguel Altieri.

revalorização do campesinato e das populações nativas na medida que são reconhecidas como os principais agentes do projeto agroecológico (GUHUR.; TONÁ, 2012).

Entendendo a Agroecologia como *ciência, prática e movimento*, Luiz A. Norder et. al; (2016) colocam que o terreno arenoso e controverso da agroecologia não constitui uma fragilidade em si, mas apontam para o processo de formação de um novo *campo* ²⁴ com suas próprias lógicas e especificidades que adentram as diversas áreas do conhecimento e da prática social, especialmente as políticas governamentais. A institucionalização da agroecologia tanto no âmbito educacional, como no âmbito de formação de políticas públicas de desenvolvimento rural gera também um grande debate em termos de ganhos e perdas políticas desse processo para o movimento agroecológico, destaca-se, por exemplo, sua inserção nos planos e diretrizes da FAO (Food and Agriculture Organization) e da ONU para a segurança alimentar e nutricional. Na dimensão crítica, alerta-se que sua inserção nas políticas governamentais não, necessariamente, representa um ganho político, na medida que condiciona a prática à chancela e regulamentação estatal, nem, tão pouco, significa uma adesão estatal à dimensão ética e filosófica do movimento.

Aubin e Cavalcanti (2017) contribuem com o debate, principalmente quando ao questionarem a agroecologia como um novo paradigma, pensando sobre o seu significado para a contemporaneidade e como crítica ao modelo de agricultura moderna. Para os autores, a agroecologia surge como um novo paradigma numa “constelação interdisciplinar” que busca questionar, não só os parâmetros da agricultura moderna, como também, as dimensões da própria modernidade como um todo. A partir desse ponto de partida, os autores fazem uma reflexão sobre as transformações da agricultura tradicional para a moderna, entendendo a modernização como um processo de racionalização e dessacralização. As “origens sacrificiais” da agricultura demonstram que a agricultura tradicional não refletia apenas uma perspectiva econômica e produtiva do social, mas possuía um forte elemento integrativo da sociedade. O processo de modernização da agricultura representou, em sua última instância, uma perda do seu *sentido*, captando-a em lógica exclusivamente produtivista e mercadológica fundada na ilusão de domínio absoluto sobre a natureza. Dessa maneira, a dimensão dos limites humanos e terrenos são perdidos... A agricultura torna-se, assim, *contra-produtiva*. Essas dimensões se refletem na atual crise ambiental e civilizatória. Para Aubin e Cavalcanti, a agroecologia surge como uma terceira via entre a agricultura tradicional e a agricultura convencional moderna, “nem tributária do sagrado, nem prisioneira de uma relação com a

²⁴ Os autores fazem referência ao termo desenvolvido por Bourdieu.

terra baseada na imoderação”. Dessa maneira, a agroecologia busca recuperar a visão integrativa e sistêmica da relação humana com a natureza e a agricultura.

- **As Mulheres na Agroecologia e a Soberania Alimentar.**

Aprofundando nas questões de gênero, as mulheres, historicamente, sempre estiveram envolvidas no processo de organização, preparação e partilha dos alimentos, como aponta Emma Siliprandi (2003), sendo afetadas diretamente pelas transformações ocorridas no modelo de produção e consumo de alimentos. Tendo por base os estudos de Harriet Friedmann, Siliprandi defende a necessidade de pensar uma economia política da alimentação. Nesse aspecto, é importante perceber que os modos como nos alimentamos e as escolhas do que comemos não são meras decisões pessoais: elas envolvem uma diversidade de fatores sociais que se interagem no acesso, ou não, ao alimento. A globalização, para a autora, representa uma intensificação desse processo, resultando, cada vez mais, na valorização da agricultura para exportação em detrimento da agricultura familiar e campesina, tendo por consequência uma crescente homogeneização da cultura alimentar; isto que se verifica na mudança dos hábitos alimentares, no aumento da industrialização e no grau de processamento do alimento. Siliprandi destaca que no meio rural também há uma mudança no consumo de alimentos em consonância às mudanças nos sistemas de produção agrícola. O aumento da valorização da monocultura diminui a oferta de alimentos e os deixam mais dependentes de alimentos industrializados e ultraprocessados.

Nesse aspecto, para Siliprandi, a questão em torno da segurança alimentar e nutricional é fundamental para observarmos o envolvimento das mulheres na construção política de uma agricultura sustentável. Observa-se, por exemplo, como aponta a autora, que apesar das mulheres estarem historicamente envolvidas na produção de alimentos, por muito tempo as políticas sociais de segurança alimentar não as reconheciam como sujeitos dessas políticas, ou apenas as enxergavam como pontes para acessar as famílias. Para a autora, só a partir da luta das mulheres pelo seu reconhecimento político na esfera rural é que as políticas de financiamento para desenvolvimento agrícola e sustentabilidade começaram a mudar seus quadros de beneficiários. Siliprandi cita, por exemplo, os estudos desenvolvidos pela ASEG²⁵ (Análise Socioeconômica com Enfoque de Gênero) que desenvolveram uma metodologia adotada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e pela FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola) que deram “grande relevo para

²⁵ Desenvolvida por Huisinga Norem, 1997 (SILIPRANDI, 2003: 76)

as atividades desenvolvidas pelas mulheres”, principalmente no que tange ao enfrentamento da pobreza e da subnutrição no espaço rural, e a preservação dos recursos naturais. Nesse aspecto, salienta a autora, que “as mudanças nas relações de gênero são condições essenciais para o desenvolvimento rural sustentável”, tendo em mente também a garantia da segurança alimentar.

Apesar disso, as mulheres continuam sendo as mais vulneráveis dentro dos espaços rurais, tensionando os aspectos produtivos e reprodutivos da sociedade, enfrentando situações de opressão e de invisibilização de seus trabalhos, tanto dentro dos trabalhos formais, na agroindústria, como também, dentro dos espaços domésticos e na agricultura familiar.

No entanto, segundo Estefanía Forés (2012), as mulheres são as principais responsáveis pela adesão às práticas agroecológicas, apesar das desigualdades envolventes. A identificação feminina com as práticas agroecológicas, segundo a autora, dá-se pelo deslocamento do entendimento do paradigma do desenvolvimento para uma abordagem de sustentabilidade da vida, do bem viver e da ética do cuidado que se conectam com virtudes relegadas ao papel feminino imposto pelo patriarcado.

Já para Iara Aquino Henn (2013), ao analisar-se paralelamente os dois projetos de agricultura, percebe-se que enquanto a agricultura moderna conservadora configura-se como um “sem-lugar”, partindo de uma lógica de exclusão do campo, principalmente de jovens, mulheres e idosos, a agricultura campesina agroecológica agrega uma multiplicidade de possibilidades de trabalho, de renda e de relações. Assim, a agroecologia abre espaços para atuação e protagonismo de diversos atores sociais. Na agroecologia, segundo Henn, as mulheres se reconhecem como “provedoras”, não só porque têm seus trabalhos reconhecidos, mas porque atuam no planejamento, na organização e nas práticas educativas. Segundo a autora, a agroecologia ganha um sentido para as mulheres de “projeto de vida”, onde a terra não é apenas um espaço de produção e mercantilização, mas de vivência e afeto.

A adoção da prática agroecológica provoca a reorganização dos espaços de cultivo e a estruturação do UPVF²⁶, permitindo que as mulheres possam participar da construção das estratégias da subsistência, da manutenção do grupo familiar e da gestão da UPVF. (HENN; 2013, p.67)

Para Siliprandi (2013) um dos fatores que favorecem o reconhecimento das mulheres na agroecologia está na multidimensionalidade do seu sistema de produção, com a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas por mulheres na agricultura familiar, como, por exemplo, na “horta, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos”, além

²⁶ Iara Henn, adota essa denominação usada pelo Movimento de Mulheres Camponesas, que significa Unidade Produtiva de Vida Familiar.

disso, há um estímulo para uma participação colaborativa e a necessidade de integração de todas as atividades, tanto dentro das unidades produtivas, como nas atividades desenvolvidas fora do seu âmbito, como, por exemplo, na participação de feiras, cursos e eventos. Para a autora, as mulheres vêm tomando para si os temas da agroecologia, forçando os movimentos sociais rurais a reconhecerem seus trabalhos para a promoção da segurança alimentar e nutricional, mas também forçando-os a acolher suas demandas por maior autonomia e igualdade nas relações de gênero.

Já Isabelle Hillenkamp (2018), defende uma agroecologia feminista baseada em um entendimento da economia, centrada na produção de todos os recursos necessários para a vida, ou seja, no fornecimento, na produção e na distribuição de todas as necessidades e conveniências da vida. Para a autora, a agroecologia feminista visa à democratização de todas as relações de poder envolvidas na reprodução social.

3 MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS

“Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses.”

Elizabeth Teixeira

3.1 Reconhecimento e Visibilidade

Existe uma pluralidade de questões que levam as mulheres rurais a se organizarem, bandeiras que as unificam e que também marcam diferenças e especificidades dentro do movimento, ressaltando a riqueza de experiências e vivências das mulheres rurais que não podem ser essencializadas a partir do que definimos a priori do que é ser uma “mulher rural” (Paulilo; Medeiros; 2013). Marcadamente, no entanto, a resistência e a luta contra situações de subordinação e subalternidade, tanto em relação às estruturas patriarcais e machistas, como também em relação aos modelos produtivos dominantes, as unificam em um reconhecimento mútuo e identitário que configura suas bandeiras políticas de luta e força.

De uma forma geral, como nos conta Gema Esmeraldo (2013), o campesinato, nas últimas décadas no Brasil, vem se consolidando como um “projeto concorrente de reordenamento social”, pensando em termos de enfrentamento econômico, através de uma reorganização dos modos de produção, estratégias mercadológicas e etc; mas também em termos de defesa de um modo de vida, através das expressões culturais, da sociabilidade e dos valores que formam um fio condutor e integrador das diversas expressões sociais que o fomenta. De certo, advém várias tensões e contradições na construção desse projeto em “comum” e o despontar da mobilização das mulheres rurais, em parte, surge dessas tensões, na medida que as mulheres passam a integrar os espaços de construção política do movimento campesino.

Para a autora, ao pensarmos a categoria do trabalho familiar, a partir da perspectiva de gênero, percebemos o trabalho como um fator definidor de identidade de gênero, pois carrega em si marcadores de identidades que produzem sentidos sociais, a partir de dimensões simbólicas e morais do trabalho. Dessa maneira, o próprio reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais passa por um processo de reflexão e questionamento do seu papel na divisão sexual do trabalho familiar. Por isso, o reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras é um fator importante na mobilização das suas lutas como um movimento social que interage e atua socialmente.

Ao problematizar o seu lugar nas relações de produção e o valor do trabalho feminino, (as mulheres) produzem um sentido público para seu trabalho, politizam o mundo privado e levam a luta de gênero para a luta sindical. [...] A existência da divisão sexual no trabalho entre homens e mulheres que é responsável pela produção de padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada que diferencia e hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero. (ESMERALDO, 2013, p. 240)

Inicialmente, a luta das mulheres tinha como principal bandeira, o seu reconhecimento profissional e a luta sindical. Porém, para entendermos a formação dos movimentos de mulheres rurais é preciso voltarmos no tempo e remontarmos, ainda que ligeiramente, os contextos que afloraram o impulso e a necessidade de organização das mulheres no campo.

A história das organizações dos movimentos sociais rurais no Brasil é bastante complexa, cheia de linhas que se cruzam, conectam-se e se desatam conforme as movimentações da sociedade brasileira, delineando seus combates políticos contra as estruturas tradicionais de dominação e as estratégias de enfrentamento, resistências e adaptações às imposições do capital, no avanço da modernização e do processo de industrialização do campo que ameaçam seus modos de vida e de reprodução social. No entanto, como nos conta José de Souza Martins (1981), a exclusão dos camponeses do pacto social e sua marginalização constituem uma marca profunda, histórica e ideológica, na construção política do Estado Brasileiro. De modo que, seu próprio reconhecimento enquanto grupo e “parte” social sempre gerou controvérsias e tensões nas narrativas que tentam abordá-lo, até mesmo dentro dos movimentos progressistas e de esquerda que mais intimamente assumiram alianças e compromissos²⁷ na construção do movimento camponês. Segundo o autor, a origem dessas controvérsias se dá tanto pela sua heterogeneidade e diversidade de identidades e interesses que se atrelam politicamente na figura camponesa, quanto pela dificuldade de se encaixar nas diversas perspectivas teóricas e filosóficas em que se baseiam os movimentos políticos.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu uma aceleração do processo de modernização da sociedade brasileira, gerando grandes mudanças estruturais, onde cada vez mais o capital assumia um lugar normativo e hegemônico na disputa das diretrizes Estatais²⁸, como nos

²⁷ Inclusive, doutrinários, a partir de uma leitura marxista dogmática que não considera as particularidades históricas específicas onde insurgem as lutas de classes, subordinando o movimento camponês ao movimento operário. (Martins, 1981)

²⁸ Segundo Fiore, o processo de industrialização brasileira foi comandada pela iniciativa Estatal que tentava conciliar as diversas forças dominantes através de um padrão de acumulação e de uma eterna “fuga para frente”, onde a necessidade permanente de crescimento econômico era uma forma de não enfrentar seus conflitos internos e as reivindicações populares por uma democratização da terra e das riquezas.

contam José Luís Fiore (2003), João M. C. de Mello e Fernando A. Novais (1997). Nesse contexto, globalmente falando, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica formando uma nova ordem capitalista mundial, onde se destaca a formação de grandes corporações multinacionais, a criação do Banco Mundial, do FMI e a mudança no sistema monetário internacional, conduzindo a economia mundial e induzindo novos modos de produção, especialmente ao que se refere aos modos de produção agrícola²⁹ e de exploração de matéria prima para exportação dos países emergentes para as metrópoles econômicas.

Voltando ao contexto nacional, após um período de crescimento econômico induzido pelo Plano de Metas do governo J.K, insurgiu uma recessão econômica “endógena” ao próprio sistema de acumulação, assumido pelas ações governamentais, acirrando, ainda mais, os conflitos, insurgindo novas vozes, reivindicações e movimentos populares que se aglutinavam em uma reorganização das forças de esquerda (Fiore, 2003). Nessa fase, destaca-se também novas formas de luta popular e o crescimento da luta sindical tanto nos espaços urbanos como no campo, assim como também a luta pela reforma agrária ganhava corpo nas insatisfações com a realidade cada vez mais desigual e excludente.

Um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso, primeiramente contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição.[...] Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terra aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos, exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos as expulsões e despejos, erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos. (MARTINS; 1981, p.10)

Nesse período, destaca-se as Ligas Camponesas³⁰ e as atuações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de parte da Igreja Católica nas áreas rurais no processo de fomentação política do campo, ressalta-se a criação da CONTAG e o fortalecimento do sindicalismo rural. A reação das classes dominantes e conservadoras foi retomar a velha solução que culminou no golpe de 1964: centralização do poder, autoritarismo, perseguição política e novamente a “fuga para frente”, intensificando o processo de industrialização do país, especialmente do campo, favorecendo a agricultura agroindustrial, investindo em novas tecnologias agrícolas,

²⁹ Podemos citar aqui a “Revolução Verde” que se caracteriza por uma diversidade de técnicas e insumos agrícolas que visam a otimização do lucro e da produtividade, impondo um modelo agroindustrial.

³⁰ As Ligas Camponesas foi um movimento de luta pela reforma agrária que tinha como lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” contra as estruturas latifundiárias.

mecanização da produção, aberturas de estradas e expansão das fronteiras agrícolas. Com o advento do Governo Militar, os movimentos políticos no campo foram duramente reprimidos, no entanto, os confrontos pela terra “minaram” o campo por todo o país, criando ainda mais instabilidade política e governamental para o Governo Militar que se via cerceado em suas inerentes contradições de atender as demandas políticas das classes dominantes e induzir os caminhos do desenvolvimentismo e da modernização da sociedade brasileira.

Este era o panorama até meados dos anos 60, quando vem a modernização selvagem da agricultura. O pequeno proprietário, o posseiro e o parceiro miseráveis não serão somente vítimas das peripécias da natureza. Nem o assalariado permanente, do vai-e-vem da exportação do café e do açúcar, das oscilações da colheita do café devido à geada ou às pragas. Agora, milhões de homens, mulheres e crianças serão arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob pena de perda da propriedade ou da posse.

Restava sempre a saída de aventurar-se na fronteira agrícola em movimento. O deslocamento permanente da fronteira agrícola, nestes anos de 1950 e 1960, tornou-se possível porque o Estado foi construindo estradas de rodagem e criando alguma infra-estrutura econômica e social nas cidades que foram nascendo ou revivendo na “marcha para o interior do Brasil”. [...] Mas, na fronteira, aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários, dos “grileiros”, cheios de capangas, protegidos pelos governos, prontos para desalojá-los, para jogá-los para terra mais distantes e piores. (MELLO; NOVAIS; 1998, p.576)

Com a repressão e a perseguição política, o PCB foi perdendo influência no campo, somado a isso, segundo Martins, o cenário que sucedeu os anos 1960 era bastante diverso e complexo do que os dos anos 1950. Sobre esse novo cenário, cresce a atuação da Igreja já influenciada pela Teologia da Libertação³¹ nos movimentos camponeses, é importante citar a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para Martins, o declínio da influência do PCB em contramão à crescente influência da Igreja não se justifica exclusivamente pela perseguição política dos Militares, mas por uma percepção diferenciada de classe dos camponeses. Além do mais, é importante salientar, que historicamente há um envolvimento cultural religioso na construção das lutas camponesas. O movimento camponês buscava uma linguagem própria e independente das tutelas políticas partidárias. Nesse mesmo período, também é importante citar o Estatuto da Terra (1964) criado pelos militares, que propuseram uma “mini reforma agrária” localizada e restrita, como uma forma de conter as insurgências camponesas e a consolidação do sindicalismo como um único meio de diálogo possível na época, criando uma estrutura burocrática e corporativista que não conseguia absorver as demandas cada vez mais complexas dos trabalhadores rurais e camponeses.

³¹ Uma corrente teológica nascida na América Latina que tem como premissa de atuação a “opção pelos pobres”.

Observando a situação das mulheres rurais, percebe-se que a “modernização conservadora” das máquinas e das propostas de modernização da produção agrícola adentrando as unidades produtivas e de vida familiar intensificaram ainda mais a sua exclusão dos espaços produtivos e seu confinamento ao espaço doméstico, tendo seu trabalho ainda mais invisibilizado (Esmeraldo, 2013). Por outro lado, fora dos espaços da agricultura familiar, a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho agroindustrial tencionaram as relações assimétricas nas relações de trabalho dentro e fora da família. No entanto, é importante notar que o processo de mobilização das mulheres rurais aconteceu através de diversos fatores, agentes sociais e um conjunto de ideias e debates que afloraram em uma sociedade que lutava pela redemocratização entre as décadas de 1970 e 1980.

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais. (ESMERALDO; 2013, p.241)

Destaca-se nesse processo o papel das forças de oposição sindical, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a formação do Comitê Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) ligada à CONTAG, a atuação dos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica popular, a influência da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e as ações educativas e de formação rural, somados aos esforços de alfabetização e documentação da população rural com a criação, por exemplo, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e o Serviço de Educação Popular (Sedup)³².

Seguindo os apontamentos de Vilenia Aguiar (2016), a “Igreja Popular”, representada pelas CEBs, representou uma das principais bases de mobilização e organização das mulheres do campo no período de transição democrática. As experiências formativas e de educação rural dentro desses espaços influenciou direta e indiretamente a emergência de vários movimentos de mulheres rurais em todo o Brasil, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Segundo a autora, a expressiva participação das mulheres nesses espaços pode ser justificada pela “facilidade” da aceitação social da presença da mulher nos espaços religiosos.

As CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) -

³² Destaca-se o trabalho educativo “Mulheres do Campo”.

associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina - e a esfera pública (política). [...] Aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e dos problemas sociais. (AGUIAR, 2016, p.264)

Além da Igreja, Aguiar cita a influência da oposição sindical e de movimentos feministas³³ urbanos na formação dos movimentos de mulheres rurais. A luta pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e pela democracia foram as principais bandeiras deste período e destacam-se as agricultoras e sindicalistas Elizabeth Teixeira, Margarida Alves³⁴ e Maria da Penha Nascimento.

Na conjuntura social, política e econômica adversa que instala no país nos governos militares e diante da luta desigual o que está em jogo para as forças sociais emergentes do campo é a possibilidade de desaparecimento de um modelo de organização da vida camponesa e, nesse sentido, é para fora, unindo homens e mulheres e articulando-se em organizações de trabalhadores, que se dá o entendimento da incorporação e participação da mulher no movimento sindical ao voltar-se para garantir a existência de categorias de trabalhadores rurais. (ESMERALDO, 2013, p.241)

Apesar das mulheres atuarem fortemente nesse processo, pouco reconhecimento tinham e suas filiações aos sindicatos ainda eram atreladas e condicionadas à filiação do marido, uma vez que apenas um membro da família podia se filiar representando toda a família. A mesma dificuldade se repetia no processo de escritura das posses da terra, reforçando a exclusão das mulheres ao acesso à terra. Além do mais, as mulheres não tinham as garantias dos direitos trabalhistas, nem as seguridades sociais, como aponta Aguiar. Dessa forma, a participação política das mulheres rurais nos espaços públicos e institucionais na década de 80 foi marcada pela luta de seu reconhecimento como “sujeitos de direitos” e desde então essa luta foi se ampliando e se consolidando na busca de sua autonomia e independência.

Segundo Aguiar é preciso reconhecer o papel das mulheres rurais na formação do “novo sindicalismo”³⁵ e na efervescência dos movimentos sociais³⁶ que lutaram pelo processo

³³ Aguiar ressalta que, para além do movimento feminista urbano, é preciso pontuar que as reflexões feministas não estavam alheias às mulheres de dentro da Igreja por mais tensões que isso pudesse provocar, detaca-se, por exemplo, o surgimento da Teologia feminista e a forte conexão entre elas e os grupos de formação das CEBs e o surgimento das organizações de mulheres rurais.

³⁴ Margarida Alves lutou pelo direito das mulheres se sindicalizarem, lutou pelo direito à terra e pelos direitos trabalhistas, foi assassinada por latifundiários em 1983. A Marcha das Margaridas que se desenvolveu posteriormente foi nomeada em sua homenagem.

³⁵ Caracteriza-se pela emergência de novos líderes sindicais que questionavam a tradição sindical anterior e, consequentemente, um crescente número de filiados. Uma das estratégias de combater o corporativismo sindical era adentrar as organizações sindicais, tentando modificá-la por dentro. Segundo Aguiar, a partir dessa estratégia foi que a oposição sindical, através da CUT, conseguiu alianças com a CONTAG.

³⁶ Chamados também de “Novos Movimentos Sociais” que, segundo Daniel Pereira Andrade (2012), engloba uma diversidade de movimentos sociais como o feminista, o negro, o gay e entre outros que surgiram a partir da década de 1960, no Brasil mais fortemente na década de 1980. Segundo Andrade, esses movimentos imbuídos

de redemocratização. Inclusive, destaca a autora, a atuação das mulheres na Assembleia Constituinte e na formação da Constituição de 1988, onde finalmente as mulheres rurais garantiram seus direitos à independência, à filiação sindical, à posse de terra, à previdência social e benefícios sociais. A vitória das mulheres rurais inaugurou uma nova fase na construção política de seus movimentos na medida que ganhavam visibilidade e reconhecimento.

Tal atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por eles ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças. Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política. (AGUIAR, 2016, p.262)

3.2 Movimentos Autônomos de Mulheres.

A Assembléia Constituinte de 1988 foi um marco na luta das mulheres rurais, como aponta Aguiar, através do apoio de diversas entidades, sindicatos, conselhos nacionais e estaduais dos Direitos da Mulheres, ongs internacionais e movimentos feministas, as mulheres rurais organizaram abaixo-assinados, marchas e uma grande passeata em Brasília, nos primeiros ensaios do que se tornaria futuramente a Marcha das Margaridas.

A participação e o engajamento das mulheres rurais nesse processo garantiram, na Constituição, o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e os benefícios da previdência social. A obtenção da expansão dos seus direitos foi assegurada através de duas importantes conquistas: a menção explícita ao direito das mulheres à terra, com a obrigatoriedade da titulação em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família, garantindo o direito das mulheres solteiras ou chefes de família serem beneficiárias da reforma agrária e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais. (AGUIAR; 2016, p. 268)

Ainda na década de 1980, a dificuldade de serem ouvidas e de terem suas opiniões respeitadas dentro dos sindicatos e associações fez com que surgissem as primeiras organizações autônomas de mulheres rurais, nas mais diversas formas. Em 1982 podemos citar, em especial, o surgimento do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central em Pernambuco que posteriormente se aglutinaram no MMTR-NE em 1986. Respeitando as particularidades de

do espírito da contracultura traziam fortemente questionamentos, que surgiram a partir de uma crescente politização da vida social, das estruturas tradicionais hierárquicas e desiguais da sociedade. São caracterizados pela busca da autonomia, da auto-representação, pela crítica à razão científica e pela valorização das experiências intersubjetivas e grupais.

cada região, os movimentos de mulheres vieram se estruturando em suas formas locais, regionais e nacionais, através de coalizões, alianças e diálogos no objetivo de fortalecer as principais bandeiras que as unificam, como a busca pela autonomia e liderança das mulheres rurais, o fim da violência contra as mulheres no campo, a defesa do campesinato, a luta pela terra, pela valorização e reconhecimento de seu trabalho, e posteriormente a luta pela soberania alimentar e pela agroecologia.

A influência do feminismo no movimento de mulheres rurais se deu pela confluência de debates e ideias que marcaram o contexto de redemocratização do país. Havia um interesse comum entre as mulheres urbanas e rurais na elaboração de um projeto de sociedade capaz de incluir uma revisão das relações sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres (Aguilar, 2016). No entanto, é preciso pontuar que o movimento feminista da época no Brasil possuía um forte caráter urbano, a dificuldade de absorver realidades tão distintas e a multiplicidade de identidades das mulheres rurais, tornaram-se fatores de tensões entre esses grupos. Essas diferenças marcam singularidades bastante interessantes de serem notadas na construção do movimento de mulheres rurais que estrategicamente bebem de diversas influências, mas cada vez mais buscam uma independência interpretativa da própria realidade e constroem o que atualmente chamam de “feminismo camponês”.

A entrada da década de 1990 foi marcada pelo surgimento de diversos movimentos internacionais ligados ao campo na busca de uma conexão global das propostas camponesas para os principais problemas que passaram a assolar as sociedades, incluem-se aqui o fortalecimento do debate ecológico, o surgimento da Via Campesina³⁷, a Conferência Mundial de Mulheres e o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres, o 1º Fórum Social Mundial, a primeira Conferência de Desenvolvimento Sustentável, Rio 92 e diversos outros eventos e programas educativos e formativos na construção política dos movimentos políticos e camponeses.

Nesta mesma década, também houve um aumento exponencial da participação feminina nos movimentos rurais, tanto na criação de organizações autônomas, como dentro dos sindicatos e associações mistas exigindo uma maior participação nas diretrizes das políticas implantadas no meio rural.

1990 marcou a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção pressionando o surgimento

³⁷ Segundo Peter Rosset (2016), a Via Campesina é um movimento internacional que congrega diversas organizações camponesas, que teve seu início na década de 1990. Tem por objetivo a construção de um novo modelo de desenvolvimento agrário baseado na soberania alimentar, na preservação do meio ambiente e na socialização da terra e da renda.

dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. [...] Foi um momento em que as mulheres rurais ampliaram suas estratégias e formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados mistos como nos movimentos autônomos. (AGUIAR; 2016, p. 273)

Para Aguiar, a ampliação dos espaços de participação das mulheres representou a inserção efetiva da importância das questões de gênero no interior do movimento camponês. As mudanças na lei, a criação de políticas públicas de gênero e a pressão de ongs e movimentos internacionais também atuaram para esse reconhecimento.

De acordo com Aguiar, em 1995 ocorreu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) que foi uma organização que reunia uma rede de movimentos por todo o país. Através dessa experiência evidenciaram-se as diferenças e divergências entre as mulheres da região Sul e as do Nordeste. Para a autora, embora os movimentos de mulheres rurais possam ter elementos constitutivos comuns em seus âmbitos nacionais, essas diferenças são resultados da diversidade de identidades e experiências distintas que marcam diferentes “características organizacionais, metas e estratégias de luta”, apontando para uma complexificação do movimento. Além disso, na década de 1990 também se observou um aumento de experiências das mulheres na liderança de cooperativas, na construção de associações de produtores e comercialização de produtos, ajudando na construção da economia solidária e produção agroecológica. A inserção das mulheres nos cargos de lideranças nas diversas organizações do campo inaugurou uma nova fase no sindicalismo rural.

Nesse crescente de mobilização, os anos 2000 representaram o “florescer” das Marchas das Margaridas. Aguiar demonstra que na contramão do que ficou conhecido na época como “refluxo dos movimentos sociais”³⁸, o movimento de mulheres rurais fortaleceu o movimento ocupando as ruas e ampliando suas estratégias de luta para se fazerem cada vez mais ouvidas, reivindicando serem beneficiadas por políticas produtivas, demandando políticas diferenciadas que respeitem suas especificidades, assumindo a luta pela soberania alimentar e pela agroecologia. Um fato marcante na luta das mulheres nessa década, foi a ocupação da Aracruz Celulose, em 2006, no Rio Grande do Sul, em um ato coordenado junto a Via Campesina e o MST protestando contra o desmatamento, a monocultura de Eucalipto que criam “desertos verdes” e as políticas produtivas voltados para a agroindústria.

³⁸ O processo de institucionalização e normalização dos movimentos sociais gerou uma “acomodação” que instituiu uma crise dos movimentos sociais perdendo seu poder de articulação.

As mulheres decidiram tornar público o que estava acontecendo com a terra, com os camponeses e com a saúde para o conjunto da sociedade. Decidiram que a Aracruz simbolizava essa denúncia e por isso a ocuparam e destruíram as sementes e as mudas do viveiro como uma forma de chamar a atenção da sociedade para o que representa esse modelo de cultivo”. (Ivanete Tonin, militante do MST³⁹)

A Marcha das Margaridas é um ato político organizado por diversas organizações de mulheres, movimentos feministas e centrais sindicais⁴⁰, que ocorre a cada quatro anos em Brasília, buscando dar visibilidade às suas demandas e criar processos de negociação e diálogo com o Estado.

Segundo Pimenta (2018), a primeira Marcha das Margaridas que ocorreu em 2000 e tinha como tema “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, tinha como foco a denúncia das consequências das políticas neoliberais no campo e na vida das mulheres. As marchas que sucederam até 2011 resultaram não apenas em visibilidade, mas em ganhos importantes para as mulheres rurais.

Dentre esses resultados se destacam a garantia da titularidade conjunta da terra; diretrizes e instrumentos de política para o enfrentamento à violência; os programas de documentação e de apoio à organização produtiva; programas de crédito e ATER para mulheres; medidas para garantir o acesso de mulheres aos programas de compras públicas como a PAA E PNAE, e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ⁴¹(PIMENTA; 2018, p.25)

A marcha de 2007 introduz em seu tema a defesa da Agroecologia com o lema “Terra, Água e Agroecologia”. Para Pimenta, as Marchas de 2007 e 2011 representaram um “amadurecimento e qualificação das análises e proposições políticas” focadas na promoção da agroecologia. A marcha de 2015 foi realizada tendo como uma das diretrizes o apoio das mulheres rurais à presidente Dilma, posicionando-se contra o processo de impeachment. Em 2019, o lema do movimento foi “Sem feminismo não há Agroecologia” que parte de uma reflexão das mulheres rurais de pensar o feminismo e a agroecologia a partir das ideias de “movimento, experiência e conhecimento”.

O feminismo se constrói sobre as experiências das mulheres, de resistência e luta contra as diversas formas de opressão, discriminação e violência. É movimento histórico contra a estrutura patriarcal da sociedade, em defesa da igualdade de direitos, pela emancipação e liberdade das mulheres. O feminismo também é conhecimento que se nutre, se constrói e ao mesmo tempo alimenta a experiência e luta das mulheres. [...] A agroecologia é simultaneamente, movimento, experiência e conhecimento. É movimento político em defesa do desenvolvimento sustentável, da resistência contra a ocupação dos territórios pelo agronegócio, pelas mineradoras e grandes projetos, de denúncia da destruição e dos males desse modelo social e

³⁹ Fonte: <https://mst.org.br/2011/03/04/protesto-das-mulheres-na-aracruz-completa-5-anos/>

⁴⁰ Destaca-se na coordenação do ato a aliança entre o MMTRs e a CONTAG.

⁴¹ O PLANAPO foi um programa pioneiro na elaboração de políticas públicas voltadas para a Agroecologia realizado em 2012 elaborado no governo de Dilma Rousseff.

ambientalmente criminoso. [...] As práticas e experiências das agricultoras e agricultores são os alicerces dos processos de transição e construção da agroecologia que se desenvolvem por meio dos saberes tradicionais e do conhecimento agroecológico” (PIMENTA; 2018, p.31)

Ainda sobre o processo de construção dos movimentos de mulheres rurais, M. Ignez Paulilo (2009) traz alguns contrapontos interessantes de serem levantados. A autora destaca que, embora o reconhecimento das mulheres como produtoras rurais tenha sido de grande importância na luta política das mulheres, é preciso reconhecer que nem sempre a inserção das mulheres nos movimentos sociais e nos sindicatos resultam em um processo de emancipação e consciência de suas condições de vida, visto que as questões trabalhistas dentro dos movimentos possuem uma centralidade mobilizadora e nem sempre se interessam pelo aprofundamento das questões de gênero. Afinal, o ganho de direitos das mulheres, no âmbito profissional, também resulta em ganhos para a família rural como um todo, como a licença à maternidade e a aposentadoria, por exemplo. Nesse aspecto, a autora questiona: até que ponto a luta das mulheres estará atrelada à identidade da “família camponesa”? Paralelamente, questiona-se também “quais questões de gênero entram em confronto com a família patriarcal e as que não entram? “

Com o surgimento dos movimentos autônomos a tensão gerada por esses questionamentos se torna mais evidente, visto que o foco passa aos poucos das questões do trabalho para as relações de gênero e as desigualdades perpetuadas pelo patriarcado.

Passar do enfoque trabalhista para o de gênero implica algumas dificuldades. [...] Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isso se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e essa questão tem a ver com o acesso à terra. (PAULILO, 2009, p.184)

Paulilo argumenta que apesar da inserção das mulheres nos movimentos sociais não as tornarem necessariamente feministas, a criação de uma rede de escuta e apoio transforma suas percepções em torno de questões que apenas eram vivenciadas internamente na família, politizando-as. Para a autora, as tensões vividas pelas mulheres, nesse processo, extrapolam o espaço familiar e as expõem também dentro da comunidade, que exerce grande pressão normatizadora, colocando em xeque os fundamentos estruturais da família patriarcal e camponesa. Nesse sentido, as diferenças e divergências entre os movimentos de mulheres

rurais se dá, para além das diferentes identidades que os compõem, pelas “escolhas” de suas “bandeiras de luta” e até onde permitem levar as “questões de gênero”, levando em consideração as estratégias de enfrentamento a diversas situações de subordinação.

No caso das mulheres rurais, essa escolha é ainda mais pertinente porque, para levar adiante as reivindicações de classe, uma imagem da família rural como um todo coeso é muito mais eficiente que uma imagem de conflito. Há, não só na cultura brasileira, mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores, pelo menos idealmente, consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza. Essa imagem traz respaldo popular para as lutas que envolvem os agricultores familiares. (PAULILO, 2009, p.189)

Para Paulilo, os movimentos autônomos de mulheres rurais possuem uma “radicalidade própria”, pois permitem-se questionar e modificar práticas a partir de suas próprias concepções sobre o feminismo e sobre as lutas das mulheres.

Voltando para a linha histórica, a atual conjuntura se revela totalmente desfavorável à agricultura familiar e camponesa como um todo, mas em especial as mulheres rurais. Para além da uma total falta de interesse para as demandas camponesas, observa-se uma desestruturação dos sistemas de participação social, podemos citar o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, a extinção do PLANAPO, perdas de recursos voltados para agricultura familiar, redução dos recursos investidos no PRONAF e no Programa de Aquisição de Alimentos entre outras medidas, e mudanças no sistema previdenciário que atingem direitos duramente conquistados pelas lutas das mulheres. Além das políticas econômicas explicitamente desfavoráveis e austeras, é preciso salientar que o novo governo assume uma agenda política conservadora baseada na ideia tradicional de família, o que reforça situações de subordinação das mulheres às estruturas patriarcais, reforçando papéis de gênero e situações de opressão.

Aprofundando a crise política e econômica, soma-se a crise sanitária com despontar da pandemia do COVID-19. Aliás, como demonstra o relatório da SOF⁴² de 2021, a pandemia resultou na intensificação do trabalho feminino e os recortes sociais de gênero, classe e raça demonstram como a pandemia impactou desigualmente a sociedade brasileira. Segundo esses dados, 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia e, no caso das mulheres rurais, esse número sobe para 62%, esse recorte demonstra como as dinâmicas de gênero atuam na sociedade, justamente porque os aspectos “reprodutivos” que arcam com os aspectos do cuidado e da sustentabilidade da vida não podem parar. No observar das diferenças entre as

⁴² Sempre Livre Organização Feminista. Relatório disponível aqui <<<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>>

mulheres rurais e urbanas, acrescenta-se que muitas vezes o rural funciona como uma reserva de cuidado e lugar de acolhimento em situações de desemprego e, sobretudo, o local de produção de alimentos⁴³. O relatório conclui que qualquer política de recuperação econômica que persiga objetivos de construção da igualdade e da justiça social precisa assumir os aspectos da sustentabilidade da vida e sua desigual distribuição na sociedade e para isso são necessárias políticas orientadas que transformem estruturalmente a sociedade.

3.3 A Construção da Agroecologia a partir das Mulheres

“Não se rega a agroecologia com lágrimas e sangue das mulheres.”

Dentro da perspectiva da agroecologia enquanto “ciência, prática e movimento”, a agroecologia propõe caminhos alternativos de transformação das relações de dependência nos espaços rurais, visando seu desenvolvimento sustentável e igualitário (Guzmán, 2005). Dessa forma, a agroecologia torna-se um ponto de encontro de vários movimentos sociais, na medida em que vai acolhendo as demandas de cada grupo para construção de um propósito em comum, assimilando críticas e permitindo que os próprios atores sociais possam protagonizar os processos de transformações para sua emancipação, a partir de seus próprios *territórios*⁴⁴. Em outras palavras, a agroecologia busca a autonomia como um princípio norteador, seja essa autonomia construída a partir das instâncias de gestão de projetos coletivos, seja essa autonomia construída no interior dos agroecossistemas, dentro das casas e das relações familiares, desembocando num efeito em cadeia.

Dessa maneira, pensar a agroecologia a partir da ótica das mulheres, especialmente falando do feminismo⁴⁵, é pensar formas de libertação das mulheres das relações de dependência e dominação, que são tão profundamente enraizadas no mundo rural.

Portanto, é preciso partir de uma reflexão crítica em torno do cotidiano, das relações familiares e do excesso de trabalho que as sobrecarregam. As reivindicações do feminismo para a agroecologia ganharam contornos mais enfáticos e emblemáticos com o lema proferido “Sem feminismo, não há agroecologia” no III Encontro Nacional de Agroecologia em 2014, na cidade de Juazeiro na Bahia, restando-nos, então, a reflexão de que uma agroecologia que não considere a luta das mulheres rurais contradiz-se em seus próprios princípios.

⁴³ Como foi visto nas ações de campanhas de doações de alimentos produzidos pela agricultura familiar do MST para as comunidades urbanas afetadas pela crise.

⁴⁴ A agroecologia reconhece no campesinato e nas populações nativas os principais agentes do projeto agroecológico (Guhur; Toná; 2012).

⁴⁵ Paulilo (2012) fala da construção de um feminismo camponês popular, que leva em consideração as trajetórias e as experiências das mulheres rurais, assumindo suas particularidades e reivindicações.

Feminismo e Agroecologia fazem parte da construção de um mesmo projeto de transformações da sociedade que garanta a soberania dos povos sobre seus territórios e promova a produção e o consumo de alimentos saudáveis, reconheça o conhecimento, o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida e promova autonomia, igualdade e liberdade. (GT Mulheres da ANA; IV ENA, 2012)

Ademais, uma das principais bandeiras *dos movimentos feministas* na agroecologia é a de que se reconheça a protagonização das mulheres nos processos de transição agroecológica, pois, além de ser um fato verificável, é do interesse das mulheres que elas possam assumir cada vez mais espaços de liderança e poder dentro das comunidades. No entanto, essas conquistas devem acompanhar uma divisão justa dos trabalhos domésticos, buscando a superação da divisão sexual do trabalho no campo.

Superar a divisão sexual no campo significa romper com a hierarquia existente entre as tarefas de homens e de mulheres, reconhecendo que essa resulta de construções sociais que visam a perpetuação do patriarcado na sociedade. Significa também visibilizar e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo feito pelas mulheres na casa ou no roçado e aceitar que tanto homens quanto mulheres podem realizar ambas as tarefas. (BUTTO, 2014, p.103)

Nesse mesmo intuito, é preciso buscar uma problematização das concepções de definição da agricultura familiar, principalmente quando se planeja políticas de incentivo ao seu desenvolvimento dentro de instituições estatais e governamentais, pois, é comum que as definições de agricultura familiar reforcem a manutenção de uma “concepção de família nuclear patriarcal” (Nobre; Souza; Almeida, 2008). Priorizar as mulheres na perspectiva do desenvolvimento rural não deve ser apenas visto como um meio de acessar as famílias, mas forma de garantir direitos às mulheres enquanto sujeitos políticos.

Esse conceito ajuda a disseminar e fortalecer a concepção de família nuclear, na qual o homem exerce o papel de chefe familiar, fortalecendo a estrutura patriarcal que justifica o impedimento às mulheres de decidirem o planejamento da produção, a apropriação das tecnologias e o manejo dos agroecossistemas, com o argumento de que as mulheres estão contempladas, em suas necessidades, nos investimentos e nas políticas destinadas às famílias, uma vez que são membros dessa família. (NOBRE; SOUZA; ALMEIDA, 2008, p.24⁴⁶)

Pensar as desigualdades de gênero, dentro desse âmbito, é questionar a autoridade masculina perante a definição do trabalho feminino no contexto familiar, é pensar nas formas de violências contra as mulheres e sua exclusão dos processos de decisões dentro e fora dos espaços familiares, não podendo deixar de mencionar que é preciso articular formas de enfrentamento aos avanços da agricultura industrial e hegemônica que também subjuguem o trabalho feminino no campo e que, muitas vezes, expulsam as mulheres de seus territórios.

⁴⁶ in: Assessoria técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. Cadernos Feministas de Economia e Política; Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008.

Assim, de acordo com a análise documental, percebemos que os movimentos feministas na agroecologia tendem a buscar metodologias participativas e de pesquisa que propiciem identificar aspectos da desigualdade de gênero, incentivando processos emancipatórios das mulheres rurais. A busca pela autonomia na concepção dos movimentos feministas no campo deve ser formulada através, não apenas de sua inserção nos âmbitos produtivos, mas, também, em elaborações de políticas direcionadas para mulheres e na formulação de projetos autogestivos. Através disso, é notório também a elaboração de críticas de projetos agroecológicos que condicionam políticas para as mulheres aos espaços por elas já destinados, dentro das esferas domésticas e reprodutivas, sem questionar o porquê delas estarem assim tão “naturalmente” submetidas.

Esse contexto vivido pelas mulheres na agricultura familiar persiste mesmo em projetos de desenvolvimento sustentável, como nas propostas agroecológicas que resistem em adotar ações afirmativas no sentido de resgatar a dívida histórica que contribuiu para a exclusão extrema na qual as mulheres são as grandes prejudicadas. Assim, as tentativas de transformação dessas desigualdades permanecem no campo da transversalidade, diluindo as demandas específicas das mulheres no contexto familiar ou na tentativa de inserção delas em um conjunto de atividades produtivas sem considerar o trabalho doméstico, aumentando a jornada de trabalho das mulheres, e a desconstrução das desigualdades de gênero permanece uma retórica. (NOBRE; SOUZA; ALMEIDA, 2008, p.24)

Por meio dessas considerações, a fim de exemplificação, conseguimos identificar duas principais metodologias desenvolvidas neste âmbito, no intuito de fomentar processos emancipatórios através de percepções críticas diante das desigualdades de gênero. A primeira delas são as Cadernetas Agroecológicas, que consistem num “instrumento político-pedagógico” desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, onde se registram todas as “entradas e saídas” dos cultivos das mulheres: “nela são registrados o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido de tudo o que é cultivado nos quintais produtivos e/ ou espaços de domínio das mulheres nas propriedades.” (Marinho; Arquivo CTA-ZM, 2018⁴⁷)

⁴⁷ in: Cadernetas Agroecológicas, N09 -Novembro de 2018.<<[cadernetas-agroecologicas-263.pdf](https://ctazm.org.br/cadernetas-agroecologicas-263.pdf) (ctazm.org.br)>>

Figura 4: Caderneta Agroecológica.

Caderneta Agroecológica											
Controle da Produção											
Qtd	Consumiu	R\$	Qtd	Deu	R\$	Qtd	Trocou	R\$	Qtd	Vendeu	R\$

Fonte: CTA-ZM. (ctazm.org.br)

Através desse registro, as mulheres visualizam e valorizam seu trabalho, percebendo sua contribuição econômica para a sustentação de suas famílias. Dessa forma, as cadernetas atuam também na autoestima dessas mulheres, fortalecendo-as na busca de sua autonomia, mudando as relações de forças dentro da família. Além dessas contribuições, a caderneta também serve para demonstrar como os quintais produtivos são importantes para as mulheres, como locais em que elas podem gerenciar autonomamente a sua produção, contribuindo para o aumento da renda e para a segurança alimentar.

Ao reconhecer seu próprio trabalho, as mulheres se sentem capazes de fazer negociações dentro da família, no sentido de se afirmarem como produtoras, geradoras de renda, com direito ao dinheiro e a decidir o que será feito com ele. [...] Nota-se que o empoderamento e a autonomia política das mulheres também vem avançando quando as agricultoras passam a assumir cargos de liderança em grupos produtivos, cooperativas e sindicatos. A confiança em assumir esses cargos surge quando elas percebem a sua importância não se resume ao espaço privado e doméstico. (MARINHO; CTA-ZM, 2018, p. 6)

O outro exemplo de metodologias desenvolvidas para fomentar processos emancipatórios das mulheres rurais é o de análise do *uso do tempo*⁴⁸. Segundo Moraes (2021) essa abordagem já possui uma certa tradição nos estudos demográficos e sociais em torno da população trabalhadora nos Estados Unidos. Atualmente, esse método vem sendo reformulado de modo que possa abarcar as especificidades das mulheres rurais, especialmente

⁴⁸ Já mencionada anteriormente por Moraes, et al (2021) na parte teórica do trabalho sobre o tempo do trabalho na vida das mulheres.

no Nordeste brasileiro⁴⁹, a fim de questionar “o sistema hegemônico das relações de gênero”. O método do *uso do tempo* parte de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos que buscam mensurar, categorizar e analisar a rotina de trabalho e seu tempo gasto na vida das mulheres rurais através de vários instrumentos de pesquisas.

Ao centrarmos esforços nas mulheres rurais, contribuiremos metodologicamente para o avanço na visibilidade de outras práticas sociais fora do trabalho formal, do mercado e mesmo do tradicional domínio da sustentabilidade da vida humana, que não são captadas pelas pesquisas estatísticas sobre os usos do tempo. Partimos, ainda, do pressuposto de que o tempo de trabalho das mulheres rurais está, entre outros fatores, intimamente relacionado às dinâmicas da natureza e do contexto socioambiental. (MORAES et al, 2021, p.182)

Para além disso, podemos citar a utilização da metodologia de *uso do tempo* nos métodos indicados pelo Diagnóstico Rural Participativo, através do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário do governo federal, em 2010. A indicação do método se dá a partir da perspectiva da *análise de gênero* e tem por objetivo “tornar evidente a carga de trabalho real da mulher” (Verdejo, 2010), contribuindo para a valorização do seu trabalho. Dois exemplos de formulação do método são sugeridos: o método comparativo entre a descrição da rotina do trabalho feminino e o masculino na esfera do trabalho familiar; e o método que aborda mais profundamente as atividades desenvolvidas pelas mulheres, através da descrição detalhada de suas atividades domésticas, produtivas e de lazer.

Figura 5: Método do uso do tempo através da formulação de relógios comparativos.

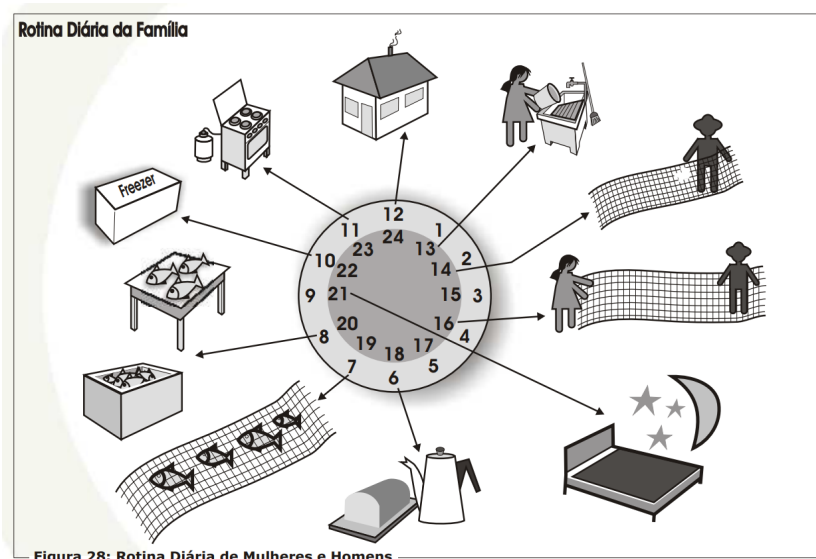


Figura 28: Rotina Diária de Mulheres e Homens

Fonte: Diagnóstico Participativo Rural, pág 51.

⁴⁹ Como a pesquisa desenvolvida pelo grupo Dadá: Grupo de pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde- UFRPE-UAST.

O feminismo que se constrói no adentrar dos movimentos sociais rurais vem cada vez mais argumentando a necessidade de pensar um feminismo que se construa a partir das demandas específicas da realidade da mulher no campo, com reivindicações que lhe sejam próprias, como as questões em torno da soberania alimentar, a luta contra a fome e o empobrecimento das mulheres rurais. A centralidade desse debate dentro das reivindicações feministas acontece em um período histórico de retrocessos nos mais diversos âmbitos da vida, especialmente no que tange aos direitos das mulheres, às políticas voltadas para a agricultura familiar e agroecológica, somados a uma economia que privilegia os mais ricos.

Se as mulheres representam a metade da mão de obra no campo em escala mundial, uma soberania alimentar que não inclua uma perspectiva feminista estará condenada ao fracasso. A soberania alimentar implica em romper não somente com um modelo agrícola, como também com um sistema patriarcal que oprime e subordina as mulheres. (Coletivo Nacional de Gênero, MPA; 2021, p. 5)

Diante dessa crise que tende a se intensificar nos próximos anos com o agravamento das mudanças climáticas e com as consequências do período de pandemia, pensar estratégias de enfrentamento dessa realidade é fundamental para a sobrevivência e permanência das mulheres no campo. Dentro da perspectiva do feminismo na agroecologia, é fundamental incentivar a promoção de alimentos saudáveis e acessíveis para a população, incentivando alternativas produtivas, apoiando a produção das mulheres e suas lideranças em associações, cooperativas e sindicatos. De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) as mulheres lideram, apenas no Nordeste, cerca de 538 mil estabelecimentos da agricultura familiar, esses dados corroboram com a necessidade de incluir as mulheres nos planos estratégicos.

No entanto, como já falado anteriormente, não basta apenas incluir as mulheres nos processos produtivos e nos espaços de lideranças, mas oferecer condições para liderarem processos emancipatórios dentro dos espaços domésticos, exigindo uma maior partilha do trabalho doméstico, pois há uma relação entre o excesso de trabalho feminino, a fome e a pobreza na estruturação das desigualdades de gênero na sociedade. De acordo com o Coletivo Nacional de Gênero do MPA, *o feminismo camponês popular* concilia a teoria e a prática no desenvolvimento de um feminismo que considere os processos de produção de alimento, a agroecologia e a vivência das mulheres rurais.

Se a economia feminista coloca a vida no centro, então os processos de alimentação (como base da vida) são chave para a transformação social e o feminismo tem que considerar a agroecologia e a soberania alimentar como lutas próprias. Ao mesmo tempo, se os movimentos camponeses lutam pela soberania alimentar através da agroecologia como ferramenta de mudança no produtivo, no cultural e no socioeconômico, então precisam do olhar feminista para analisar, planificar e definir

estratégias, em ordem de construir modelos de transformação social justos. [...] Os grupos produtivos e políticos de mulheres são a chave neste processo. (Coletivo Nacional de Gênero, MPA; 2021, p. 15)

Por mais diversos que sejam os movimentos rurais e agroecológicos, é possível perceber que todos atuam de forma associada, a partir de instâncias a nível internacional, nacional, regional e local. Este por último é valorizado enquanto espaços que expressam *territorialidades*, conhecimentos tradicionais, formas particulares de envolvimento com a terra, com o trabalho e do que nela se produz e vive. Neste ponto encontra-se um outro princípio norteador da Agroecologia: a capacidade de se “adequar” a cada realidade específica, com seus biomas, com sua cultura e com suas necessidades próprias. Dessa forma, o feminismo na agroecologia também assim procede, abarcando uma diversidade de identidades de mulheres rurais na formação de redes de alianças, apoio e solidariedade que se conectam a partir de identificações de lutas em comum.

Portanto, a abordagem sobre a agroecologia vai muito além das formas de manejo dos recursos e da produção, para abranger as formas e os modos de se relacionar na agricultura familiar, entre homens e mulheres, entre gerações, entre povos e comunidades. São múltiplas dimensões reveladoras da diversidade socioambiental, territorial, cultural, racial e étnica, de orientação sexual, de diferentes identidades socioculturais que convergem nas lutas feministas e na construção da agroecologia. (PIMENTA, 2018, p. 38)⁵⁰

Cada realidade estabelece diversas formas de trabalho produtivo que podem combinar entre si, agricultura, apicultura, extrativismo, formas distintas de beneficiamentos de produtos, produção de artesanato e etc; também é feminismo quando você reconhece a diversidade de formas de trabalho das mulheres e suas reivindicações específicas para sua valorização. Nesse contexto, identificamos dois tipos de discursos que se relacionam: um, a concepção de que as mulheres dentro de seus territórios são as "guardiãs" da biodiversidade, pois estabelecem relações⁵¹ de “usufruto” dos recursos naturais sem precisar degradá-los, conservando-os e protegendo-os; dois, o avanço da agricultura convencional e industrial exercem pressões de homogeneização da produção e das formas de controle dessa produção, através de normas sanitárias e certificações, desconsiderando formas culturais e saberes tradicionais nos processos de produção e beneficiamento dos produtos desenvolvidos dentro dos territórios, configurando um processo de exclusão das mulheres dentro desses espaços.

⁵⁰ in: PIMENTA, Sara D. C; As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares -CONTAG, DF, 2018.

⁵¹ Lembremos aqui das discussões teóricas estabelecidas por Castro e Abromvay (1997) sobre gênero e meio-ambiente. Ao problematizar a relação gênero/meio ambiente se evidencia as diferenças e desigualdades nos modos de utilização dos recursos naturais e os meios pelos quais essa diferença é significada e “naturalizada”.

Para nós, mulheres da agroecologia, é urgente e necessário que as concepções de qualidade e risco sanitário passem a ser fundamentadas nos diferentes contextos locais e em nossos conhecimentos, práticas, experiências e modos de vida, contemplando também a diversidade cultural e alimentar que expressam o nosso sistema produtivo. (GT Mulheres da ANA; IV ENA, 2012)

Partindo dos territórios para pensar as formas associativas de movimentos sociais rurais agroecológicos, percebemos um esforço coletivo que une a comunidade internacional na identificação de “análises comuns” na identificação daquilo que impede os processos de autonomia e soberania dos povos perante seus territórios. Dessa forma, as críticas às propostas desenvolvimentistas do capitalismo e do modelo de agricultura industrial são pontos em comum nos debates propostos. Essas críticas se expandem *na crítica às perspectivas mecanicistas da ciência moderna*, que desconsideram a relação do meio ambiente com os povos e as formas intrínsecas dessa relação para formulação do conhecimento e das práticas culturais; *na crítica à economia formal* que não leva em consideração a sustentabilidade da vida e as formas desiguais de valorização da produção do trabalho, especialmente das mulheres; *crítica ao sistema político representativo*, que exclui a participação das minorias nos processos de decisões políticas e ignora aspectos da vida privada que precisam ser politizadas; e *na crítica à divisão do trabalho* que ignora a sobrecarga do trabalho doméstico que recai sobre as mulheres e não considera o partilhamento das esferas do cuidado e da sustentabilidade da vida.

Pensar uma (agro)ecologia política feminista nos impõe pensar nas interseccionalidades das desigualdades, da divisão sexual do trabalho, dos direitos aos “recursos” (terra, água, sementes, comercialização, etc.) e do poder de decisão. Implica também considerar o território como espaço de autonomia, não apenas como espaço de reprodução física, mas também cultural, referenciado na ancestralidade das suas práticas, buscando romper com a hierarquia entre raças e etnias. (Comitê Internacional, 2019, p. 3)⁵²

Dessa forma, a partir da análise documental, buscamos demonstrar os principais pontos de debate do feminismo na agroecologia e como os movimentos sociais rurais vêm pautando-os através de reivindicações e propostas de intervenções que buscam melhorar a qualidade de vida das mulheres rurais e seus processos de emancipação, nas esferas privadas e públicas, dentro dos agroecossistemas, em seus territórios, nas associações, em suas comunidades, e nas mais diversas instâncias da luta política conectando-as através de uma rede de apoio e solidariedade.

⁵² In: Cadernos de Agroecologia - ISSN 2236-7934 – Anais do 3o Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – Vol. 15, N° 3, 2020

3.4 Estratégias e Redes de Solidariedade no Enfrentamento a Pandemia.

“Somos nós por nós mesmas.”

Os dados desenvolvidos pela pesquisa da Sof⁵³ (2020), apesar de preliminares, demonstram que a pandemia resultou na intensificação do trabalho feminino, principalmente os dados relativos ao cuidado e à sustentabilidade da vida. Essa intensificação do trabalho, no entanto, é sentida em graus diferentes mediante as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira.

A partir de concepções da economia feminista e de estudos feministas sobre o trabalho, a pesquisa da Sof parte do pressuposto de que a sobrecarga do trabalho feminino, vem de processos de invisibilização do trabalho das mulheres no âmbito doméstico e da forma desigual que esse trabalho é distribuído entre os membros das famílias. Com a pandemia, os aspectos dos cuidados aumentaram, recaindo, dessa forma, sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres. Segundo os dados desenvolvidos pela pesquisa, cerca de 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém durante a pandemia e cerca de 41% das mulheres que continuaram trabalhando com manutenção do salário sentiram o aumento do acúmulo do trabalho.

No caso das mulheres rurais, onde a desigualdade⁵⁴ da distribuição dos trabalhos domésticos é ainda maior em relação às mulheres urbanas, a intensificação desse trabalho pode ser sentida mais profundamente. Observando os dados, nota-se que 62% das mulheres rurais entrevistadas passaram a cuidar de alguém durante esse período. As tarefas relativas ao cuidado nem sempre são vistas como trabalho, pois são relacionadas a aspectos afetivos e morais associados aos papéis desenvolvidos pelas mulheres.

O trabalho doméstico é um dos principais pilares para sustentar a desigualdade de gênero. Nesta quarentena as mulheres estão ainda mais sobrecarregadas. E para as mulheres rurais, o trabalho vai além do papel doméstico. Elas desenvolvem atividades agrícolas, fazem artesanato, beneficiam frutas, verduras e pescados. Por isso, é ainda maior. Elas são as primeiras a acordar para preparar o dia dos membros da sua família e a última a deitar, organizando os afazeres para o dia seguinte. (Boletim Ô de Casa, 2020, p. 8)

Um outro aspecto para observar é que os espaços rurais são comumente vistos como uma "reserva de cuidado" em situações de crise (Nobre, 2020), como na qual nos deparamos dentro desse período. O grau elevado do aumento das pessoas dentro dos espaços domésticos

⁵³ In: SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; GÊNERO E NUMERO. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório de Pesquisa. 2020

⁵⁴ Heredia (2013) comenta sobre a multiplicidade do trabalho das mulheres rurais e oposição ao caráter sempre fixo do trabalho masculino.

no âmbito rural pode estar relacionado a retornos de membros da família que haviam migrado para outros locais e retornaram para os seus núcleos originais. Visto que o espaço rural é o local da produção de alimento, a disponibilidade ao seu acesso também é percebida como uma vantagem importante.

Chama a atenção a maior responsabilização das mulheres rurais pelo cuidado de outra pessoa durante a pandemia, que alcança 62%, sendo que a maioria dessas mulheres indicou o apoio ao cuidado de familiares e vizinhos/as. A experiência das mulheres durante a pandemia abre caminhos para pensar sobre as intensas dinâmicas entre o urbano e o rural, em que muitas vezes o rural funciona como uma reserva de cuidado, um lugar de acolhida em situação de desemprego, além de aportar materialmente para o sustento das famílias no meio urbano, sobretudo com a doação de alimentos produzidos no campo.(SOF; 2020, p.33)

Segundo dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), 40% dos estabelecimentos rurais têm como sua principal finalidade a produção de alimentos para seu autoconsumo, nos casos dos estabelecimentos liderados por mulheres esse número sobe para 55%. Dessa forma, percebendo a alimentação saudável também como uma estratégia de cuidado, o autoconsumo através dos quintais produtivos pode ser uma saída para muitas famílias. A criação de redes de solidariedade, através da doação de alimentos e cestas agroecológicas, também configura-se uma importante aliada de enfrentamento. Por outro lado, o aumento da procura por uma alimentação saudável durante a pandemia possibilitou a criação de formas de comercialização direta, aumentando as vendas, contribuindo para a renda durante o período de pandemia. Nesse contexto, uma das formas propostas sugeridas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para mitigar os efeitos pandêmicos foi o aumento dos recursos para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional para Alimentação Escolar para compras e doações diretas, incentivando a produção da agricultura familiar, inclusive das mulheres, e doando alimentos saudáveis para as populações mais pobres, muitas delas desempregadas ou perderam suas fontes de rendas durante a pandemia.

Fonte de preocupação dos movimentos feministas, a violência doméstica é outro ponto que deve ser debatido quando pensamos os aspectos do cotidiano das mulheres, especialmente em situações onde o isolamento social proporciona um aumento das tensões das relações familiares. Embora, nos dados da pesquisa da SOF, apenas 8,4% das mulheres afirmaram ter sofrido alguma forma de violência durante a pandemia, contraditoriamente 91% das mulheres acreditam que a violência doméstica se intensificou nesse período. Essa discrepância nos dados pode transpassar uma dificuldade de identificar formas de violências que são

silenciadas. O sentimento de solidão, o isolamento e a dificuldade de buscar ajuda podem dificultar as mulheres de se sentirem seguras para denunciarem seus agressores.

O que significa que num universo onde as mulheres já são sobrecarregadas, as jornadas de trabalho delas tende a se agravar com a pandemia, sobretudo com as medidas de isolamento social, em que o confinamento de familiares, as escolas e creches fechadas e o cuidado com os doentes condiciona às mulheres ao aumento da sobrecarga física, à violência doméstica e ao adoecimento mental. (FREITAS; SILVA; JALIL; et all; 2021, p. 2)⁵⁵

Dessa maneira, a Campanha “Ficar em casa é uma questão de saúde, dividir as tarefas e viver sem violência também” propõe não só denunciar a situação de vulnerabilidade das mulheres perante o agravamento da crise social intensificada com a pandemia, considerando que a sociedade brasileira já estava em processo de empobrecimento e perda de direitos, mas também relacionar a falta da autonomia e a sobrecarga de trabalho das mulheres como elementos que tensionam as relações e criam situações de dependência.

Através da observação das lives, busquei identificar a maneira como os movimentos rurais lidaram com essa nova realidade, suas preocupações e suas formas estratégicas de enfrentamento à pandemia.

A primeira live que observamos foi a realizada pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em conjunto com a Rede Soberania, mediada pela militante do MMC Michele Calaça e tinha como tema: Feminismo e Agroecologia no enfrentamento à Pandemia. Participaram como palestrantes: Silvia Camurça, da Articulação de Mulheres Brasileira; Isabela Freitas, da Marcha Mundial de Mulheres; Maria Emília Pacheco, da Articulação Brasileira de Agroecologia e Justina Cima, do MMC. A live ocorreu no dia 12 de maio de 2020 e teve transmissão para mais de 600 pessoas através do Youtube no canal do MMC.

Silvia Camurça traz a percepção que não se pode ver a pandemia sem localizá-la em seu contexto histórico específico, dentro de uma conjuntura política que não inclui os mais vulneráveis em suas diretrizes governamentais. Nesse sentido, Camurça localiza duas dimensões que o feminismo popular⁵⁶ abarca o enfrentamento do momento: na primeira delas, a partir dos aspectos cotidianos, onde busca-se organizar uma rede de apoio entre as mulheres, principalmente no enfrentamento à violência doméstica; e na segunda dimensão, a partir de uma agenda de enfrentamento à conjuntura política atual, formulando métodos e retomando os espaços políticos.

⁵⁵ In: FREITAS, Karina P.; SILVA, Domênica R.S; JALIL, Leticia M.; et all. Ficar em casa é uma questão de saúde, dividir as tarefas e viver sem violência também. Cadernos de Agroecologia - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no1, 2021

⁵⁶ Segundo sua própria definição: “um feminismo que considere as desigualdades sociais”.

Como vamos atravessar esse confinamento com o agressor dentro de casa? Quando as relações estão difíceis e você é obrigada a ficar confinada por muito tempo, os atritos pioram. Então é uma questão de prioridade. Há o apoio às mulheres, mas também formas de avisar as outras, formas de denunciar e resgatar. (CAMURÇA, 2020: a partir 08m:40s)

Seguindo a mesma perspectiva de Camurça, Isabel Freitas comenta que a pandemia veio apenas demonstrar aquilo que já se sabia, a incapacidade do capitalismo de cuidar das vidas das pessoas. Para Freitas, é preciso perceber que a pandemia não só sobrecarrega as mulheres dentro dos seus espaços domésticos, mas também dentro das esferas dos cuidados de saúde: as mulheres são maioria dentro dos hospitais, entre médicas, enfermeiras, técnicas de enfermagem, auxiliares de serviços gerais e etc. Dessa forma, as mulheres estão na linha de frente do enfrentamento em qualquer lugar que ocupe, justamente porque o cuidado é relacionado ao papel feminino. Dentro desse contexto, pensando nas alternativas, a agroecologia e a economia solidária oferecem possibilidade de organizações sociais que coloquem no seu centro os cuidados com a vida, na contramão do capitalismo que transforma a saúde em mercadoria.

Já para Maria Emília Pacheco, a conjuntura atual de crise se relaciona com a cobiça pelos recursos naturais, pela terra, através de formas racionalizadas e mecanicistas que não consideram a sobrevivência humana. A pandemia escancara as contradições da nossa sociedade, pois mostra como ela negocia os aspectos mais fundamentais da vida humana, o acesso à saúde, a uma boa alimentação, os nossos direitos tão arduamente conquistados. Para Pacheco, existe uma relação dialética entre o feminismo e a agroecologia, e através dessa relação podemos pensar formas de enfrentamento ao momento atual, construindo processos de transformação e emancipação das formas de dependência e dominação.

O feminismo inspira a agroecologia, e se nutre da agroecologia, na perspectiva do diálogo para garantir os princípios da precaução, da diversidade de alimentos, o valor do saber tradicional que existe nas comunidades tradicionais. (PACHECO; 2020: a partir 31m:46s)

Justina Cima destaca que esse momento é totalmente diferente de tudo que nossa geração já vivenciou. O único caminho para a sua superação é a união e a solidariedade. Para Cima, a luta se faz com um pé na comunidade e outro na leitura de conjuntura. A construção de redes de apoio e solidariedade é uma forma de falarmos “estamos isoladas, mas não estamos só”, para isso, é preciso fortalecer formas de organizações das mulheres.

A segunda live foi formulada pela CONTAG e teve como tema “Prosa de Margaridas em tempos de pandemia: Vozes silenciadas, violências contra as mulheres do campo”. Mediada por Mazé Moraes, da Secretaria de Mulheres da CONTAG, a live teve como

debatedoras: Angela Bastos, jornalista; Verônica Ferreira, do Polo da Borborema ; Susane Silva, enfermeira, integrante do Comitê de Saúde do MST; e Maria do Céu militante do SOS-Corpo. A live aconteceu no dia 3 de junho de 2020 em razão da comemoração dos 20 anos da Marcha das Margaridas.

Verônica Ferreira inicia o debate falando que a violência é uma forma de demonstrar poder, e ela pode se dar nas mais diversas formas, física, psicológica, sexual e econômica. Para Ferreira, o isolamento tende a aumentar a violência contra as mulheres, porque, dentro das casas, as mulheres são mais subordinadas às práticas de poder, que muitas vezes passam naturalizadas no cotidiano. No campo, por sua vez, o isolamento já é um aspecto corriqueiro na vivência das mulheres rurais, o que as tornam mais vulneráveis a violência.

Em alguns contextos essa prática de poder, que atinge todas nós, se agrava. Ela se agrava porque o poder dos homens fica maior e a condição de nós mulheres de nos defendermos dessa violência, às vezes, tá pior. O que acontece no campo? No campo as mulheres têm mais dificuldades de pedir ajuda, muitas vezes, pela própria condição da moradia, o isolamento que isso já causa, você não pode gritar sem que ele escute, né? A visibilidade da violência como um problema, às vezes, não é tão forte, como é em outros contextos. (Ferreira; 2020: a partir do 13m00s)

Da mesma forma como Verônica, Angela e Susane falam que o isolamento já é uma realidade do campo pela própria condição social geográfica dos espaços. Na abordagem de Angela, os processos de violências também se tornam maiores diante das condições de sucateamento e precariedades dos serviços de proteção, de segurança e de saúde. Já Susi traz uma série de questionamentos sobre como romper com o silenciamento e como enxergar a violência através dos serviços de saúde, pois, muitas vezes, o adoecimento é um sinal de uma vivência marcada pela violência. Por fim, Maria do Céu traz aspectos da divisão injusta do trabalho doméstico e de como isso também representa uma forma de violência na vida das mulheres.

A última live observada faz parte da campanha “Ficar em casa é uma questão de saúde, dividir as tarefas e viver sem violência também” e foi formulada pela FETAPE em parceria com a Rede Feminismo e Agroecologia. A mediação e apresentação da live foi feita por Adriana Nascimento, integrante da FETAPE. No debate da live se encontram Graciete Santos, da Casa da Mulher do Nordeste, e Beth Cardoso, do CTA-ZM. A live ocorreu no dia 10 de junho de 2020 através do canal da FETAPE no Youtube.

Graciete Santos inicia a live fazendo um questionamento: “Qual o principal impedimento para as mulheres fortalecerem sua autonomia e ampliarem sua produção e sua participação política?”. A sobrecarga do trabalho doméstico e as formas de violência às quais as mulheres estão subordinadas podem ser apontadas como alguns dos principais

impedimentos para a construção da autonomia das mulheres. Assim como já foi falado aqui outras vezes, para Graciete, a pandemia apenas agravou um processo de crise que já dificultava a vida das mulheres, intensificando a sobrecarga do trabalho e as deixando vulneráveis para processos de violências. Beth Cardoso corrobora com o ponto de vista de Graciete, apontando que, para além da pandemia do COVID-19, também existe uma pandemia de violência doméstica. Para Cardoso, é preciso criar redes de solidariedade, de consumo e comercialização, a fim de tecer estratégias de enfrentamento.

Mesmo quando as mulheres exercem algum trabalho de liderança, trabalho fora de casa, ela não se livra do trabalho doméstico, nem daquele trabalho que aconteceu, que foi acumulado na ausência dela. Tem muitos trabalhos que as mulheres exercem e que nem elas reconhecem como trabalho. (SANTOS; 2020: a partir 21m:01s)

Percebemos, dessa forma, que existe um consenso em torno de que a pandemia representou um aumento do trabalho feminino. No entanto, ela apenas intensificou uma realidade de sobrecarga de trabalho doméstico já existente, através da falta de uma divisão mais igualitária das atividades desenvolvidas dentro das esferas reprodutivas e de cuidados. A violência, por sua vez, também se relaciona com formas de subordinação do trabalho feminino e a necessidade de controle de suas ações. As alternativas de enfrentamento consistem na elaboração de redes de apoio, solidariedade, incentivo à produção feminina e do fortalecimento de projetos participativos que busquem a autonomia das mulheres.

4 TRANSFORMANDO O COTIDIANO: LUTAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NA PRÁTICA AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

“ Agroecologia é vida! É um restauro do que deveria ser a nossa vida.”

4.1 A Zona da Mata Canavieira.

Adentrar os caminhos da Zona da Mata pernambucana é percorrer um caminho marcante da história cultural e social do país. Particularmente, também se configura um local de memória, de territorialidade. A história das mulheres aqui analisadas conecta-se, de um certo modo, também à minha própria história e à história da minha família, que é originalmente proveniente da Zona da Mata Sul, especialmente da cidade de Barreiros de onde descende minha família materna. Mesmo que inicialmente essa ligação, tão familiar, não me fosse consciente no elaborar do projeto de pesquisa, inconscientemente as forças dessa ligação estavam presentes. Para além do processo de pesquisa, recuperar esses laços foi um processo de autoconhecimento o qual não pretendia, mas fez-se imperativo.

É vivo, na minha memória, o cheiro pungente do vinhoto produzido pela cana de açúcar, os caminhões de carga transportando toneladas de cana, o céu coberto de cinzas das queimadas, as labaredas ainda queimando na beira da estrada e trabalhadores rurais encobertos pelo canavial. Mas também, faz-se presente a imagem de pequenos agricultores e agricultoras, especialmente mulheres, vendendo na beira da estrada frutas, castanhas, beiju, farinha de mandioca, dentre outros produtos. Pequenas ilhas de policulturas na vastidão do mar de cana. É nos pequenos espaços da agricultura familiar que a agroecologia vem atualmente possibilitando um suspiro frente à hegemonia canavieira, sobretudo pelo protagonismo feminino, pela sua força e sua capacidade de resistência.

Herança do período colonial, o domínio do monocultivo da cana-de-açúcar traz um aspecto simbólico profundo na paisagem, a sua monotonia, a sua vastidão que cobre todo o horizonte...latifúndios que ressaltam a grande desigualdade presente na região. Reconstruindo historicamente esse processo, Cristine R. Dabat (2009) relata que a implantação da manufatura de açúcar⁵⁷ sempre foi envolvida por muita violência, o extermínio dos povos indígenas, a devastação ambiental e o horror ocasionado pela escravidão. Por maior que fosse a biodiversidade presente nessas terras, na concepção dos colonizadores, essas terras eram “vazias”, à espera de serem domesticadas e exploradas. Desconsiderando e desprezando

⁵⁷Após o declínio da exploração do pau-brasil que já havia ocasionado uma grande devastação ambiental.

totalmente a população nativa, sua cultura e seus conhecimentos. Em contraste, a diversidade alimentar, antes tão abundante no modo de vida indígena, foi drasticamente reduzida, resultando em fome e subnutrição na região. Isso se deu especialmente pela forma como a colônia se apossou dessas terras impondo um sistema de exploração voltado para o abastecimento do mercado externo. Citando Josué de Castro, a autora comenta:

Grandes unidades de produção em regime de monocultura determinaram o uso do solo e o ritmo de desmatamento. Segundo a expressão imagética de Josué de Castro, tratava-se, com efeito, de um “regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humus do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano que serviu de base à sua vida.” (DABAT, 2009, p.9)

Por mais que o tempo tenha se passado na Zona da Mata pernambucana, nada mudou a tendência de expansão canavieira nas suas formas atualizadas de exploração, o que Dabat chama de “modernização sem mudanças”⁵⁸, falando sobre o processo de industrialização da zona canavieira. Dessa forma, a concentração fundiária da classe dominante continuou exercendo um domínio quase absoluto, submetendo a classe trabalhadora à exploração e à exaustão de modos muito semelhantes a escravidão do período anterior. Essa concentração de terra sufocou a agricultura familiar e exacerbou a luta pela terra, que por tempos vive explosões de violência no campo⁵⁹, como ameaças, perseguições, apropriações e expulsão da população rural. Ainda sobre o assunto, Dabat argumenta que a coexistência de pequenos proprietários e posseiros de terra na região revela um aspecto contraditório do sistema empreendido: a incapacidade dos Engenhos de Açúcar e das Usinas Canavieiras de alimentar e suprir as necessidades básicas de sobrevivência da sua população trabalhadora. Assim, a partir da concessão de terra para o autoconsumo e para a alimentação dos trabalhadores, abriu-se uma *brecha* para o surgimento de um campesinato ainda bastante dependente de sua relação com a classe dominante.

A necessidade absoluta de alimentar, mesmo sumariamente, grandes contingentes de trabalhadores reduzidos à escravidão, obrigou muito rapidamente os plantadores a tolerarem o que os especialistas chamam de ‘*brecha camponesa*’. Estes lotes cedidos pelo proprietário aos trabalhadores, sem garantia de duração nem de liberdade quanto ao uso, para que usem de seu tempo livre para produzir uma parte de seu consumo e comercializar outra parte. [...] O regime da ‘morada’, sua herdeira direta, combinava trabalho assalariado na monocultura com a agricultura familiar em pequenas parcelas de terras cedidas pelos proprietários. Elas forneciam alguns produtos alimentícios como feijão, mandioca, batata doce. Às vezes, era permitido plantar fruteiras, e praticar uma pequena criação. (DABAT, 2009, p. 11)

⁵⁸ Citando uma expressão de Peter Eisenberg.

⁵⁹ Como a que vivemos atualmente na região da Zona da Mata Sul em Barreiros, Palmares e Maraiá.

Não podemos deixar de citar o clássico trabalho de Manuel Correia de Andrade (1965) sobre o assunto. No seu livro “A Terra e o Homem no Nordeste”, Andrade faz todo um detalhamento do processo de formação da Zona Canavieira, passando desde o período de exploração colonial, até a passagem dos Banguês para a formação dos Engenhos Centrais e Usinas. Para Andrade, o processo de modernização da indústria açucareira se deu por uma necessidade de se adequar ao mercado internacional. No entanto, Andrade (2001) realça que o sistema canavieiro passou por diversas crises, cada etapa de seu processo de transformação e (re) adequação determinou as formas de ocupação do espaço e as relações de trabalho nele inseridas. O aumento da concentração de terras e o aumento da exploração do trabalho impulsionaram várias situações de conflito, levando ao surgimento das Ligas Camponesas. O autor também destaca que as formas de ocupação surgidas em meados da década de 1980, com o surgimento dos movimentos camponeses, também relacionam-se ao declínio de várias Usinas na região, dando-se de forma diversificada e conflituosa. Com a formação dos Assentamentos, Andrade aponta para o surgimento de uma “classe média” de agricultores familiares que se organizam em associações e cooperativas, diversificando a produção, visando ao abastecimento local, regional e nacional, em alguns casos, também internacional.

Uma combinação de fatores físicos e humanos provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de açúcar e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. [...] Salienta-se ainda que o grupo dominante, formado com a colonização, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da federação e formando uma oligarquia política que manteve por muito tempo o controle do estado. (ANDRADE, 2001, p.272)

Quanto maior a concentração de terra pela cultura canavieira, mais sufocada é a agricultura familiar na região. Embora, paradoxalmente, o número de estabelecimentos voltados para a agricultura familiar possam ter uma grande porcentagem representativa, essa comparação ganha outros contornos quando observamos o número de hectares das propriedades, expondo drasticamente a desigualdade da distribuição de terras. No entanto, é bom salientar que mesmo ocupando uma área menor, a agricultura familiar continua sendo a grande responsável pela alimentação da população, correspondendo a 70% (IBGE, 2017) da produção que se destina às mesas brasileiras. Analisemos alguns dados de antemão, referentes a distribuição de terra na região da Zona da Mata:

As propriedades de 100 ha e mais ocupam em média 70% do território considerado, segundo os dados do INCRA. Em certos municípios, sobretudo na região da Mata Sul, esta dominação é quase absoluta, pois estas taxas de ocupação da zona rural variam na faixa dos 90%: em 2001, 98,54 em Gameleira; 92,96% em Ipojuca;

93,09% em Barreiros; 92,40% em Goiana; 94,27% em Aliança. Entre os vinte municípios onde as grandes propriedades ocupam mais de 80% da superfície rural, estão os mais vastos e aqueles que produzem a maior quantidade de cana. (DABAT, 2009, p.10)

De uma forma geral, de acordo com os dados atualizados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, mas em relação à área ocupada representa apenas 23% da área agrícola total. Porém, no Nordeste, a área ocupada pela agricultura familiar chega a corresponder a 46,6% e, especificamente, em Pernambuco ultrapassa os 50% da área, esses dados mostram um fortalecimento da agricultura familiar na região, contrariando a tendência nacional (SAMPAIO; VITAL: 2020). No entanto, quando observamos a região canavieira, percebemos novamente uma maior desproporcionalidade na relação entre a quantidade de estabelecimentos e a sua área ocupada. E quando incluímos a variável da área destinada ao plantio da cana, reforça-se ainda mais a relação entre a concentração de terra e o cultivo de cana tão historicamente marcado. Essa desigualdade fundiária, alicerçada no modo secular de exploração da Zona da Mata, permanece sendo um fator de instabilidade e desagregação das forças do campo.

Comparativamente, na região em que pesquisamos, observamos que na cidade de Barreiros (Zona da Mata Sul) enquanto a agricultura familiar corresponde a 80% dos estabelecimentos, a sua área ocupada é indicativamente⁶⁰ menor em relação à Lagoa de Itaenga (Zona da Mata Norte) onde a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos. Esses dados sugerem que, apesar de ter uma taxa menor de estabelecimentos da agricultura familiar, na cidade de Lagoa de Itaenga há uma maior distribuição fundiária no comparativo com a cidade de Barreiros. A comparação desses dados, embora não estabeleça uma relação conclusiva⁶¹, fornece pistas interessantes que mais a frente serão explicitadas na análise dos relatos das entrevistadas sobre suas experiências de vida como mulheres agricultoras agroecológicas na Zona da Mata pernambucana, em seu norte e em seu sul.

⁶⁰ Não conseguimos achar o dado específico da área ocupada pela agricultura familiar em Lagoa de Itaenga e Barreiros. Mas quando comparamos os dados do IBGE observamos que em Barreiros a área agrícola ocupada corresponde a 12.345 ha para 676 estabelecimentos agrícolas, enquanto Lagoa de Itaenga possui uma área agrícola de 3.853 ha para 709 estabelecimentos.

⁶¹ Embora os dados demonstrem uma maior concentração fundiária em Barreiros e a produção de cana tenha um número mais expressivo, 45 t/ha contra os 35t/ha em Lagoa de Itaenga, paradoxalmente, em proporcionalidade à área agrícola, observamos que em Lagoa de Itaenga a área colhida de cana-de-açúcar corresponde a 32% da área agrícola total contra os 19% da área agrícola total de Barreiros. Existe a hipótese de outras variáveis desconhecidas que influenciam nesses dados, como, por exemplo, a produção de cana dentro das áreas da agricultura familiar.

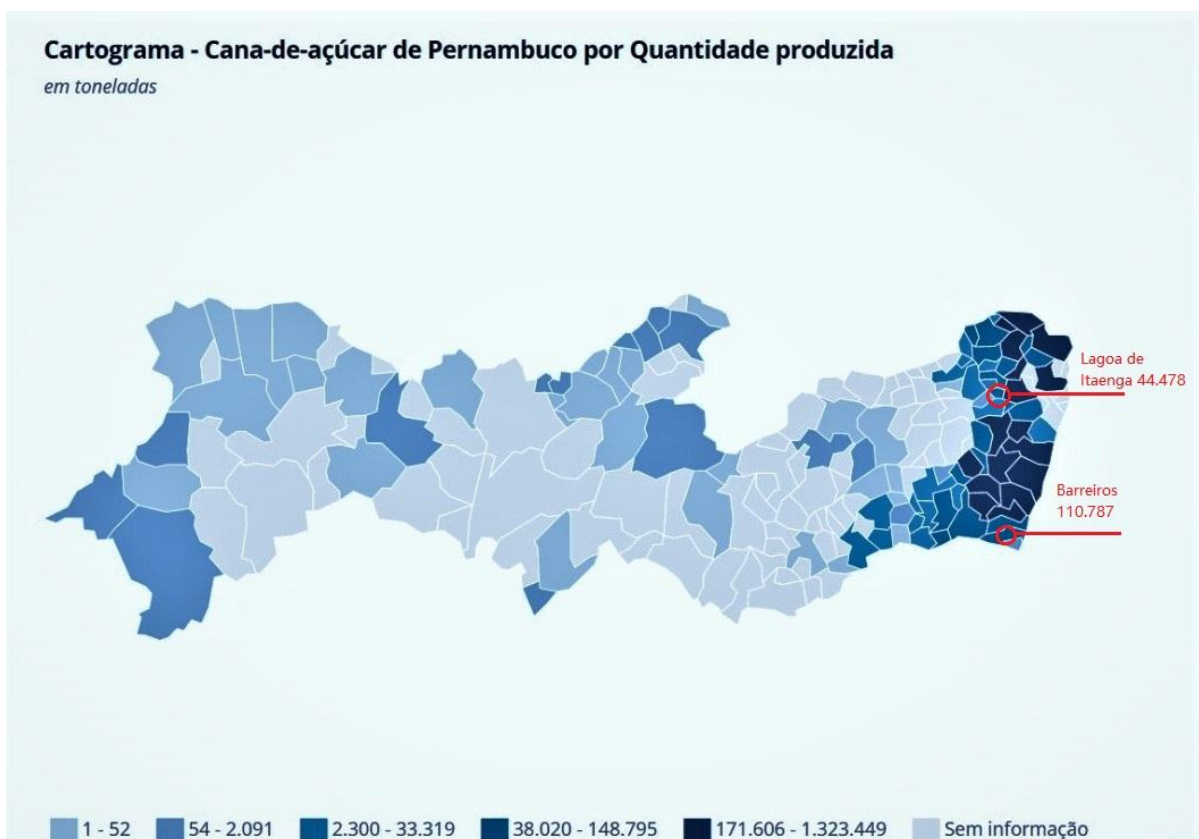


Figura 6 : Cartograma produzido pelo Censo Agropecuário 2017/ IBGE, com destaque criado pela autora.

- **Composição das famílias na Zona da Mata.**

Segundo Parry Scott (2011), os quatro séculos de domínio do monocultivo da cana de açúcar exerceram uma influência sobre as formas de organização social e econômica da população da Zona da Mata. Vidas e destinos que rotacionam em torno do cultivo da cana e das formas de exploração do trabalho dentro da sua produção ou, de alguma forma, influenciadas por ela.

No campo, as mais diversas inserções na economia que se formaram para a população trabalhadora, após o período de exploração extensiva de trabalho escravo, mistura produção independente de pequenos lavradores, trabalho assalariado no campo, migração sazonal proveniente da pequena agricultura familiar do vizinho Agreste, e o uso de trabalho temporário residente nas periferias das áreas urbanas da própria Zona da Mata. (SCOTT; 2011, p. 184)

A caracterização da Zona da Mata como região de circulação migratória também exerce uma influência na composição das famílias e dos ciclos domésticos. Para o autor, essa condição que se é imposta e as poucas possibilidades de trabalho tensionam os grupos domésticos que se vêem, ora impelidos na busca de melhores condições de vida fora da

região, ora a averiguar os meios de obtenção de recursos locais, o que faz da luta pela terra e pela reforma agrária⁶² um meio de busca de espaços de trabalho.

Um outro traço importante das famílias da região, segundo o autor, é o patriarcalismo, onde os laços matrimoniais⁶³ conferem status e reconhecimento social. No entanto, esse reconhecimento social e econômico através do casamento é conferido de forma distinta entre os homens e as mulheres. O trabalho desenvolvido na esfera familiar é, por assim dizer, distribuído de acordo com a "chefia" através das fases do ciclo doméstico.

O patriarcalismo de pequenos patrimônios vai além do ditado popular que “a riqueza de pobres são os filhos”, vai para o que o “ter filhos” e “estar ou ter estado casado” implica sobre a vivência diferenciada da conjugalidade por gênero, e o controle sobre o patrimônio e os filhos. (SCOTT; 2011, p.184)

De acordo com os dados de Scott, a grande parte dos homens da região trabalham na área agrícola (42,2%)⁶⁴, enquanto a maior parte das mulheres tem como principal atividade os cuidados domésticos (67,7%) e secundamente a atividade agrícola (38,2%). É importante ressaltar que na esfera do trabalho familiar a diferenciação do trabalho por gênero confere sempre uma posição subordinada das mulheres em relação às atividades desenvolvidas pelos homens.

Para Scott, o casamento confere uma maior estabilidade econômica e um maior reconhecimento social para ambos os sexos, porém para os homens, na maioria dos casos, o status adquirido de “Chefe de família” se constitui a partir da subordinação da mulher e dos outros membros da família, conferindo-lhe um valor positivo na identidade masculina: o poder de “sustentar” e ser o “provedor” da família. Já para as mulheres, esse status adquirido perante a sociedade, está mais relacionado ao controle sexual perante o casamento e sua dependência econômica. O autor destaca uma relação entre as mulheres casadas e a procura pela religião evangélica⁶⁵.

⁶² É importante ressaltar que a região passou nos últimos anos por alguns projetos de reforma agrária (Medeiros, Gomes, 2021). No entanto, as terras assentadas muitas vezes ficam em regiões degradadas pelo cultivo extensivo da cana, locais de antigas Usinas e Engenhos falidos.

⁶³ No campesinato, o acesso à terra através do casamento confere um valor moral, antes mesmo do que material. (Woortman, 1995)

⁶⁴ Em Barreiros, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), há uma diminuição dessa tendência e um crescimento da área de serviços e comércio na região. Do total amostral de 11.729 das pessoas declaradas economicamente ativas, 1.817 está empregada na agricultura e 1.828 está no setor de comércio. Já em Lagoa de Itaenga há uma dominação do setor agrícola, de 8.208 ativos, 2.660 são empregados na atividade agrícola. De acordo com o último censo agropecuário (IBGE, 2017), em Barreiros a população ocupada na área agrícola é de 1.506 pessoas, dessas 1.105 possuem laços de parentesco com o produtor ou produtora, enquanto 401 não possuem ligação de parentesco. Já em Lagoa de Itaenga, a população ocupada na área agrícola é de 2.203, dessas pessoas 1.105 possuem ligação de parentesco e 387 não possuem ligações familiares com o produtor ou produtora.

⁶⁵ Para Scott essa procura pela religião pode estar relacionada à busca “de outro contexto não dominante” para exercer sua religiosidade, conferindo-lhe uma compensação ou uma valorização adicional para seu status de

O custo da maior estabilidade econômica oferecida no contexto do casamento co-residente é uma subordinação acentuada, onde os ganhos individuais podem se dar em torno do respeito que circunda a mulher casada. As mulheres solteiras e separadas são vistas pela comunidade sob maior suspeita, pois as suas atividades sexuais não são tão sujeitas a uma vigilância masculina imediata. A evidência sugere que estas mulheres casadas ainda buscam reforço para a sua “superioridade moral” através da maior procura de religiões evangélicas. (SCOTT, 2011, p. 204)

As mulheres ‘chefes’ de família em sua grande maioria são separadas, mais velhas e que já possuem filhos de casamentos anteriores, dos quais permanecem com a guarda, nesse caso enfrenta-se uma instabilidade financeira maior em comparação aos outros casos. Nos outros casos, encontram-se a situação das mulheres em que os filhos já se dispersaram do ciclo doméstico e, por fim, as viúvas⁶⁶, que, dentro dessa esfera, são as que gozam de maior reconhecimento social. As solteiras e celibatárias⁶⁷ são as que menos possuem reconhecimento social e quando assumem a chefia da casa são por situações de adoecimento familiar⁶⁸ ou outras circunstâncias onde não há uma figura masculina na casa. Segundo Scott, essas circunstâncias revelam que até mesmo para assumirem sozinhas a chefia da família, as mulheres precisam antes passar pela validação do casamento. No entanto, apesar das dificuldades, em comparação às mulheres casadas, as separadas possuem uma maior independência e uma maior escolarização, o que lhe confere um favorecimento a nível de renda.

Já as mulheres solteiras (poucas) e separadas (predominantes) apresentam significativamente idades mais avançadas do que as mulheres nos domicílios de casados. Assim, para a mulher assumir sozinhas a responsabilidade de um domicílio, o caminho da legitimação mais percorrido é pela vivência de uma união conjugal. Ou seja, isto indica que quando os filhos têm maior independência para o trabalho, na fase de dispersão do grupo doméstico, entre os que já se dispersaram, com frequência, primeiro de todos, a se dispersar é o próprio marido. (SCOTT, 2011, p. 200)

mulher casada. Essa informação nos é importante pois na nossa pesquisa percebemos que a religião, especialmente evangélica, é um fator que interfere tanto positivamente, como negativamente, na vivência das mulheres nos processos participativos dentro e fora das associações. Abordaremos isso mais a frente.

⁶⁶ São também as menos suspeitas em relação às atividades sexuais. (Scott, 2011)

⁶⁷ E são também as preteridas na partilha da terra nos processos de herança. (Woortmann, 1995)

⁶⁸ Essa situação também é descrita por Heredia, 2013.

4.2 Experiências Agroecológicas e Relatos do Cotidiano

Beatriz Heredia⁶⁹(2013) traz um clássico estudo sobre a constituição das famílias dos pequenos proprietários de terra e foreiros da região da Zona da Mata Pernambucana. A ‘classicidade’ e a importância do estudo de Heredia nos situa historicamente na medida que sua pesquisa foi realizada em um período onde ainda se discutia a emergência de um campesinato na região.

O primeiro ponto que nos salta os olhos, e que nos conecta a nossa primeira pista levantada sobre a diferenciação do campesinato na Zona da Mata Norte e na Zona da Mata Sul, é que no seu processo de pesquisa, no início da década de 1970, Heredia destaca a dificuldade de localizar esse campesinato no sul, diferente da região norte onde já havia uma estruturação de sindicatos e cooperativas. Além desse ponto relevante, Heredia destaca a extrema situação de conflito agrário na região, o que permanece até os dias atuais principalmente na Zona da Mata Sul.

Com relação ao nosso trabalho de campo, surgiu uma série de problemas práticos como, por exemplo, o da escolha da área em que realizaríamos a pesquisa, visto que pretendíamos efetuar nosso estudo numa região em que coexistissem pequenos proprietários e foreiros ligados à plantation açucareira. Entretanto, na época em que planejávamos nosso trabalho, no final do ano de 1971, os foreiros constituíam uma categoria social que praticamente havia desaparecido na Zona da Mata Sul de Pernambuco, ao mesmo tempo em que, devido a um processo diferente, ainda existiam na Zona da Mata Norte desse Estado. (HEREDIA, 2013:IX)

Na perspectiva da nossa pesquisa, essa diferenciação de um campesinato mais antigo e mais estruturado no norte do que no sul, embora não mude muito as dificuldades enfrentadas pelas mulheres a nível das relações familiares, expõe situações de maior vulnerabilidade⁷⁰ e exposição a formas de violência⁷¹ para as mulheres na Zona da Mata Sul, que estão mais expostas ao monocultivo da cana e a dominação da agricultura hegemônica.

Vejamos, a Associação Agroecológica de Lagoa de Itaenga (ASSIM), na Mata Norte, comporta uma comunidade de 40 famílias associadas que comercializam seus produtos em 14 feiras orgânicas e agroecológicas distribuídas na região metropolitana de Recife, além de vendas ao governo do estado por meio do PNAE, enquanto as Flores de Ximenes, na Mata Sul é um grupo de cerca de 10 mulheres autônomas, que atualmente apenas conseguem comercializar seus produtos nas feiras locais ou por meio de venda direta ao consumidor

⁶⁹ Essa versão do livro a é digitalizada pela Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, feita a partir da edição original de 1979 publicada pela editora Paz e Terra.

⁷⁰ Apesar do apoio que tem da Rede de mulheres agroecológicas, da Fetape e de outros grupos e movimentos rurais, esse apoio não se traduz a nível de localidade onde as situações ocorrem.

⁷¹ Como nas diversas vezes que nos foi relatado que pessoas da região atearam fogo em seus SAF's e em seus terrenos, ou situações onde o fogo do canavial se alastra e as atinge também.

através de uma ‘quitanda virtual’. Segundo essas mulheres, essa dificuldade de comercialização se dá tanto pela falta de estrutura para escoar a produção, como a falta de uma boa estrada em que se possa transportar seus produtos⁷², como pela desestruturação ocasionada pela pandemia e pela política governamental desfavorável à agricultura familiar, que dificulta o acesso a políticas de incentivo. Somada a essas dificuldades, elas também se veem muitas vezes isoladas perante a comunidade de assentados que ainda trabalham sobre bases da agricultura convencional⁷³. Nos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), esse isolamento pode ser indicado quando comparamos os dados referentes ao avanço de técnicas alternativas de plantio na região, expressa na relação da área ocupada e a utilização das técnicas agroflorestais, enquanto em Barreiros essa relação está de 3 ha para 3 estabelecimentos adotados, em Lagoa de Itaenga essa relação está de 68 ha para 58 estabelecimentos.

Ao iniciar pela história das associações, a influência dessa diferenciação se torna ainda mais evidente. O Assentamento Ximenes foi criado a partir da desapropriação e junção de dois antigos engenhos, Roncador e Bombarda, no município de Barreiros, localizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, terra assolada pelo *monocultivo canavieiro*, pouco produtiva e altamente contaminada pelo uso contínuo de adubos químicos e agrotóxicos, para realocar as famílias advindas do processo de desapropriação para implantação do complexo industrial de SUAPE⁷⁴ no município do Cabo de Santo Agostinho. Dois grupos formaram o assentamento, os advindos do Cabo e os que já produziam e viviam na região que mantiveram suas parcelas.

Muitos, não receberam as indenizações prometidas e os que receberam alegam que os valores estão muito aquém do que possuíam quando moravam em Cabo de Santo Agostinho. Em Ximenes, não há estrada, escola, posto de saúde, energia e a maior parte das parcelas não possui moradia. A produção é pequena e as poucas moradias existentes são precárias. Feitas basicamente de pau a pique, sem banheiro e cobertas de telhas retiradas das antigas edificações do engenho. (MOTTA;TAVARES, 2017, p.2)⁷⁵

Essa situação criou uma insegurança por parte das famílias assentadas, especialmente das mulheres que tiveram que deixar seus cultivos e a coleta de frutas que serviam como

⁷² Quando chove na região, as flores relatam que ficam completamente isoladas, principalmente as que residem na região.

⁷³ Muitas vezes, ainda ligados ao cultivo canavieiro.

⁷⁴ Novamente aqui, percebemos como as forças hegemônicas atuam na expulsão da população rural para terras mais distantes e degradadas.

⁷⁵ Vivian Motta é professora do IFPE e coordenadora do projeto expansionista, junto às assentadas, contribui para a formulação do Projeto de Mulheres. O relato do projeto está disponível aqui << [2539_vivian_delfino_motta.pdf \(easyplanners.net\)](https://easyplanners.net/2539-vivian-delfino-motta.pdf) >>

complementação alimentar e de renda⁷⁶. Pela improdutividade do terreno que foi apropriado pelo assentamento, uma grande parcela dos homens buscaram trabalhos assalariados, restando às mulheres o trabalho hercúleo de cultivar em terras “maltratadas e cansadas”. Da inquietação com essa realidade e da preocupação com o alimento cultivado, um grupo de mulheres assentadas, em 2015, por iniciativa própria, buscaram ajuda no IFPE de Barreiros que abraçou as demandas das agricultoras e as incluíram no projeto expansionista com foco inicialmente na agroecologia e, posteriormente, a partir das demandas das mulheres, o projeto passou a incluir debates de gênero junto às assentadas.

A partir da união e do interesse das mulheres assentadas, foi idealizado um Projeto de Mulheres que se articularam com outros movimentos sociais do campo, como a Marcha Mundial de Mulheres e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-NE, onde foram debatidos aspectos de suas vidas cotidianas, observando formas de violências e desigualdades de gênero, aproximando-as dos debates feministas. De 25 mulheres que iniciaram esse projeto, restaram 10 que atualmente compõem o grupo Flores de Ximenes.

O projeto iniciou envolvendo 25 mulheres, onde o vínculo com as religiões ligadas ao movimento pentecostal contribui para o afastamento de 15 agricultoras. Em entrevista com 3 camponesas que deixaram o grupo, nos foi relatado que os canticos, a temática feminista (vista como sexual) e o incentivo para acessar o espaço público não eram consideradas adequadas para mulheres cristãs. Após essa queda brusca nas participações, o coletivo se formou com 10 mulheres que vem se mantendo comprometidas com as ações, fortalecendo o grupo a cada dia. (MOTTA; TAVARES 2017, p.13)

O nome Flores de Ximenes, de acordo com as assentadas, foi escolhido como uma forma de reconhecer a diversidade entre si, ao mesmo tempo em que a imagem do "florescimento" ajuda a recuperar o empoderamento das mulheres, fortalecendo o grupo. Na constituição da associação foi firmado o pacto com a agroecologia como veículo de mudança da realidade e garantia da segurança alimentar das famílias. Através da formação do grupo, as mulheres puderam atuar coletivamente, participando de debates públicos, interagindo com movimentos sociais e disputando a liderança do assentamento.

No entanto, é preciso reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas *flores* para a implantação do projeto. Em primeiro lugar, podemos apontar o descrédito por parte dos assentados com a recuperação e o uso de técnicas produtivas agroecológicas no cultivo das terras. A escolha pela agroecologia e pela implantação de SAFs⁷⁷ foi considerada, por parte

⁷⁶ Antes da desapropriação, ainda no Cabo de Santo Agostinho, muitas famílias dependiam da pesca como fonte prioritária de renda. A expulsão de suas terras significou uma mudança abrupta nas formas de renda e trabalho familiar.

⁷⁷ Os Sistemas agroflorestais constituem uma técnica de cultivo que busca preservar a biodiversidade, a proteção do solo e do meio ambiente.

dos assentados, um retrocesso nas técnicas de cultivos, a hegemonia da agricultura convencional exerce uma pressão pela padronização das técnicas (Motta e Tavares, 2017). Em segundo lugar, além do descrédito diante da implementação da agroecologia, as mulheres, ao desafiarem as estruturas hegemônicas, são constantemente taxadas como loucas e “péssimas mães e esposas”. A própria inserção do debate feminista e das reflexões de gênero na formulação do Projeto de Mulheres foi vista como uma afronta a constituição das famílias assentadas. Apenas no momento em que as flores passaram a obter sucesso e ganhos com a implementação do projeto que as tensões foram amenizadas, sendo reconhecidas dentro da comunidade.

Figura 7: Assentamento Ximenes, em 2019. Barreiros/PE - Ilha Agroecológica. Fonte da Autora



Figura 8: Beneficiados e produtos comercializados pelas Flores. Fonte da Autora.



Já em Lagoa de Itaenga, cerca de 40 famílias compõem a Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítio Vizinhos (ASSIM), na Zona da Mata Norte de Pernambuco. A associação se formou a partir da liderança dos agricultores familiares Damião e sua esposa Josiane em 1998, incentivando a união dos agricultores frente às dificuldades vividas no momento, como a diminuição da produção e a dependência de atravessadores na comercialização dos seus cultivos, ainda *majoritariamente de cana-de-açúcar*.

A associação tem um papel muito importante principalmente nessa questão da comercialização. Uma associação que tem 20 anos e a trajetória dela sempre foi de crescimento, de muita clareza do seu objetivo, e da defesa da agroecologia. (Damião, fundador e ex-presidente da ASSIM⁷⁸)

Em 2000, em parceria com o SERTA, a associação passou a repensar suas formas de produção e o monocultivo da cana, passando a aderir à agroecologia e à diversificação dos seus produtos, obtendo o aumento da renda e da segurança alimentar, já que também passaram a consumir o que produziam. Além do SERTA, a associação também obteve parceria com outras instituições, como a FETAPE e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde foram idealizadas oficinas de beneficiamento, através do departamento de Economia Doméstica, para produção de pães, bolos, geléias, tinturas e xaropes medicinais. A associação também conta com a organização de um grupo de mulheres que atualmente se dedicam mais à prática do beneficiamento da produção. Através desse grupo, a associação conseguiu financiamento por meio de editais de ongs e do Banco do Nordeste para montar uma pequena agroindústria onde produzem polpas de frutas e outros produtos que comercializam nas Feiras Agroecológicas.

A ASSIM também passou por diversas dificuldades, como rupturas internas e conflitos de interesses na administração da associação. O grupo de mulheres também nos relatou que ainda existe uma resistência masculina para a participação das mulheres nas tomadas de decisões da associação, embora seja através do grupo que a associação consiga maiores financiamentos e maior inserção nas redes de movimentos sociais rurais. Nos últimos anos, a fim de diminuir essa desigualdade dentro da associação, a presidência da Associação passou a ter pela primeira na sua história uma liderança feminina.

⁷⁸ In: entrevista concedida ao Boletim da FETAPE; outubro/2019. << [Boletim Fetape Outubro digital.pdf](#)>>

Figura 9: ASSIM, Lagoa de Itaenga em 2019



Fonte: Espaço Agroecológico de Setúbal

Figura 10: Josiane na Feira Agroecológica de Setúbal.



Fonte: Espaço Agroecológico de Setúbal

Dessa maneira, percebemos através da história das duas associações que a busca pelo acesso a terra, pela autonomia e por formas de recuperação de espaços degradados propiciam a adoção de técnicas alternativas de plantio, fazendo frente ao domínio hegemônico da produção extensiva da cana-de-açúcar, favorecendo o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. No entanto, percebemos que onde a força desse domínio é maior, a vulnerabilidade e as dificuldades se amontoam na resistência aos *modus operandis* locais de dominação e poder. A estrutura dessa dominação transpassa não apenas as condições materiais impostas, como a condição da terra e do solo para o usufruto da agricultura, mas também o modo como as comunidades e as famílias lidam com essa dominação, muitas vezes reproduzindo-as no interior dos seus espaços de vida e trabalho, nos seus *agroecossistemas* e, principalmente, sobre as vidas das mulheres.

- **Relatos do cotidiano.**

Entrevistamos seis mulheres divididas igualmente pelas duas associações. Analisando os seus perfis, observamos que todas possuem idades entre 36 e 50 anos e, corroborando com os dados trazidos por Scott, todas passaram pela validação do casamento, mas apenas metade delas os mantiveram. Percebendo a idade destas mulheres, destacamos que apenas uma delas não possui filhos e todas as outras a maior parte dos filhos mais velhos já passaram pela fase de dispersão do ciclo doméstico. Não por acaso, metade delas ocupam, ou já ocuparam, espaços de lideranças na associação em que fazem parte. Das mulheres de Lagoa de Itaenga, duas são casadas e apenas uma é separada, duas são evangélicas e uma católica, todas são residentes da comunidade e, destas, apenas uma não é natural do local. Já com as mulheres de Barreiros, ocorre o inverso, duas são separadas e apenas uma é casada, nenhuma é evangélica, duas são católicas e uma não possui religião, duas são moradoras do assentamento, mas apenas uma é natural do local⁷⁹.

⁷⁹ Percebemos que a comunidade exerce uma pressão sobre essas mulheres, não só em relação a insistência de modos alternativos de cultivo, visto que nem toda a comunidade, como nos foi dito, trabalha com agricultura, mas pelo estilo de vida assumido e pelo compromisso com pautas feministas. Além das suspeitas que recaem pelas mulheres separadas, também podemos comentar que o não pertencimento à religião majoritária intensifica a rejeição e a desconfiança sobre essas mulheres. Não por acaso uma boa parte delas não moram mais dentro do assentamento. Fato também apontado por Scott em seus dados sobre as mulheres que chefiam suas famílias na Zona da Mata.

1- Josiane (Josi) 44 anos - (ASSIM)

Natural de Lagoa de Itaenga -PE

Casada, com 3 filhos (2 meninas e 1 menino)

Josi, de todas as mulheres agricultoras entrevistadas, foi com quem mais conversamos, entre entrevistas e conversas informais. Estabelecemos uma relação de confiança a partir do nosso contato através das feiras agroecológicas onde ela comercializa os produtos de sua família: uma no bairro de Santo Amaro e outra no bairro de Setúbal/Boa Viagem. Por conta da pandemia, não conseguimos visitá-la em sua propriedade. Ficou apenas a promessa para participar de futuros mutirões, que é uma forma de seus consumidores conhecerem a sua produção, estabelecerem laços de confiança e participarem do processo produtivo, trocando conhecimentos e experiências. Através dela, fomos apresentadas a outras mulheres da associação.

Filha de agricultores, Josiane nasceu e cresceu na comunidade de Marrecos e Sítios Vizinhos em Lagoa de Itaenga, na infância trabalhou desde cedo, ajudando nos serviços da casa e trabalhando no roçado. Na adolescência, além dos estudos, trabalhou em diversos “serviços” para ajudar a renda da casa, “limpava mato”, “cuidava de criança”, “fazia artesanato”. cursou o ensino médio e chegou a entrar em um curso de magistério. Casou cedo, marido agricultor, teve duas filhas, e posteriormente, já agora na pandemia, adotou uma criança. Segundo Josi, ela e seu marido chefiavam conjuntamente a família. Em seu relato, diz que nunca sofreu nenhum “impedimento” do marido e sempre fez o que quis:

Desde pequena sempre fiz o que quis. Assim, tudo que penso em fazer eu faço. Quando solteira minha mãe não me impedia, nem casada meu marido me impede. Quando eu não queria ir (para a associação), ele (o marido) insistia para eu ir.
(Joseane, agricultora- ASSIM)

Segundo seu relato, a grande parte das famílias da comunidade produziam cana-de-açúcar em suas terras, produziam também outros cultivos, mas estes eram voltados mais para o autoconsumo, em pequenos roçados. Eram muito dependentes de atravessadores e suas terras estavam ficando improdutivas. Foi quando seu marido, Damião, no final da década de 1990, montou a associação junto com outros produtores da região para terem mais autonomia na comercialização de seus produtos. No entanto, isso não resolvia o problema da diminuição do nível da produção. Foi quando ele, já na década de 2000, procurou o SERTA, chegando a cursar o curso técnico oferecido pela instituição. A partir dessa parceria, iniciou uma transição para o cultivo orgânico e posteriormente, em 2005, para o agroecológico, abandonando o cultivo da cana. Josi conta-nos que foi através da experiência de cultivo

agroecológico de sua família que as outras famílias começaram também a aderir ao sistema. Entre as principais motivações para aderir ao sistema agroecológico, Josi destaca a satisfação em produzir um alimento saudável, tanto para o consumo familiar, como para oferecer aos seus consumidores, “oferecendo saúde e qualidade de vida”.

No entanto, o aumento da participação das mulheres na associação só se intensificou com a formação do grupo de mulheres, primeiramente reunidas na realização do curso de beneficiamento oferecido pela UFRPE. Segundo Josi, no período anterior, as mulheres participavam da associação apenas acompanhando seus maridos e só depois da formação do grupo é que elas passaram a intervir mais nas decisões da associação, apesar de enfrentar resistência de seus maridos.

Foi quando as mulheres começaram a se envolver mais com a associação, porque até então as mulheres não tinham envolvimento direto com a associação. Comecei a convidar algumas mulheres, mas só que tinha alguns homens que não deixava, que achava que só quem tinha que tá ali eram os homens, as mulheres tinham que ficar só em casa, cuidando da casa, dos filhos e do roçado. Eu achava isso muito errado...Até hoje ainda acho. Sempre tinha uma mulher que queria ir, mas o marido não deixava. E eu era a ovelha perdida, porque eu ia na frente e saía levando as outras. Até um marido de uma colega minha ficou com raiva de mim porque eu tava carregando a mulher dele para participar das coisas, fazer isso, aquilo...Aparecia uma reunião e outra, eu dizia “Vamos?!” e sai carregando tudo. Aí eu era vista com maus olhares e até hoje ainda sou, mas foi por uma boa causa. [...] Do grupo de mulheres, algumas desistiram, outras seguiram em frente e quem seguiu hoje tá muito satisfeita. (Josiane, agricultora-ASSIM)

Com a formação do grupo de mulheres a associação conseguiu diversas inserções em políticas de financiamento rural, conseguiu apoio de outras entidades rurais e uma maior rede de participação. Foi sobretudo através do grupo que se conseguiu montar a agroindústria para o beneficiamento de polpas de frutas, geleias, doces e outros produtos provenientes dos seus cultivos. As mulheres passaram a se reconhecer como produtoras agroecológicas e passaram a comercializar seus produtos nas feiras agroecológicas. Dessa forma, as mulheres passaram a gozar de um poder maior tanto dentro de suas famílias, com o aumento da renda, como também dentro da associação, já que passaram também a contribuir economicamente para a instituição, angariando recursos e produzindo beneficiados.

No entanto, é na esfera da vida cotidiana que as mulheres enfrentam as maiores dificuldades. O excesso de trabalho, a não divisão das atividades domésticas e as obrigações morais em torno do cuidado exercem uma pressão na vida dessas mulheres. Durante a pandemia esse trabalho foi redobrado, pois adotaram um sistema de “delivery”, onde seus consumidores faziam o pedido direto pelo whatsapp, quando chegavam na feira os pedidos eram distribuídos rapidamente. Josi também comentou que durante a pandemia houve uma

maior demanda por alimentos saudáveis, o que ajudou nas vendas. Além disso, Josi adotou uma criança nesse período, o que aumentou seus cuidados dentro de casa e também, devido a pandemia, passou a oferecer uma maior assistência às suas tias mais velhas que moram na região.

Minha rotina de trabalho, rapaz... (risos). Eu tô aqui tão cansada que só Jesus na causa! (risos) Minha rotina de trabalho hoje é, vou para horta, antes de ir para a horta, logo cedo, acordo, faço café, adianto o almoço, aí vou para a roça. Aí quando eu chego, termino o almoço, vou cuidar das outras atividades da casa. Minha filha, em casa, me ajuda um pouco, mas ela vai para o colégio e eu fico (“só”⁸⁰) em casa. E agora tenho um bebê de 1 ano que tô criando que é praticamente meu, eu tô criando é meu. Aí eu só posso voltar para a horta quando minha filha volta do colégio mais tarde. Mas quando eu tô em casa, mesmo assim (cuidado do bebê) eu faço um beneficiado, faço geléia, doce, faço conserva de pimenta. E sou só eu mesmo que faço! Agora, o que me tira mais o meu tempo é a atividade doméstica, mas tem que saber dividir o tempo. [...] Meu marido fica na roça, mas eu, eu mesma... Tem a casa, tem o menino, tem o almoço, tem os carneiros ainda pra botar ração, têm as galinhas.. Mesmo em casa com essas atividades domésticas, tem que fazer tudo isso. Eu sou ainda quem dirige, quem vai para a freira, faço praticamente tudo. (Josiane, agricultora- ASSIM)

Interessa-nos perceber que por mais que a “chefia”⁸¹ possa ser compartilhada e que as mulheres possam ocupar outros espaços além do doméstico, como no roçado, nas feiras, na agroindústria e dentro da associação, a estrutura da dominação patriarcal continua impondo às mulheres grandes desigualdades. Quando abordamos a questão do *uso do tempo*, percebemos que para estas mulheres o problema é justamente a falta dele e não o amontoado de tarefas mal divididas.

O que me falta mais é tempo, o meu tempo tá muito limitado. Ontem mesmo eu tive que rebolar, tive que ficar com o menino, tive que fazer chips, que tinha uma entrega para a prefeitura de quase 10kg de chips, tive que fazer almoço, tive que lavar roupa, cuidar dos carneiros, das galinhas, depois descascar macaxeira, fui pegar as hortaliças, não tava colhida, fui colher berinjela, pimenta e abobrinha. Tive que pedir favor pra vizinha para ficar com o menino. Autonomia eu tenho, o que não tenho é tempo. (Josiane, agricultora - ASSIM)

Para Josi a adoção da agroecologia lhe impôs mais trabalho, porque, segundo sua experiência, requer maior paciência, cuidados a longo prazo que demandam um nível de presença maior nas atividades desenvolvidas dentro da propriedade rural, diferente do imediatismo da agricultura convencional que o “adubo comprado já vinha pronto, era só colocar”. No entanto, para Josi trabalhar com agroecologia transformou a sua vida e a vida de sua família que se vê mais independente e mais saudável.

⁸⁰ Seu Damião passa a maior parte do seu tempo no roçado e nos SAF's de sua propriedade, também presta assistência técnica na região.

⁸¹ Lembremos que a atribuição do trabalho familiar é distribuída pela chefia (Scott, 2011), e que dentro da conjugalidade o trabalho feminino sempre ocupa uma posição subordinada frente às atribuições masculinas. O trabalho feminino é sempre visto como um não-trabalho, como uma *ajuda*. (Heredia, 2013; Paulilo, 2004; Woortmann, 1995)

Eu me defino como uma pessoa independente. Não dependo de outra pessoa para me manter. Eu trabalhava, eu tava na roça, cuidava da casa e de duas filhas e ainda vinha para feira. Hoje eu faço o que gosto. *A agricultura agroecológica é mais trabalho, mas também é mais gratificante.* (Josiane, agricultora-ASSIM)

2- Vera Luz, 36 anos- (ASSIM)

Natural de Lagoa de Itaenga -PE

Solteira, sem filhos.

Fomos apresentadas a Vera por intermédio de Josi, na Feira Agroecológica de Setúbal, antes da pandemia, ainda em 2019. No percurso do caminho, tivemos diversas conversas, mas a entrevista só se deu após o período de pandemia. Vera me foi bastante receptiva e sempre se apresentou interessada na pesquisa. Atualmente Vera ocupa a vice-presidência da associação, lidera várias ações e projetos através da parceria com o Espaço Agroecológico de Setúbal.

Vera, assim como Josi, nasceu e cresceu na comunidade de Marrecos e Sítios Vizinhos em Lagoa de Itaenga, filha de agricultores, desde cedo trabalhou junto com a família na terra, cuidava dos animais e ajudava a mãe nos afazeres domésticos. Após concluir o ensino médio, ingressou na vida religiosa, “queria ser freira”, chegou a realizar duas etapas da formação, mas depois largou a vocação para cuidar da família, após adoecimento da mãe. Trabalhou como auxiliar de produção e, após a recuperação da mãe, retornou aos estudos, ingressando na Faculdade de Letras. Para ajudar a se manter na faculdade, já nessa época, começou um roçado orgânico que era levado para ser vendido na Feira da Madalena pelo seu irmão. Dessa forma, conseguiu se formar como professora e atuou por 7 anos na profissão.

Eu ia ser freira, fiz duas etapas da formação da vida religiosa, depois trabalhei como auxiliar de produção, depois eu cheguei a fazer a faculdade de Letras e atuei como professora. Mas minha primeira profissão é agricultora. (Vera, agricultora - ASSIM)

Com a formação do grupo de mulheres, Vera também começou a produzir beneficiados e foi quando as mulheres da associação a convidaram para vender na feira com elas. Vera relata que foi a partir daí que começou a fazer a transição agroecológica.

Primeiro começou com o orgânico e depois começamos a implantar safes e aí começou o processo de transição e plantação de consorciados. Aí as meninas da associação me chamaram para participar também das feiras. Aí eu coloquei os dois pés na agroecologia e comecei a plantar *mesmo*. Cultivando um pedacinho de terra no sítio do meu pai. (Vera, agricultora - ASSIM)

Vera já foi casada, após seu casamento deixou a casa dos pais e foi plantar na terra que seu marido havia herdado. Os dois começaram a trabalhar juntos na agroecologia. Durante esse período, Vera se formou como técnica em agroecologia pelo SERTA.

Mantiveram-se juntos por mais de dois anos, mas, no início da pandemia⁸², o relacionamento acabou e Vera retornou para a casa dos pais.

Aí eu voltei para a terra do meu pai de novo, mas aí eu também já não era mais a mesma. Tava mais arreigada na agroecologia e já queria o meu espaço próprio. Foi quando surgiu a oportunidade de comprar um pedacinho de terra e instalei a minha horta. (Vera, agricultora - ASSIM)

Percebemos, então, que o acesso à terra continua sendo condicionado através do casamento, com a separação lhe é negado o direito a terra e nem lhe é dado de garantia a herança⁸³ das terras do pai, que mesmo cedendo um “pedacinho de terra” não lhe permite usufruir sem a sua chancela. Só a partir da compra de sua própria propriedade é que Vera começou a assumir o comando da sua produção, contratando inclusive ajudantes⁸⁴ para auxiliá-la no cultivo e na comercialização. Na vida cotidiana, Vera se vê dividida entre as atividades da produção, os projetos da associação e o auxílio à sua mãe nas atividades domésticas. No entanto, diferente das outras mulheres, Vera goza de maior liberdade no uso do seu tempo, é solteira, não tem filhos, vive na casa dos pais e a mãe é a principal responsável pelas atribuições domésticas. No entanto, em seu relato, Vera identifica uma desigualdade entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres da família e as atividades dos homens.

O meu dia-a-dia é como te falei... A agroecologia ela se expande, né? Eu tenho esse pedacinho de terra, mas também tenho outras atividades. Sou coordenadora de um projeto da associação. Queremos também montar novos núcleos de agroecologia. Estou nesse projeto e vou fazer a sistematização e o monitoramento. Aí, nesse caso, já tenho colaboradores que me ajudam lá na minha produção, porque sozinha não consigo. [...] A família não coopera muito. Na casa dos meus pais, eu vejo que mamãe criou os meninos para as coisas de fora e as mulheres para as coisas de dentro, só que as mulheres da família também tomaram esse espaço de fora. Aí a divisão não é justa! (Vera, agricultora - ASSIM)

Da mesma maneira que Josi, Vera considera que a pandemia resultou em mais trabalho, pois houve uma maior demanda de vendas, o que fez replanejar toda a produção, sem falar dos cuidados com as exigências sanitárias para a comercialização dos produtos e o funcionamento da feira agroecológica. Segundo seu relato, o fim do seu relacionamento se deu justamente pelo aumento dos conflitos durante esse período. Além disso, segundo Vera, seu marido queria que ela deixasse de trabalhar na feira para amenizar os riscos da contaminação, mas ela insistiu em continuar trabalhando, assumindo os riscos.

⁸² Como já demonstrado anteriormente, a pandemia resultou em um aumento dos conflitos familiares. Essa tendência reverberou na pesquisa, visto que dos seis casos analisados, três deles houve a separação durante a pandemia.

⁸³ Como nos conta a literatura, a herança é uma questão sensível especialmente para as solteiras. (Paulilo, 2004; Woortmann, 1995)

⁸⁴ Seus sobrinhos, um de 17 anos e outro de 19 que também lhe ajudam na comercialização nas feiras.

A pandemia ajudou no fim do meu relacionamento, era muito conflito. E só deu em término de relacionamento mesmo. Ele achava que todo mundo iria pegar (o vírus) e todo mundo iria morrer. Eu disse não! Não vou deixar um processo acabar que demandou muita energia por conta da pandemia. Vou tomar os cuidados cabíveis e vou enfrentar. Continuei trabalhando. (Vera, agricultora - ASSIM)

Trabalhar com agroecologia para Vera vai além do fator da produção e dos seus resultados econômicos. Existe uma atribuição simbólica, identitária e moral na maneira como ela se reconhece como produtora e “*promotora*” agroecológica. Na sua concepção, a agroecologia recupera toda uma situação de subordinação histórica que foi imposta à sua família, atua na memória e na valorização da vida no campo.

Meu pai sempre trabalhou na agricultura e hoje minha mãe tem outra visão. Ele trabalhou 25 anos numa usina, quase como escravo. A Zona da Mata é cercada de cana de açúcar de usineiro que explora. Ele trabalhava 12 horas e ainda trabalhava para ele em casa. Que usineiro explora mesmo! Quando meu pai trabalhava na usina, a gente morria escravo do próprio serviço e não tinha essa autonomia, de trabalhar para se sustentar e ser autossustentável. Mamãe me disse que se ele tivesse essa sabedoria (agroecologia), ele nunca trabalharia esses 25 anos. Hoje a gente produz a própria carne e come do que planta, antes a gente vendia a carne boa pros outros e ficava com a ruim. Hoje a gente tem uma melhor qualidade de vida. Então, pra gente, a agroecologia é vida! É um restauro do que deveria ser a nossa vida. Trabalhar pra gente mesmo, plantar nosso próprio alimento e vender o excedente como a gente faz! A agroecologia dá essa possibilidade. Não é só trabalhar pra se manter, mas se estruturar como um ser na sociedade. Eu dou muito conselho para meus colaboradores, nesse sentido! Como promotora da agroecologia, acredito que esse é meu papel também. (Vera, agricultora - ASSIM)

É notável que, por mais que as mulheres solteiras possam ter uma maior liberdade em relação ao uso do tempo, o que lhes pode garantir um maior nível de formação, a sua posição na sociedade está sempre relacionada a uma figura masculina, principalmente quando não se tem filhos. O que demonstra a posição sempre circular das mulheres na sociedade em oposição ao local sempre fixo dos homens (Woortmann, 1995), o que por sua vez também se relaciona com a forma como a terra é partilhada e herdada dentro do sistema das famílias camponesas. As mulheres são sempre “esposas” ou “filhas” de alguém perante a comunidade, o que reforça sempre o papel masculino no controle sexual e econômico e na definição do seu trabalho. Dificilmente as mulheres vivem para si da mesma forma que os homens, pois estão sempre trabalhando para alguém, “ajudando” em alguma atividade, dificilmente possuem outras pessoas para trabalharem para elas e dividirem as tarefas, e normalmente quando tem, são sempre outras mulheres, *suas mães*, suas avós, suas filhas⁸⁵ ou auxiliares domésticas, reforçando sempre a desigualdade perante a sociedade. Vera desafia um pouco essa lógica, por mais que ainda permaneça inserida no seu espaço familiar de origem, sobre a dominação do

⁸⁵ Os filhos homens também “ajudam” nas atividades domésticas, mas na medida que vão crescendo começam a deixar as atividades do “nível” doméstico, considerados femininos, para assumirem tarefas consideradas masculinas, como ajudando seu pai no roçado e na construção dos seus próprios roçadinhos. (Heredia, 2013)

seu pai, não deixa de se reconhecer como produtora agroecológica, assumindo espaços antes associados às atividades masculinas, como a construção do seu próprio roçado e a direção da associação, nem deixa de lutar pela sua autonomia e pela sua independência financeira, ousando construir sua própria produção agroecológica e o seu próprio agroecossistema.

Eu me defino como uma mulher bem forte, mesmo que a adversidade da sociedade venha me impor algo, eu já tenho minhas próprias filosofias. Podem me abalar, mas eu não caio! A Pandemia me veio mostrar um potencial que eu não tinha, eu sofri muito com ela, mas eu descobri uma Vera que nem eu mesma sabia que existia! Eu me vejo como uma pessoa forte! Numa comunidade em que as mulheres assumem esse papel de dona de casa, que não possuem sua independência financeira. Eu de certa forma tenho e tenho minha autonomia. Acho que posso ser um exemplo para as outras mulheres. (Vera, agricultora - ASSIM)

3-Rosenete (Nete) 50 anos - (ASSIM)

Natural de Carpina - PE

Mora em Lagoa de Itaenga - PE

Casada, 4 filhos (3 meninos e 1 menina)

Das mulheres da ASSIM, Nete foi a mais difícil de conseguir encontrar, apesar de também comercializar na Feira Agroecológica de Setúbal e em outras feiras da região metropolitana. Atual presidente da associação, em seu segundo mandato, Nete acumula muitas demandas, o que nos restou a única possibilidade falarmos com ela por telefone entre um afazer e outro, o que dificultou a realização da entrevista que foi por diversas vezes interrompida.

Segundo seu relato, Nete nasceu na cidade de Carpina, também na Zona da Mata Norte de Pernambuco, filha de mãe professora e pai pedreiro. No entanto, cresceu e foi criada na casa de sua avó materna, junto com seus 12 irmãos, na Comunidade de Marrecos e Sítios Vizinhos em Lagoa de Itaenga. Desde cedo esteve envolvida nas atividades agrícolas, cuidava de animais, cultivava em pequenos roçados no quintal da avó, ralava mandioca para fazer farinha e, na adolescência, chegou a trabalhar na criação de gado em propriedades vizinhas, colocando comida nas cocheiras e ajudando nos cuidados com outros animais da fazenda. Casou muito cedo, marido agricultor, teve quatro filhos, os dois mais velhos (a filha mais velha e o filho mais velho) já não estão mais em casa, os dois mais novos ajudam um pouco nas atividades domésticas, mas trabalham mesmo no roçado e na comercialização dos produtos. Não teve tantas oportunidades de estudos, mas conseguiu cursar o supletivo e posteriormente prestou concurso público, conseguindo o emprego como merendeira em uma escola pública da região, a qual mantém até hoje.

Sua história com a associação é muito parecida com a de Josi, esteve envolvida desde o início, acompanhando o marido, mas só começou a se envolver mais a partir do grupo de mulheres e das oficinas de capacitação.

Eu comecei a me envolver com a associação a partir dos cursos de capacitações. Depois surgiu as feiras e eu fui me envolvendo mais. Minha filha mais velha começou a fazer o curso (agronomia) em Vitória de Santo Antão. Toda a família foi se envolvendo, irmãos, sobrinhos, filhos. No começo era mais difícil, porque não tínhamos o carro para ir à feira. A gente vendia através de seu Arnaldo. Hoje através da associação conseguimos um carro. E tudo que fazemos é por nós mesmos. (Rosenete, agricultora - ASSIM)

Entre as obrigações da associação, da escola, da casa, dos cuidados com os filhos, das atividades do roçado e da produção de beneficiados, Nete se vê esgotada. No entanto, para ela, o trabalho na associação é o que mais lhe consome, pois são muitos os compromissos e as relações são difíceis. Além dos seus filhos mais novos, Nete relata que sua filha mais velha, mesmo não morando mais na casa, ainda lhe ajuda “no que pode” nas atividades do dia-a-dia.

Minha rotina diária é muito corrida, sou presidente da Assim, temos muitos projetos, ainda tem a escola, a casa. O trabalho doméstico cansa, mas quando eu chego em casa e estou muito cansada, eu boto o pé para cima e ele *espera* (o trabalho) ou então boto os meninos pra trabalhar. (Rosenete, agricultora - ASSIM)

Do mesmo modo que Josi e Vera, a pandemia para Nete resultou em mais trabalho, porque além do aumento das vendas, acumularam-se muitas demandas que não podiam ser resolvidas durante o período de pandemia. Além do aumento do trabalho, Nete também temeu pelo vírus, principalmente pelos seus filhos mais novos que fazem a comercialização nas feiras.

Durante a pandemia as feiras pareciam melhor do que hoje, era corrido, mas a gente vendia mais. Era tudo planejado e o tempo curto, era muita correria. A gente chegava já com os pedidos prontos. Eram 40 feiras que a gente entregava. Agora não tem mais isso. Foi muito trabalho. Eu tinha muito medo, principalmente dos meus filhos que trabalhavam comigo, os dois mais novos. (Rosenete, agricultora - ASSIM)

Nete falou muito pouco sobre sua relação com o marido, parece-nos interessante que até mesmo nas atividades corriqueiras ela quase não fale da sua presença, talvez deveríamos ter insistido mais, sondado um pouco mais. Porém, interessa-nos perceber que as mulheres mais velhas, na medida que seus filhos vão crescendo e se dispersando do ambiente doméstico, em vez de diminuir o trabalho, contrariamente vão acumulando funções dentro e fora da família, pois vão perdendo o apoio dentro da esfera doméstica. O trabalho pode *esperar*, mas por que não pode ser dividido entre todos os membros da família? Embora, seja um fator positivo e “empoderador”, assumir a direção da associação, a falta de uma

distribuição justa do trabalho doméstico impede-lhe uma vivência mais íntegra dos espaços de poder conquistados.

Eu me defino como uma vencedora. O papel da agroecologia é vida, é saúde, é tudo! A gente vende saúde. Dá gosto trabalhar com agroecologia. (Rosenete, agricultora - ASSIM)

4- Bárbara Paz - 43 anos - (Flores de Ximenes)

Natural de São Paulo -SP

Mora atualmente em Carpina.

Solteira, com 2 filhos.

Dentre todas as mulheres entrevistadas, Bárbara é a que tem a trajetória mais surpreendente, marcada por um envolvimento desde muito cedo em movimentos sociais do campo e da cidade. Líder nata, além das Flores, Bárbara já presidiu diversas cooperativas rurais e associações, sempre corroborando com a luta do campo, incentivando-os a autogestão e os processos participativos dentro e fora das instituições. Nosso primeiro contato se deu através do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, em 2019, na UFRPE e desde lá sempre mantivemos contato, sendo minha principal informante em relação às Flores de Ximenes. Além desse primeiro contato, também conseguimos fazer uma visita de campo no assentamento em Barreiros, a partir de uma ação realizada pela Jornada Universitária pela Reforma Agrária, promovida também pela UFRPE.

Bárbara é filha de mãe Pernambucana, costureira, e pai Libanês, comerciante, nasceu na cidade de São Paulo, mas foi criada pelos avós maternos, agricultores, na zona rural do município de Poção, no Agreste pernambucano. A mãe morava na cidade, a quem visitava nas férias e com o pai teve pouco contato. Enfrentou dificuldade nos estudos, casou e teve filhos cedo, mas mesmo enfrentando dificuldades conseguiu se formar em Administração.

Começou a se envolver com agricultura em busca de uma melhor qualidade de vida, preocupava-se com a alimentação e também demonstrava interesse em se envolver politicamente na luta pela agricultura familiar. A partir de 2005, Bárbara se associou em cooperativas e logo começou a trabalhar administrativamente dentro delas. Chegou a assumir a vice-liderança da Unicafe⁸⁶. Sofreu preconceitos e misoginia, o que ela relata, como formas de micro violências, como insinuações de que ela era “bonita e inteligente demais” para ser agricultora.

⁸⁶ União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Existe um estigma muito grande, uma generalização... Quem é do campo, tem que ter uma determinada aparência e não saber de nada. Sofri dificuldades, pelo preconceito, pelo machismo e a misoginia. Eu sempre fiz as duas coisas, eu era liderança e exercia o conhecimento técnico administrativo. Ocupava o lugar de militante e administrativo. Eu me dedicava muito, mesmo com um filho pequeno. Cheguei a ocupar espaços a nível de Brasília. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

Após adoecimento de sua avó, Bárbara decidiu se afastar por um tempo da liderança dentro das instituições, e foi aí que sua história começou a se cruzar com a história do assentamento Ximenes em Barreiros. Bárbara tinha adquirido uma pequena propriedade no Cabo de Santo Agostinho, para morar e produzir com a família. No entanto, nesse mesmo período, iniciou-se um processo de desapropriação de terras para construção do complexo industrial de SUAPE e suas terras estavam envolvidas. Depois de muita luta política, a solução encontrada pelo governo do Estado foi indenizar⁸⁷ e remanejar as famílias do Cabo para um assentamento da reforma agrária na cidade de Barreiros. Da união das famílias do assentamento nasceu uma associação.

Falando de Ximenes, eu também era dissidente de Suape, mas pela minha história, pelo fato de ser diferente, as pessoas não me vinham como pertencente a comunidade. Então quando eu cheguei no engenho, eu comecei a fazer mudas e foi assim que eu comecei a fazer amizade com as mulheres. Eu doava ou trocava e aí criava ligação dessa forma. Não tinha ainda um grupo de mulheres. Aí comecei a participar da associação, pela minha experiência, fiquei como secretária da organização e comecei a organizar os mutirões e ajudar nas pautas. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

As dificuldades eram muitas, as terras eram improdutivas, a região era muito isolada, poucas opções de trabalho e rodeadas pelo monocultivo da cana-de-açúcar. Somando-se a essas questões, Bárbara relata que a comunidade de assentados que já moravam na região era muito fechada entre si e as pessoas que vinham do Cabo, e se sentiam obrigadas a morar ali, não queriam se envolver com a associação, nem produzir agricultura familiar, algumas delas retornaram para o Cabo, outras buscaram trabalho em outras regiões, outras foram trabalhar na cana e/ou produziam cana em suas terras também. Para Bárbara existiam muitas “camadas” de desigualdade e violência que dificultavam a união dos assentados:

Os processos eram muito difíceis também, primeiro pelo legado da cana, pelo histórico de violência contra a mulher, a terra, a natureza... O machismo e a questão religiosa, que limita muito e aliena muito as pessoas, elas se fecham naquele mundinho e acha que tudo é assim mesmo, muito conformismo, muita regra. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

Buscando soluções para essa situação, Bárbara começou a pensar na formação do grupo de mulheres, pois muitas delas eram mais receptivas e já produziam pequenos roçados

⁸⁷ Indenização esta que nunca foi concluída.

voltados para o autoconsumo, inclusive, trocando e doando entre si frutas, mudas e sementes. Para Bárbara, essas práticas apontam para uma tendência das mulheres em formarem redes de solidariedade, de partilha e apoio entre elas. Através de sua inserção nessa rede, Bárbara pode motivar as mulheres a se organizarem e dessa união nasceu o grupo de mulheres. Apesar de serem ridicularizadas e desmotivadas no início, as mulheres persistiram e buscaram apoio de outras instituições, como IFPE, a Rede de Mulheres do Nordeste, a FETAPE, muito a partir das ligações que Bárbara já tinha anteriormente, e daí surgiu o Projeto de Transição Agroecológica e o Projeto de Mulheres.

A gente teve que realmente lutar para ocupar os espaços. O que a gente ouvia era que não ia dar em nada, que era perda de tempo. As outras mulheres diziam que tinham mais o que fazer do que ficar se reunindo. A gente chegou e jogou uma isca, um projeto para criação de galinhas caipiras, que dava a galinha e ajudava a construir o galinheiro para poder juntar (as mulheres). Tínhamos até uma certa vantagem e chegamos a está na direção da associação, contribuimos muito para o assentamento. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

Segundo Bárbara, após o Projeto de Mulheres, que tinha uma proposta de inserção do debate de gênero e feminismo dentro da comunidade, muitas mulheres que já sofriam pressão de seus maridos e da comunidade, acabaram por se afastar do grupo, restando atualmente 10 mulheres que constituem o grupo Flores de Ximenes. As Flores estão presentes em várias organizações feministas do estado, participaram de vários eventos e foram a Brasília participar da Marcha das Margaridas em 2019. Das mulheres que compõem o movimento, segundo Bárbara, todas passaram por transformações na organização da vida cotidiana, passaram a ter uma maior independência e autonomia financeira, melhoraram a qualidade da alimentação e a segurança alimentar e algumas chegaram a se libertar de relacionamentos violentos.

Bárbara nos conta que a partir dos processos políticos de 2016 houve um aumento do conservadorismo e forças contrárias dentro da própria comunidade passaram a começar a se articular para desmobilizá-las. Muitas delas, inclusive a própria Bárbara, começaram a sofrer ameaças e perseguições. Com a pandemia isso se intensificou, Bárbara relata que chegou a ter a casa arrombada e isso fez com que elas e outras Flores resolvessem sair do assentamento para preservar suas seguranças, mas mantiveram suas parcelas e suas produções. Durante esse mesmo período, Bárbara relata que também acabou se separando, o que a fez ficar mais exposta e vulnerável para a comunidade e para as forças conservadoras que queriam tirá-la da região.

De 2016 para cá houve uma mudança muito radical, a gente tá resistindo, mas é muito difícil. Com a pandemia ficou ainda mais difícil, deu uma quebrada no

processo. [...] A pandemia mudou nossa situação, porque vivemos vários processos que não estavam previstos. No período que estive fora, tive minha casa arrombada e a coisa piorou mais quando perdemos o carro que era nosso principal suporte para a nossa comercialização. Meu marido na época resolveu vender o carro para cobrir os gastos que estávamos tendo, mas foi uma decisão unilateral que não pensou no coletivo. Inclusive foi um dos motivos da minha separação. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

No entanto, para Bárbara, existe um diferencial entre viver a pandemia no campo e na cidade. Mesmo com as dificuldades que se vive no campo, viver esse processos de isolamento e crise na área rural lhe dá uma possibilidade e uma segurança alimentar maior do que na cidade:

Mas tem um diferencial na pandemia, quando você mora em um sítio e não em uma cidade. Falta dinheiro, mas não falta alimento, comida de verdade. Você passa necessidade, mas na cidade se você não tem dinheiro, você passa fome, entendessee? Isso é fato! Se você não tem dinheiro para comprar um pão, você não tem uma alternativa, de uma rasteira de batata, de uma fruta que você pode colher na mata, sabe? Foi um baculejo, deu uma bagunçada. Só agora que as coisas estão começando a voltar. Mas estamos retornando com os mutirões. Começar a juntar as mulheres novamente. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

Em relação a sua vida cotidiana, Bárbara relata que sempre dividiu os afazeres domésticos e produtivos. Para Bárbara, o trabalho no campo requer sempre cooperação, porque é uma vida muito “difícil e dura, que não dá para fazer nada sozinho ou sozinha”. Se tudo que se é feito é sobre a custa da sobrecarga do esforço de uma única pessoa, essa vida se torna insustentável e acaba em processos de violência e submissão, das quais as mulheres sempre foram submetidas. No entanto, mesmo com a divisão das atividades domésticas, Bárbara relata uma sobrecarga, um trabalho que não é contabilizado relativo à esfera do cuidado que nem sempre é consciente e recai sobre a esfera das atividades femininas.

Eu tive uma realidade diferenciada. Por que? Eu tinha um companheiro que a gente fazia a divisão do trabalho doméstico em casa. Quando você tem filhos, a rotina, para algumas mulheres, é quase um trabalho escravo. Porque fica uma responsabilidade quase que exclusivamente da mulher, cuidar da casa, dos filhos. O camarada chega em casa e quer que o almoço esteja pronto, não importa o que aconteça, ou se você teve uma reunião. Em relação aos filhos, mesmo quando você exige tarefas, é difícil, porque sempre há uma sobrecarga que nem sempre é consciente. Não tem uma forma mais leve entre trabalhar na roça e trabalhar em casa. Quando se tem uma divisão justa não pesa, é suave. É mão de obra, mas fica mais justo. [...] Para qualquer mulher hoje em dia é muito difícil dar conta de tudo, de todos os desafios, você trabalhar, ser mãe, cuidar da casa. Está solteira agora, não mudou o tanto que trabalho. Mas quando você está casada, falando de uma maneira bem pesada, ainda tem um encosto para carregar. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

Embora as dificuldades sejam um fator desmotivador, Bárbara relata que tudo que se construiu pelas Flores para a comunidade de Ximenes foi pensando ao longo prazo. Para ela,

foi motivo de aprendizagem para o grupo a necessidade das mulheres trabalharem de forma independente e autônomas, priorizando a autogestão das mulheres. Apesar da passagem das Flores na liderança da associação ter sido algo positivo em relação aos ganhos para a comunidade como um todo, para elas foi uma fonte de conflito e desarticulação.

Quando a gente tava se apoiando uma nas outras era muito bom. Mas a gente ainda estava amadurecendo, acabamos não priorizando o grupo (de mulheres) e aí começou as picuinhas, os conflitos. Mas contribuímos muito, se lá tem laboratório, foi a gente que construiu, se tem tecnologias e visitas do SERTA foi a gente que conseguiu, se tem assentado fazendo curso no IFPE foi a gente que incentivou, se tem um pedacinho com agrofloresta...é um legado muito grande. A gente plantou uma semente. (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

A trajetória de Bárbara e das Flores nos mostram, com uma riqueza de informações, sobre como as estruturas de dominação, em suas diversas “camadas”, impõe condições que as favorecem, ao mesmo tempo que, contrariamente, abrem *brechas* para alternativas que fogem de seu poder de controle. Dessa forma, ao impor uma condição de falta de expectativa de trabalho e vida na região, abriu espaço para que as pessoas, especialmente as mulheres⁸⁸, buscassem alternativas e meios de resistência a essa condição. Através dessas brechas, apesar de toda desigualdade, as mulheres vão encontrando estratégias de resistência, de ocupação dos espaços e de mudança da vida cotidiana, lutando e se fortalecendo contra as forças contrárias para seu desenvolvimento. A agroecologia surge então como uma alternativa, uma oportunidade de transformação das condições impostas na vida no campo.

A agroecologia é uma mão-de-obra danada, você precisa ficar o tempo todo presente, observar a horta, tirar as daninhas, separar as sementes, planejar o plantio, diversificar a produção. E tudo requer tempo e o tempo é tudo que temos. Para você garantir uma produção você precisa ter um planejamento. E quando você faz a comercialização, então, é ainda mais difícil. Por isso, muita gente não entra, porque exige um comprometimento. A agroecologia transforma a comunidade, ela é feita na coletividade, na cooperação, dentro e fora da família. É uma forma de respeito com tudo, com a natureza, com as pessoas. Não sei se dá para dimensionar. Você não consegue ser a mesma coisa. É solidariedade, é quase como viver em harmonia com a natureza, com cooperação, sem competição. A gente tem que desconstruir o que é “normal”, o que é exploração e violência para construir algo novo. Não é só botar comida no prato, é algo para a vida! (Bárbara, agricultora -Flores de Ximenes)

⁸⁸ Henn (2013) classifica a agricultura convencional, industrial, como uma “sem-lugar”, principalmente quando se pensa na exclusão do campo das mulheres, dos jovens e dos idosos.

5- Elisangela (Zanza) - 42 anos - Flores de Ximenes

Natural de Palmares -PE

Mora atualmente em Barreiros-PE

Solteira, com 2 filhos.

Conheci Zanza através de Bárbara, nos conhecemos presencialmente na minha ida ao campo em 2019, no Assentamento Ximenes, mas só foi possível entrevistá-la em outubro de 2021 através de videochamada.

Zanza nasceu na cidade de Palmares, na Mata Sul, mas cresceu na periferia de Recife, no bairro do Jordão. Apesar de ter sido criada em região urbana, Zanza conta-nos que seu pai fazia pequenas plantações em um terreno baldio próximo a sua casa e que muitas vezes ela o observava durante o plantio. Segundo seu relato, por ser uma região periférica, era comum os moradores da região manterem pequenos roçados e criações de pequenos animais. Dessa forma, Zanza manteve um gosto por um estilo de vida mais próximo do rural e ainda jovem se mudou para um sítio na região de Barreiros, após o seu casamento.

No entanto, a vida de casada não foi o que esperava, quando se mudou para Barreiros ela se sentiu isolada, pois não tinha o apoio da família e por ser muito nova teve que abandonar os estudos para cuidar dos filhos.

Como eu fiquei longe das minhas irmãs, não tive como terminar de me formar, porque não tive com quem deixar os meus filhos. Eu vivia muito isolada, sofria mais do que covado de aleijado (risos) Como eu fui morar muito longe, o sítio não dava esse suporte de fazer um curso supletivo, de fazer um curso, então acaba deixando as mulheres muito assim, né? à mercê do marido. Foi quando vi que não era companheirismo, não era amizade... era só ele ele ele! Eu sempre fui assim revoltadinha. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Apesar da separação, Zanza conta que escolheu não voltar para Recife, mediante um acordo que foi feito com seu ex-marido em relação aos seus filhos. Agora independente, Zanza voltou a estudar para buscar uma profissão, mas era muito difícil porque a região é muito distante e não possui muitas opções de trabalho. A agricultura era pelo menos um meio de assegurar o alimento pelo plantio para o autoconsumo, assim Zanza começou a experimentar plantar pequenos cultivos mesmo sem ter muita experiência.

Daí eu comecei a buscar cursos, fiz curso de crochê, de informática, costura, camareira, mas era tudo muito distante, eu tinha que andar muito. Era cana de um lado, cana do outro, eu me arrisquei muito. Aqui a terra dá, eu consigo produzir. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Durante esse período, o assentamento começava a receber as pessoas advindas do Cabo e foi quando Zanza conheceu Bárbara e começou a se envolver nos projetos da

associação e, posteriormente, na formação do grupo de mulheres. Através das Flores de Ximenes, Zanza passou a mudar para o sistema agroecológico.

O primeiro contato que tive com a agroecologia foi com as meninas da Flores de Ximenes, depois com o curso, antes eu nunca tinha ouvido nem falar...assim, a gente sabe que o correto é plantar sem agrotóxico, mas parece que esse nome eu nunca tinha ouvido falar. Eu nunca tinha ouvido falar nesse nome agroecologia. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Muitas dificuldades se impuseram na experiência de Zanza em sua trajetória enquanto mulher agricultora agroecológica. Segundo seu relato, os primeiros anos da Flores foram difíceis, pois estavam desafiando toda a comunidade, mas, em compensação, foi o período em que receberam mais ajudas externas, com a implantação de vários projetos formativos, assistências técnicas e as mulheres também estavam mais unidas, apoiando-se umas nas outras. Quando começaram a se envolver com a associação, conseguiram muitos benefícios para suas produções, mas também os problemas começaram a aparecer.

Além dessas situações, Zanza relata que sofreu várias situações de preconceito e discriminação quando começou a se estruturar melhor economicamente, ocupando espaços que antes lhe eram negados.

Uma coisa que me incomodou muito na agricultura, era a pouca importância, a falta de respeito, você chegava em um lugar assim, no banco, eu levava o documento do incra e ele não queriam aceitar como prova de residência... Não era nem pra pedir dinheiro emprestado, era só abrir uma conta no banco. Eu moro no sítio mas não sou matuta não, eu tenho conhecimento das coisas! Eu acho uma falta de respeito tão grande com quem teoricamente planta o alimento que vai parar no teu prato. E assim, no comércio, eu já cheguei em uma loja, e eu to assim com a pele mais queimadinha... e a gente sente, né? Das pessoas que não querem te dar atenção. Elas olham pra você e pensa logo que não tem dinheiro, isso me deixava triste, mas também me dava mais força, eu queria provar que agricultura dava dinheiro e que você pode ser bem sucedido. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Com os conflitos envolvidos dentro da associação, iniciou-se um processo de desarticulação do grupo que se intensificou durante a pandemia. Atualmente, Zanza se vê desmotivada, a falta de um apoio institucional mais concreto, somando-se com problemas de comercialização e dispersão de parte das mulheres fez buscar outras fontes de renda. Durante a pandemia, Zanza passou a trabalhar cuidando de uma senhora, deixando o assentamento por um tempo. Esse afastamento também está relacionado às ameaças que sofreram por partes contrárias politicamente ao grupo de mulheres. Quando retornou ao assentamento, ela se sentiu ainda mais desamparada, pois começou a sentir o peso de vários prejuízos financeiros que teve na época.

Fiz agrofloresta, produzi em consórcio, mas é muito trabalho e tem muita concorrência e pouco consumidor... Você leva um coco seco para vender na feira e

não vende nem por um real. A cooperativa que era pra te dar assistência faz concorrência contigo. Já criei galinha, já tirei empréstimo, comprava ração cara para elas, quando elas estavam boas pra vender, separei as que eram pra ficar e levei as outras pra freira, chegando lá a cooperativa tava vendendo galinha bem gorda por 25 reais, fiquei no prejuízo. Aí fui desanimando, voltei a fazer meu crochê, faço um bico cá outro lá, porque agricultura... Deus que me perdoe! Eu cheguei a iniciar o curso de agroecologia, mas tive que deixar porque o curso era de manhã e eu precisava trabalhar. E aí uma coisa leva à outra: você não tem mais uma assistência técnica, você não tem um local para comércio, quando você vê, você não tem mais nada. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Em relação às atividades desenvolvidas no cotidiano, para Zanza, como “mulher independente”, o trabalho no roçado é o que lhe demanda mais tempo e esforço físico, pois é um trabalho que requer sempre uma continuidade e dificilmente se desenvolve sem uma ajuda, um suporte. Por isso a importância dos mutirões e da ajuda que cada mulher oferece à outra. O trabalho doméstico também lhe demanda muito tempo, pois é ela que faz tudo praticamente sozinha, mas em sua percepção o trabalho doméstico é mais “leve” e pode esperar e o outro não. No entanto, lembramos que o trabalho “pausado” é trabalho acumulado, o que lhe resultará em mais trabalho depois. Embora, separada e consciente das desigualdades de gênero, existem dimensões desse trabalho que lhe é ignorada e as suas percepções ainda carregam dimensões estruturais que classificam o trabalho em suas formas hierarquizadas. Enquanto mãe solteira, a chefia da família lhe dá o poder de demandar tarefas, no entanto, esse poder não faz diminuir a quantidade de trabalho que recai sobre ela.

Nunca no Brasil você tem uma boa divisão do trabalho, você sai junto com o marido pra roça e quando volta os dois estão mortos de cansados, ele vai descansar e você vai cuidar da casa. Não tem divisão não, é você que faz tudo e pronto. Mas a culpada é a gente mesma, porque é a gente que cria os filhos assim... o safado do meu filho (rindo) eu chamei ele hoje para me ajudar e ele não veio. Eu falei pra ele ‘você já fez seu quinhão?’ Quinhão é a sua tarefa diária, e ele falou assim ‘já comi’ (risos), mas vou dar um jeito nele. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

Apesar de seu desânimo em relação à sua produção, Zanza nos conta que tem interesse em retomar projetos, para ela a agroecologia lhe abre um mar de possibilidades. Agora com mais experiência, ela conta que se sente mais preparada para iniciar um projeto de comercialização, com caqueiras de ervas e flores ornamentais. Dessa vez, Zanza diz que irá se planejar “direitinho” e fazer um “estudo de mercado”. Ainda assim, ela nunca abandonou por completo a agricultura e os conhecimentos adquiridos com a agroecologia. Sua produção atualmente é quase totalmente voltada para o autoconsumo, como era antigamente, vendendo e trocando uma coisa e outra.

Hoje eu não sou mais aquela que não sabia nem por onde começar, eu me vejo como uma empresária da terra, agricultora sim, mas com outra perspectiva. Ser agricultor é algo muito bonito, é muita fatura, mas você precisa aprender a enxergar. Por

exemplo, antes eu não via um vaso de hortelã robusto como dinheiro, não tinha valor, era algo que a gente tinha e ficava ali parado, a gente cuidava mas não pensava em vender. Tanto é que, antes coisas assim eu dava, não que eu vá deixar de doar quando for necessário ou deixar de presentear alguém, mas sei que ali tem um trabalho, tem um valor. (Elisangela, agricultora- Flores de Ximenes)

6. Mônica - 40 anos - Flores de Ximenes

Natural de Barreiros-PE

Mora atualmente em Barreiros-PE

Casada, com 2 filhos.

Mônica foi minha última entrevistada, ela também me foi apresentada por Bárbara e é a única nativa e moradora da região. Dessa forma, a sua relação com o seu território é marcada por uma maior identificação e afetividade, embora sua vida seja também transpassada pela desigual forma de ocupação e exploração do espaço, especialmente através das formas de trabalho. “Nasci, cresci e vivo na mesma casa que era do meu pai”, talvez tenha sido uma das frases mais significativas que ouvi durante a pesquisa, pois envolve um sentimento de pertencimento ao local, lembrando-me também da entrevista que fiz com Vera de Lagoa de Itaenga, que também era envolvida nesse mesmo sentimento.

Filha de pais trabalhadores rurais da região canavieira, Mônica nasceu no Engenho Roncador, que posteriormente se uniu ao Engenho Bombarda para a formação do Assentamento Ximenes. Seu pai era administrador do Engenho e nas horas vagas plantava em seus terrenos para o autoconsumo.

Minha infância foi aqui mesmo onde moro, foi muito boa, eu ajudava em casa e eu sempre trabalhei com agricultura. Quando eu tinha 9 anos, mais ou menos, papai não trabalhava mais no engenho e aí ele começou a plantar batata, banana... Eu e minha irmã a gente ia ajudar. (Mônica, agricultora - Flores de Ximenes)

Assim como a grande maioria das entrevistadas, casou cedo e teve dois filhos. Seu marido é trabalhador temporário na usina, trabalha na moagem da cana durante o verão, no restante do ano trabalha na terra como agricultor e faz bicos e parcerias com outros assentados. Segundo Mônica, seu marido não apoia seu envolvimento com as Flores, nem concorda com o cultivo agroecológico, mas aceita pois as terras “pertencem” a ela. No caso de Mônica, comparativamente, percebemos que o fato de ter herdado a terra do pai lhe coloca em uma situação mais favorável dentro do casamento, embora não mude a condição subordinada do seu trabalho.

Seu envolvimento com a agroecologia, assim como Zanza, deu-se através do grupo de mulheres no assentamento:

Eu me interessei pela agroecologia a partir das flores, das companheiras Bárbara, Eliane, Elisangela, elas que iniciaram o grupo de mulheres. Eu nem sabia o que era agroecologia. Eu comecei por causa do grupo de mulheres. Depois de anos trabalhando dentro do sistema é que vim saber o que realmente era. (Mônica, agricultora - Flores de Ximenes)

Em relação às atividades do cotidiano é interessante perceber como Mônica associa a falta de ajuda em relação ao trabalho doméstico pela falta de filhas, característica sexuada do espaço doméstico, condicionando-o à obrigatoriedade do trabalho feminino. Da mesma forma que Zanza, para ela o trabalho na roça é mais “pesado” e o trabalho doméstico pode ser deixado para depois.

Eu acho difícil se organizar porque eu não tive nenhuma menina, só menino e eles ajudam quando querem, parece ter mais preguiça do que eu (risos)... Não tem (ajuda), só quando eu fico em cima é que começam a fazer as coisas. O trabalho da roça não pode deixar de ser feito e o de casa você pode deixar para depois. (Mônica, agricultora - Flores de Ximenes)

Em relação à pandemia, Mônica relata que teve mais trabalho e menos rendimentos. Essa situação, da mesma forma de como nos foi relatado por Zanza, também relaciona-se a um processo de desarticulação do grupo de mulheres. A falta de apoio institucional também é um impedimento para o desenvolvimento dos projetos dessas mulheres. No entanto, diferente de Zanza e Bárbara, Mônica não sofreu, de forma direta, intimidações. No nosso ponto de vista, tendo as pistas deixadas por Scott (2011), esse fato pode estar relacionado ao fato de Mônica gozar de um maior reconhecimento social, pela sua posição de mulher casada⁸⁹, o que resulta também em uma imagem de um maior “controle” perante a comunidade. Isso também pode se relacionar com o fato de Mônica ser nativa da região.

Para eu viver do que tô produzindo, eu não tô vivendo não, é muito pouco. Como a gente aqui não tem condição financeira pra comprar equipamento pra plantar, a gente faz projeto, mas como não temos mais apoio da associação, então, fica difícil conseguir. Hoje mesmo estou fazendo uma coisa que não queria fazer (voltando para agricultura convencional), mas estou fazendo pensando em conseguir um freezer uma despoldadeira para armazenar as frutas e pra fazer polpa. Sem a ajuda de nada fica difícil! Porque se eu for esperar pela agroecologia... Aqui em barreiros o povo quando a gente levava os produtos para feira ninguém se importava se era agroecológico ou não. Quando a gente tinha a quitanda virtual, a gente ainda ganhava um dinheirinho. A gente fazia a lista do que se tinha e o pessoal pedia o que queria, depois Bárbara levava lá para o pessoal de Recife. (Mônica, agricultora - Flores de Ximenes)

Apesar de Mônica recorrer à agricultura convencional nesse momento crítico que as Flores estão passando, a agroecologia para ela teve um papel muito importante na construção

⁸⁹ Lembrando que as relações matrimoniais revelam também relações de reciprocidade e aliança dentro da comunidade. (Woortmann, 1995)

de sua autoestima e na abertura de espaços participativos e formativos, na afirmação da cidadania, reconhecendo-se como sujeito de direito. Diante desse fato, é necessário pensar as formas de como as desigualdades e as vulnerabilidades em que as mulheres estão submetidas exercem pressão sobre suas vidas e como isso pode inibir processos de transição agroecológica, regredindo na construção da autonomia e da luta política.

Com a agroecologia é melhor de trabalhar porque não tem veneno e também é bom para mente, você se sente parte de algo importante. Espiritualmente eu me vejo melhor, mas financeiramente, não tá bem não. Mas com a agroecologia e com o grupo de mulheres eu participei de diversas reuniões e encontros, teve passeata. Eu fiquei sabendo de um monte de coisas que antes eu não sabia, os direitos que a mulher tem...Abriu a minha mente.

Analisando a trajetórias das mulheres nas duas associações, percebemos que ao se inserirem em projetos coletivos, há uma mudança na forma como as mulheres se reconhecem, aumentando suas percepções sobre o valor do seu trabalho, atuando em suas autoestimas, tornando-as mais motivadas para participar da sociedade como um todo, dentro e fora de suas comunidades. No entanto, na esfera da vida cotidiana, as mulheres ainda enfrentam várias situações de dominação, controle e submissão, principalmente ao que se refere à divisão do trabalho doméstico e às atividades de cuidado. Todas as mulheres entrevistadas relatam uma exaustão referentes ao acúmulo de atividades assumidas, algumas associam a falta de “ajuda”, outras associam a falta do “tempo”, como se o tempo pudesse ser esticado para caber tudo que tem que ser feito durante o dia, mas quase nenhuma questiona a obrigatoriedade do trabalho feminino dentro da esfera reprodutiva. As outras atividades que desempenham, na medida em que vão conquistando outros espaços, para além da casa, dentro e fora dos seus sistemas produtivos, são desempenhadas sobre o acúmulo do trabalho doméstico que é “pausado”, “esperando” para ser realizado depois.

Outro ponto importante analisado na comparação das duas experiências é a característica normativa que a comunidade exerce sobre as mulheres e como isso está associado às formas como as estruturas de dominação são absorvidas no controle do espaço, através da exploração da terra e dos recursos naturais e da pressão por padronização e homogeneização da produção e da vida como um todo. Nos espaços de maior dominação do sistema canavieiro, esse controle é maior, como no caso de Barreiros, onde as mulheres sofrem uma maior relação de dependência que transpassa todas as esferas das suas vidas, na escolha, ou na falta dela, das possibilidades de trabalho e dos meios de sobrevivência. Dessa maneira, ao se situar em uma posição contra hegemônica, aderindo à sistema alternativo⁹⁰,

⁹⁰ Não só produtivo, mas de estilo de vida, assumindo uma posição crítica perante a comunidade e as relações sociais.

assume-se um maior risco e uma maior vulnerabilidade. No entanto, como nos foi relatado por Bárbara, a agroecologia em Ximenes é uma semente plantada que vai ao seu tempo quebrando o invólucro, ganhando raiz e se desenvolvendo. Esperamos que as Flores se unam novamente e conquistem cada vez mais espaços, priorizando as suas lutas e se fortalecendo na busca pela sua emancipação e independência.

Por outro lado, no caso de Lagoa de Itaenga, onde a agricultura familiar é mais forte e é menor a relação de dependência ao sistema canavieiro, há maior adesão da comunidade para o projeto de transição agroecológica. No entanto, essa adesão não resultou em uma mudança significativa nas relações familiares, nem nas formas de organização do trabalho familiar, impondo ainda às mulheres um lugar de submissão⁹¹. As mulheres do grupo de mulheres da ASSIM não incorporaram o debate feminista no seu processo de formação, talvez essa não incorporação tenha relação com o grande poder da religião evangélica dentro da comunidade. No entanto, em contexto de dominação, como nos fala Paulilo (2007), é preciso saber escolher suas bandeiras de luta, pelas beiradas as mulheres vão conquistando seus espaços e lutando por uma maior autonomia.

⁹¹ Embora tenhamos notado avanços importantes no jogo de força, como uma maior participação nas esferas produtivas e também dentro da associação, que passou a ter uma liderança feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o processo de modernização e industrialização da agricultura, dentro de um contexto de globalização e transformação do capitalismo baseado em uma lógica de exploração e acumulação, acarretou uma série de problemas sociais, como o aumento das desigualdades sociais, da fome, da exclusão e do êxodo rural; e ambientais, como a degradação dos biomas naturais, a diminuição da biodiversidade, a erosão do solo, contribuindo para a aceleração das mudanças climáticas. As características dessa agricultura são o monocultivo, a racionalização dos processos produtivos e uma produção voltada para exportação e criação de commodities, obedecendo a lógica do mercado.

Olhando mais profundamente, percebemos que essa visão da natureza e da agricultura reflete e se caracteriza como uma perda de sentido (Aubin; Cavalcanti, 2017), em que os limites da exploração são dissolvidos na ambição desenfreada pela riqueza, ignorando as questões mais substanciais da sobrevivência humana na terra. Nesse panorama, é urgente a construção de alternativas que recuperem nossas esperanças e plantem sementes de transformação.

A agroecologia, como um “contramovimento agrário” (Bernstein, 2011), surge como crítica ao modelo agroindustrial, não apenas evidenciando suas contradições, mas propondo um novo modelo de agricultura, baseado em valores como a solidariedade, a cooperação e a justiça social, caracterizando-se como uma “ciência, um movimento e uma prática”. No cerne do desenvolvimento de suas práticas, existe a concepção de que os aspectos sociais e naturais só podem caminhar conjuntamente (Guhur, Toná, 2012), onde as dimensões técnicas e sociais de seu desenvolvimento fomentem a autonomia e a emancipação das relações de dependência (Gusman, 2005). Por sua característica agregadora e multidisciplinar, a agroecologia se popularizou em diversos movimentos sociais rurais, dentre esses o movimento feminista camponês, que busca construir um feminismo que considere a produção de alimentos, a agroecologia e a vivência das mulheres rurais.

O lema “Sem feminismo, não há agroecologia” é um aforismo construído pelo movimento feminista como uma forma de reivindicação da necessidade de uma abordagem que leve em consideração as “questões de gênero” nas concepções e nas práticas da agroecologia, já que parte de seu princípio idealizador a busca por autonomia. Então, para quem se busca essa autonomia? Ora, a autonomia camponesa, a que se busca, não pode ser às custas da perpetuação das desigualdades de gênero, da dependência e da subordinação feminina nos espaços da agricultura familiar. A construção da autonomia deve ser para todos e

todas, senão seu princípio é desvirtuado. Dessa forma, é necessário uma problematização das concepções de agricultura familiar, principalmente no que tange a sua estrutura patriarcal.

No entanto, é preciso lembrar que a luta das mulheres rurais é composta por uma diversidade de identidades e que nem sempre se associam a uma luta feminista, mas possuem suas próprias reivindicações. É de se considerar, também, que em contexto de múltiplas situações de dominação, saber escolher suas bandeiras de luta (Paulilo, Medeiros, 2013) é uma estratégia de sobrevivência. Porém, ao iniciarem a luta política, ao criarem redes de apoio e escuta, e ao ocuparem outros espaços na vida pública, essas mulheres começam a refletir sobre suas condições de vida, inspirando-as a questionarem situações de subordinação.

Tendo essas questões em pauta, a pesquisa teve por objetivo a observação das mulheres camponesas na implementação do modelo agroecológico, questionando como suas experiências, dentro e fora dos espaços domésticos, atuaram na construção de suas identidades, na estruturação do trabalho familiar e nos papéis de gênero. Somado a esse objetivo, também foram componentes de observação as dificuldades enfrentadas no período de pandemia. Assim, foram construídas duas estratégias de pesquisa: uma que fosse possível dimensionar os aspectos mais gerais da luta das mulheres rurais nos espaços da luta política, dentro dos movimentos sociais; e outra que fosse possível adentrar nos aspectos cotidianos, dentro das famílias, dos grupos produtivos e formas associativas nas suas respectivas comunidades.

Dessa maneira, através da análise de dados dos documentos disponibilizados pelas organizações e movimentos agroecológicos e da observação, incluindo-se as lives, procurou-se identificar os principais pontos de reivindicações e pautas dos movimentos em seu contexto geral e no contexto de pandemia. Através das entrevistas semi-estruturadas e da observação de campo buscou-se adentrar nos aspectos da vida cotidiana. Dentro dessa segunda estratégia, foram escolhidos dois grupos produtivos: o primeiro, o grupo de mulheres autônomas, localizado no município de Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco; e o segundo consiste numa associação mista no município de Lagoa de Itaenga, na Zona da Mata Norte também em Pernambuco.

Dentro dos aspectos mais gerais, observamos que os movimentos de mulheres rurais vêm se desenvolvendo na perspectiva de partir da necessidade de reconhecimento das mulheres rurais como “produtoras” para questionar as relações sociais e as desigualdades de gênero dentro do trabalho familiar. Dessa forma, as mulheres vêm desenvolvendo uma abordagem direcionada aos seus objetivos, formulando metodologias, no intuito de formular processos emancipatórios.

No contexto de pandemia, sobressaíram a formulação de estratégias de enfrentamento que consideram a dimensão da disponibilidade do alimento saudável tanto para a população rural, quanto para a urbana, fomentando redes de solidariedade e comercialização direta, objetivando fortalecer as esferas produtivas da agricultura agroecológica durante o período e fornecer alimento de qualidade para a população urbana; como também reduzir a violência doméstica, considerando que as mulheres rurais, por suas próprias condições geográficas, já vivem em situação de isolamento, o que com o confinamento estendido pela pandemia, a tendência seria a elevação da violência nas relações familiares. Nesse sentido, as mulheres reconhecem que construir uma rede de apoio e escuta é essencial, assim como, exigir maior disponibilidade dos serviços de segurança e acolhimento para essas mesmas mulheres.

No aspecto do cotidiano, analisando comparativamente os dois casos, verificamos que a dominação do sistema canavieiro é um fator desmobilizador da agricultura familiar, o que dificulta a adesão dos agricultores/as à transição agroecológica. Dessa forma, observamos que onde esse sistema exerce uma maior relação de controle, mais difícil é a vivência das mulheres na implementação dos seus sistemas produtivos, afetando suas relações familiares e com a comunidade, deixando-as mais vulneráveis. Percebemos também, pela análise dos dois casos, que a falta de uma divisão justa do trabalho doméstico sobrecarrega as mulheres. Assim, esclarecemos que, mesmo assumindo outras demandas referentes às práticas produtivas e aquelas atividades desenvolvidas em suas associações, as mulheres continuam a realizar o seu trabalho em casa, e esse não diminui, pelo contrário acumula-se. No entanto, para além das adversidades e das desigualdades perpetradas nesses espaços, as mulheres reconhecem a agroecologia como uma fator positivo em suas vidas, pois, em suas concepções, a agroecologia vai além da produção de alimento, configurando uma “sabedoria que se carrega para a vida” é um trabalho em favor da elevação das suas autoestimas. Segundo as narrativas e análises, as experiências das mulheres nesse campo contribuíram para o fortalecimento dos seus conhecimentos e saberes, que lhes permitiram assumir papéis de liderança e galgar passos para sua autonomia. A pesquisa realizada contribui para explicar os modos como a agroecologia tornou-se um saber fazer de grande importância para a garantia dos direitos de acesso ao alimento seguro, da alimentação de qualidade, da redução das desigualdades sociais e, especialmente, da autonomia das mulheres no campo. Pela sua relevância, a pesquisa atual não está concluída, as análises feitas até aqui apontam novas questões que deverão ser respondidas em futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A propriedade da Terra e a mão-de-obra na Região da Mata e Litoral Oriental. In: **A Terra e o Homem no Nordeste**. Ed. Brasiliense, São Paulo 1963 pág.43-140

_____. Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco. In: **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43), 2001

AGUIAR, Vilenia V. P; Mulheres Rurais, Movimentos Social e Participação: reflexos a partir da Marcha das Margaridas. In: **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016, p.261-295

ALMEIDA, Marli; Feminismo e agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In: **Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica**. Cadernos Feministas de Economia e Política. ed. Casa da Mulher do Nordeste, n4, , 2008, p. 24-38.

AUBIN, L.; CAVALCANTI, J. S. B. (2017) Des Origines Rituelles de l'Agriculture à l'Anthropocène. Réflexions sur un paradigme en formation aux multiples visages: l'agroécologie. in: revista **ANTHROPOLÓGICAS** Ano 21, 2017, p.28(1):247-278

BERNSTEIN, Henry. A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 52-81.

BONANNO, A. A Globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pós-Fordismo no Setor Agroalimentar. in CAVALCANTI, Josefa S.B (org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Ed. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco, 2004. pag. 25-74.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130125124/salete.pdf>

BRUNO, Regina; et all. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. in:NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.(org.). **Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e engajamentos Políticos**. Niterói, ed. Alternativa, 2013, p.217-236.

BUTTO, Andréa (Org.) et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org). **A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista**. Edt.Sempreviva organização feminista, São Paulo, 2003.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Quintais Produtivos das Mulheres garantem a segurança alimentar no enfrentamento do coronavírus**. Ô de Casa, Informativo Casa da Mulher do Nordeste, Junho, 2020

CASTRO, Mary G; ABROMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. Cortez Editora. São Paulo, 1997.

CAVALCANTI, J.S.B. Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. N.B.; NIERDERLE, P.A; **Participação, território e Cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil**. Editora UFPE, 2014, p.135-152.

_____, Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. in CAVALCANTI, Josefa S.B (org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Ed. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco, 2004. p. 119-176.

CELLARD, A. A análise documental . In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. 2012, p. 295-316.

CENSO AGROPECUÁRIO. **Resultados: Agricultura**. IBGE, 2017 [IBGE | Resultados do Censo Agro 2017](#)

CHAYANOV, A.V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Boenos Aires. Nueva Vision 1985.

COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO - MPA. **Pensando a Alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**. MPA Brasil, ANAC, 2021

COMITÊ INTERNACIONAL. Manifesto da Rede Internacional Feminismo e Agroecologia. III CIFA, 2019, Recife. In: **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236 -7934 – Anais do 3o Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – Vol. 15, Nº 3, 2020

CONTAG. **Prosa de Margaridas em Tempos de Pandemia (Live)**. Youtube, 3 jun 2020. Disponível em [Prosa de Margaridas em tempos de pandemia - YouTube](#) Acesso: 3 jun 2020.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: História, Princípios e Práticas**. 1ºed. Expressão Popular, São Paulo, 2017.

MARINHO, W; CTA-ZM. **Cadernetas Agroecológicas**. Nº9, MG, Novembro, 2018

DABAT, Christine R. Açúcar e Trópico: Uma equação ‘Natural’ justificando um modelo social perene. In: Rev. **Cadernos de História UFPE**, Capa v. 6, n. 6 2009 [Açúcar e trópico: Uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene | Dabat | Cadernos de História UFPE](#)

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. in LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>

ESMERALDO, Gema G. S. L.; O Protagonismo Político de Mulheres Rurais por seu reconhecimento econômico e social. in:NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.(org.). **Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e engajamentos Políticos**. Niterói, ed. Alternativa, 2013, p.237-256

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: Introdução e Conceitos. In: AQUINO, A. M; ASSIS, R. L. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Ed. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2005, p.51-69

FETAPE. **Pela divisão justa do trabalho doméstico (Live)**. Youtube, 10 jun 2020. Disponível em [LIVE - Pela divisão justa do trabalho doméstico - YouTube](#) Acesso: 10 jun 2020.

FIGURELLI, Mónica F. Alimentación, vida y naturaleza: La construcción de lo campesino entre movimientos populares agrarios. in **Mundo Agrario** vol. 17, nº 36, e037, diciembre 2016. <http://scielo.org.ar/pdf/magr/v17n36/v17n36a13.pdf>

FIORE, José L. **O Vôo da Coruja: Para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2003.

FLICK, U. Observação, Etnografia e Métodos para Dados Visuais. In: FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 3ª edição, 2009. p. 147-171.

FORÉS, Estefanía G. Ecofeminismos Rurales: Mujeres por la Soberanía Alimentaria. in **Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas**. Ed.1º2012. http://www.mujeypalabra.net/libros/pdf/ecofeminismos_sobalimentaria.pdf

FREITAS, Karine; et all. Ficar em Casa é uma Questão de Saúde, Dividir Tarefas e Viver sem Violência também. In: **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no1, 2021

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. in **REVISTA VENEZOLANA DE ESTUDIOS DE LA MUJER** - CARACAS, Vol. 12- Nº 28, 2007.

_____. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, 2014. <https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/librosdefg/feminismos-desde-abya-yala/>

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrol**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

GOLDFARB, Yamila. A Agricultura a partir do Neoliberalismo: Financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. in R. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 17, 2012. pp. 42-58. <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/82744/106167>

GT MULHERES DA ANA. **Sem Feminismo, Não Há Agroecologia**. IV ENA, BH, 2018

GUHUR, D.; TONÁ, N. Agroecologia. in: CALDART, R.S. et all (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Pg. 59 a 65

GUZMÁN, E.S. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, A. M; ASSIS, R. L. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Ed. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2005, p.103-132

HILLENKAMP, I. NOBRE, M. Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira: Contribuição para o debate sobre reprodução social. In: **Temáticas**, Campinas, 26, (52):, ago./dez. 2018, p.167-194

HEREDIA, Beatriz M. A.; **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, ed. Versão online Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HENN, Iara A. Agroecologia e Relações de Gênero em Projetos Societários. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.(org.). **Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e engajamentos Políticos**. Niterói, ed. Alternativa, 2013, p. 65-88.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Estudos de narrativas. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

KAUR, Rupí. **O que o sol faz com as flores**. São Paulo. Edt. Planeta do Brasil. 2018

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas; Editora da Unicamp,.2vol, 1993

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. in: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo. UNESP, Brasília, DF. NEAD, 2010.

MARSDEN, Terry K. Globalização e Sustentabilidade: Criando espaço para alimentos e natureza. in CAVALCANTI, Josefa S.B (org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Ed. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco, 2004. p.70-93

MARTINS, José S. **Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981.

MARTINS, Heloisa H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. in R. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEDEIROS, Leonilde S.; PAULILO, Maria I. Formas de Organização e representação política das mulheres do campo. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.(org.). **Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e engajamentos Políticos**. Niterói, ed. Alternativa, 2013, p.187-194.

MELLO, João M. C; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna In: NOVAIS, F. (org. geral); SCHWARZ, Lilia M. (org 4v). **História da Vida Privada no Brasil: Contraste da Intimidade contemporânea**. Vol 4. Companhia das Letras, São Paulo, 1997, p. 560-656.

MMC. **Feminismo e Agroecologia (Live)**. Youtube, 12 de maio de 2020. Disponível em [\(25\) Feminismo e Agroecologia no enfrentamento a pandemia. - YouTube](#) Acesso: 12 de maio de 2020

MORAES, Lorena L.; et all. Trabalho e uso do tempo: a construção de metodologias para compreender a rotina de mulheres rurais. In MELO, Hildete; MORAES, Lorena L.(Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 169-204.

MOTTA, Vivian; TAVARES, Raíra. **Flores de Ximenes: Bem Viver, Agroecologia e Feminismo na Mata Sul Pernambucana**. In: XXXI Congresso ALAS 2017, Uruguay. Anais, 2017.

NORDER, Luiz A.; et all. Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias . In: Rev. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XIX nº3, 2016, p.1-20.

NOBRE, Ana C.; SOUZA, Edvânia; ALMEIDA, Marli. Unidades Agroecológicas de Mulheres: Empoderamento a partir da gestão. In: **Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica**. Cadernos Feministas de Economia e Política. ed. Casa da Mulher do Nordeste, n4, , 2008, p. 24-38.

NOBRE, Miriam; Mulheres rurais em meio à pandemia: desigualdades e práticas econômicas para a vida. in: SOF, Gênero e Número. **Sem parar: O Trabalho e a Vida das Mulheres na Pandemia**. Sof. 2020 [Mulheres rurais em meio à pandemia: desigualdades e práticas econômicas para a vida - O trabalho e a vida das mulheres na pandemia \(sof.org.br\)](https://www.sof.org.br/publicacoes/mulheres-rurais-em-meio-a-pandemia-desigualdades-e-praticas-economicas-para-a-vida-o-trabalho-e-a-vida-das-mulheres-na-pandemia)

OROZCO, Amaia P. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Edt. Traficantes de Sueños 1ºed. 2014.

https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40_subversion_feminista.pdf

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. in: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 229-252, janeiro-abril/2004.

_____. Que feminismo é esse que nasce na horta? in: **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016

_____. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 179-201.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO: PNAD. **Outras formas de trabalho**. Rio de Janeiro:IBGE, 2019.

PIMENTA, Sara D. C; **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências**. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares -CONTAG, DF, 2018.

ROSSET, Peter M. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. in **Mundo Agrario** vol. 17, nº 35, e021, agosto 2016.
<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/download/MAe021/7546/0>

SAMPAIO, Yony; VITAL, Tales. Agricultura familiar em Pernambuco: O que diz o Censo Agropecuário de 2017. In: **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 155-171, agosto, 2020

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. in: **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Edt. SOS Corpo. Recife, 1995.

SCOTT, Parry. Família, Gênero e Saúde na Zona da Mata Pernambucana. In: SCOTT, Parry. **Famílias Brasileiras: Poderes, Desigualdades e Solidariedades**. Edt. Editora Universitária UFPE, Recife, 2011, 183-206.

SEIBERT, Iridiane; SAYEED Azara; GEORGIEVA, Zadravka; GUERRA, Alberta. Sem Feminismo, não há Agroecologia. in: **OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO**. 2019

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**- ano 8. nº7, 2006

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, E. Políticas de Alimentos e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org). **A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista**. Edt. Sempreviva organização feminista, São Paulo, 2003.

_____, Mulheres Agricultoras e a Construção dos Movimentos Agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Edt. Alternativa, Niterói, 2013.

SOF SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; GÊNERO E UM. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://mulheresnapandemia.sof.org.br>. Acesso em Jan. de 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico Rural Participativo**. MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília, 2010

WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. in **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WILKINSON, J. **Mercados redes e Valores**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008, v.1.213p.

WOORTMAANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. HUCITEC/ Edunb, São Paulo - Brasília, 1995.

_____, O Ambiente e a Mulher: O Caso do Litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. in: **Latin American Studies**, ed. The Association for Latin American Studies, Tokyo, Japan. 1992.

_____ ; WOORTMAAN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Ed. UNB, Brasília, 1997.